



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ESTUDO DE PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS
A PARTIR DE UM CONJUNTO HABITACIONAL DO BNH:
Reflexões acerca de Práticas Cotidianas atuais no
Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA)
em Recife - PE**

Clélio Cristiano dos Santos

Recife, julho de 2002



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ESTUDO DE PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS
A PARTIR DE UM CONJUNTO HABITACIONAL DO BNH:
Reflexões acerca de Práticas Cotidianas atuais no
Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA)
em Recife - PE**

Clélio Cristiano dos Santos

**Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em
Geografia no Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Federal de Pernambuco, sob a
orientação da Professora Dra.
Edvânia Torres Aguiar Gomes, como
parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Geografia.**

Recife, julho de 2002

FICHA CATALOGRÁFICA

911.3

S237.e SANTOS, Clélio Cristiano dos.

Estudo de Práticas Sócio-espaciais a partir de um Conjunto Habitacional do BNH: reflexões acerca de práticas cotidianas atuais no Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA) em Recife – PE / Clélio Cristiano dos Santos. – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

138 p.: ilustrações; 30 cm.

Inclui bibliografia

Orientadora: Edvânia Torres Aguiar Gomes

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas, 2002.

1. Geografia Humana 2. Geografia Urbana 3. Conjuntos Habitacionais 4. Condomínio Residencial Ignêz Andreazza 4. Práticas sócio-espaciais 5. Representações sócio-espaciais. I. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ESTUDO DE PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS
A PARTIR DE UM CONJUNTO HABITACIONAL DO BNH:
Reflexões acerca de Práticas Cotidianas atuais no
Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA)
em Recife - PE**

Clélio Cristiano dos Santos

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes - UFPE (Orientadora)

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva - UFC

Profa. Dra. Heleniza Ávila Campos - UNISC

Recife, julho de 2002

SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS	III
LISTA DE SIGLAS	V
LISTAS DE ILUSTRAÇÕES	
MAPAS	VI
FIGURAS	VI
GRÁFICOS	VII
FOTOS	VIII
LISTA DE ANEXOS	X
INTRODUÇÃO	11
1. À GUIA DE APONTAMENTOS TEÓRICOS	
1.1. O Espaço e as Práticas Sócio-Espaciais: estratégias e táticas	19
1.2. O aporte teórico-metodológico da abordagem fenomenológica: algumas aproximações a partir da Geografia Humanista e das Representações.	26
2. NOS MEANDROS DA QUESTÃO HABITACIONAL	
2.1. Compreendendo a Questão Habitacional	38
2.2. A produção da forma-conjunto	48

3. AS ESPECIFICIDADES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IGNÊZ ANDREAZZA – CRIAZZA	
3.1. A Forma Urbana do CRIAZZA	64
3.2. Espacialização de Práticas Cotidianas dos Moradores do CRIAZZA	86
3.3. Representações sócio-espaciais do Mundo Vivido pelos Moradores do CRIAZZA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	133
BIBLIOGRAFIA	134
ANEXOS	139

RESUMO

A habitação constitui uma das condições elementares para a sobrevivência do indivíduo. Enquanto mercadoria produzida segundo a lógica capitalista, a habitação integra sucessivamente valor de uso e de troca. Um bem que se caracteriza tanto pelo papel que desempenha no conjunto do sistema econômico, quanto por ser um produto que influencia os papéis, os níveis e as filiações simbólicas dos seus habitantes. Essa lógica habitacional, bem recepcionada nos países subdesenvolvidos, emerge no Brasil na década de 1960, enquanto principal eixo da política urbana do regime ditatorial. Ao Banco Nacional da Habitação (BNH), grande protagonista da produção de habitações, caberia plantar “casas” e dar um “arranjo aos casulos”, em conjuntos, sob a forma de financiamentos. Uma nova configuração sócio-espacial se cristaliza nos espaços urbanos, marcando fronteiras nas periferias, criando bairros. Em diferentes escalas, a concepção e a implementação dos grandes Conjuntos Habitacionais, produziram espaços rigorosos, segmentados e massificantes. A forma urbana destes “conjuntos cidades” delimita e reduz as necessidades sociais e urbanas, impondo um cotidiano organizado tanto aos seus habitantes, quanto à cidade. Emerge, assim, a necessidade de refletir acerca das fissuras existentes entre as macroestruturas e o espaço vivido cotidianamente, tendo em vista, acreditar-se que os moradores, a partir das suas práticas cotidianas, estabelecem diferentes modos de viver, interpretar e representar a rigidez desses espaços projetados, reinventando-os e adaptando-os à sua cultura. É nesse contexto que este trabalho analisa as práticas cotidianas atuais e as representações dos moradores do Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA) em Recife – PE, numa área de 300.000 m² e com uma população estimada em 10.000 habitantes. A partir da caracterização dos espaços planejados deste Condomínio, observou-se a relação entre a previsão de um consumo programado dos espaços coletivos e as práticas cotidianas atuais dos seus moradores, assim como, através da análise do mundo vivido destes, identificou-se suas representações quanto ao significado do lugar e do espaço. Decorridos, então, quase 20 (vinte) anos da construção do CRIAZZA, emergem problemas e desafios de convivência e sobrevivência e, até problemas sócio-ambientais, quer seja no seu âmbito interno, ou dele em relação ao bairro e à cidade. A imagem deste conjunto se encontra comprometida, tanto do ponto de vista estético, com implicações sócio-econômicas na Paisagem, desvalorizando-a e depreciando-a, quanto das questões que interferem na qualidade de vida dos seus moradores.

Palavras-chaves: **Conjuntos Habitacionais, Práticas Sócio-espaciais e Representações.**

ABSTRACT

The housing is one of the basic conditions to an individual survival. As a ware produced according to Logic Capitalism, the housing integrates successively the changing and using values. A ware that characterises itself as through the line it performs in the economics, as being a product that influences on the inhabitant lines, on their levels and on the symbolical housing branches from the inhabitants themselves. This well-accepted logic housing in the sub-developed countries, has shown up in Brazil in the Sixties as a dictatorial system main urban politics axis. This was up to a great protagonist in the house building, the “Banco Nacional da Habitação” (BNH) (National Housing Bank), to rehouse and replace the old houses through a making a down payment on housings plan. A new social-spatial configuration takes form on the urban area marking boundaries on outskirts developing neighbourhoods. On different scales, the tenements conception and implementation has developed restrict, crowded and made-up areas. The urban shape of these tenements-cities establishes limits and brings down the social and urban needs enforcing an organized everyday life as to its inhabitants, as to the city’s as well. So, showing up the need of reflecting about the fractures that exist between the macrostructures and the everyday living area, one believes that the inhabitants, from their daily practices, set up a different way of living, interpreting and representing the restrict areas of these projected areas, rethinking about them and adapting them to their culture. It is in this context that this essay analyses the daily practices and the representations from inhabitants of the “Condomínio Residencial Ignêz Andreazza” (CRIAZZA) placed in Recife – PE in an area of 300.000 m² and with a 12.000 inhabitants average. From the characteristics of the planed areas of this tenement, we have observed the relationship between the foresight of a initial thoughts of a collective area programmed consumption and the nowadays daily life and the everyday practices of their inhabitants such as through the analysis of the world lived by them, we identified their representations regarding to the meaning of place and area. So, twenty year has passed by since the starting-building-point of the CRIAZZA tenements, usually comes out problems, living together and surviving challenges and also social-environment problems in its internal area, either in its internal environment, either in the neighbourhood and the city. The image of this tenement is undertaken, either in the aesthetic point of view, either with social and economical consequences in its landscap, making it not worthy towards the questions that interfere in the inhabitant’s life quality.

Key words: **Tenements, Social and spatial practices, Representations.**

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho acadêmico, apesar de ser um esforço individual, é antes de tudo um somatório de diversas contribuições. Neste sentido, são muitas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

A princípio, agradeço a minha mãe Marinete e a minha irmã Gleice, o carinho, a dedicação e os estímulos constantes. A Diana Souza, minha namorada e companheira, agradeço a compreensão, a paciência e o apoio em todos os momentos, sobretudo nos mais ansiosos e difíceis. A ela também sou grato pela contribuição intelectual a mim dispensada ao longo do processo de elaboração dos textos.

A Edvânia Gomes, minha professora e orientadora, reservo a minha mais sincera admiração e estima. A sua dedicação e sua contribuição constituem uma referência vital na minha formação acadêmica, tendo em vista que a conclusão deste trabalho marca mais uma etapa de uma trajetória iniciada em 1996, quando na época integrei o Programa Especial de Treinamento – PET, no Departamento de Ciências Geográficas, onde, sob a tutoria da professora Edvânia, pude dar início, entre outras experiências, a minha formação de pesquisador.

Neste processo de amadurecimento, sou grato também às valiosas contribuições acadêmicas de um elenco de professores, quer seja no âmbito da Graduação ou do Mestrado em Geografia. Dentre outros, destaco o meu apreço pela professora Rachel Caldas Lins.

Aos colegas de mestrado, Ady, Alfredo, Aretuza, Ednilza, Lenilton, Mário, Maria Cristina, Noberto, Priscila, Roseane e Xisto, entre outros, registro os meus agradecimentos às inúmeras discussões acerca das inquietações teóricas e práticas que permeiam o processo de concepção de uma pesquisa de mestrado. A estes, sempre associo o clima de solidariedade e companheirismo que marcou o período em que convivemos ao longo do curso.

O desenvolvimento de um trabalho acadêmico, entretanto, não seria possível se não fossem as valiosas contribuições dos técnicos e funcionários das mais diversas instituições e centros de pesquisas. Dentre estes profissionais, agradeço em especial aos do NAPA e aos da FASE. Além destes, dedico aos funcionários das secretarias da Universidade Federal de Pernambuco, Domingos e Aciole, os meus agradecimentos pela atenção e disponibilidade em solucionar as mais diversas questões burocráticas. Neste contexto, reservo um agradecimento especial a Duprat, que, nas mais diversas situações, nunca se furtou a ajudar-me.

Aos companheiros de trabalho da Prefeitura do Recife, Araripe, Ângela e Elena, entre outros, agradeço a compreensão e o apoio nos mais diversos momentos, destacando-se a generosidade de Ana Paula Vilaça e a valiosa contribuição de Weliton na etapa final de sistematização dos formulários da pesquisa. Além disso, agradeço a oportunidade de, enquanto técnico desta instituição, poder estar vivenciando ao lado desta equipe a primeira gestão democrática da cidade.

Um sincero agradecimento também precisa ser feito a todos aqueles que na etapa do trabalho de campo se dispuseram a me ajudar na aplicação dos formulários. Agradeço, em especial aos alunos do turno da tarde do curso de Bacharelado em Geografia de 2001, destacando os nomes de Adjaxon, Jairo, Joseane e Hugo.

Por fim, gostaria de lembrar que além das pessoas e instituições acima mencionadas, também recebi o apoio e o incentivo de outros amigos e colegas, aos quais reservo um enorme bem querer e um sincero muito obrigado.

LISTA DE SIGLAS

APES	Associações de Poupança e Empréstimos
APOMCRIA	Associação dos Proprietários Moradores do Conjunto Residencial Ignêz Andreazza
BNH	Banco Nacional da Habitação
COHAB	Companhia Habitacional
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CRIAZZA	Condomínio Residencial Ignêz Andreazza
DAMPE	Engenharia Representações Comércio e Indústria LTDA.
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAPS	Instituto de Aposentadoria e Pensões
INOCOOP	Instituto Nacional de Orientações as Cooperativas
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Região Político-Administrativa
SASSE	Caixa Seguros
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SCI's	Sociedade de Créditos Imobiliários
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZR	Zona Residencial

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

01	O Nordeste no Contexto Brasileiro	62
02	Espacialização das Zonas Residenciais da Cidade do Recife, segundo a Lei 7427/61	66
03	O CRIAZZA na Malha Urbana	69
04	A Localização do CRIAZZA em relação aos Bairros da Cidade	117

FIGURAS

01	Localização do Objeto de Estudo no Recife	62
02	O CRIAZZA no Contexto da Microrregião 5.2	71
03	Vilas e Comunidades em torno do CRIAZZA	72
04	Planta do CRIAZZA 1979	74
05	Distribuição de Cores dos Blocos de Apartamentos	80
06	Planta do CRIAZZA 2002	93
07	Usos em torno do CRIAZZA	103
08	Diferentes Usos do Espaço do CRIAZZA	105

GRÁFICOS

01	Distribuição dos Moradores por Sexo	87
02	Distribuição dos Moradores por Idade	87
03	Distribuição dos Moradores por Profissões	88
04	Distribuição dos Moradores por Renda	89
05	Distribuição dos Moradores segundo o Status do Apartamento	91
06	Procedência dos Moradores por Tipologia Habitacional	91
07	Opinião dos Moradores acerca dos Riscos de Desabamento	97
08	Opinião dos Moradores acerca da Realização de Reformas	97

FOTOS

01	Eleição para Síndico	76
02	Bandeiras nas Fachadas dos Prédios	76
03	Boca de Urna em Frente ao Clube	76
04	Coleta de Lixo	77
05	Rampa e Lixeira Novas	77
06	Guarita Desativada próxima à Rua Ernesto Nazareth	81
07	Comércio na Guarita	81
08	Guarita Desativada próxima à Av. Recife	81
09	Área dos Boxes	83
10	Área dos Boxes	83
11	Comércio na Rua Ernesto Nazareth	84
12	Comércio na Entrada do Conjunto	84
13	Lixo nas Calçadas em torno do CRIAZZA	84
14	Comércio na Varanda de um Apartamento	92
15	Rachaduras nos Blocos de Apartamentos	96
16	Panorâmica das Garagens	100
17	Garagem que serve de Depósito	100
18	Comércio de Água Mineral na Garagem	100
19	Rua interna próxima à Av. Recife	106
20	Rua Interna próxima à Av. Tapajós	106

21	Área de Lazer próxima à Associação dos Veteranos	108
22	Campo de Futebol próximo à Associação dos Veteranos	108
23	Área Inter-blocos	109
24	Praça Simão Borba na Vila Tamandaré	109
25	Praça da Bíblia no Condomínio	109
26	Clube Ignêz Andreazza	110

LISTA DE ANEXOS

- 01 Carteira de Visitantes
- 02 Modelo do Formulário Aplicado
- 03 Laudo da Construtora DAMPE
- 04 Reportagem do Jornal do Commercio
- 05 Comunicado do CRIAZZA

INTRODUÇÃO

O espaço é a morada do homem (CORRÊA, 1995b), o lugar onde os diferentes grupos humanos, a partir das suas práticas sociais, vivem, produzem, consomem e lutam. Neste sentido, os agentes que produzem e consomem este espaço multidimensional, agem de forma complexa, envolvendo diversas práticas que conduzem a um constante processo de reorganização espacial. Processo este, que caracteriza este espaço multifacetado, como um espaço social vivido em estreita correlação com as práticas sócio-espaciais.

Nesta perspectiva, a cidade se apresenta atualmente como o lugar onde a maior parte da população desenvolve as suas práticas sociais. “A cidade firma-se como permanência da humanidade. Sua totalidade é constituída de partes efêmeras que se constroem e se destroem diurtamente. A cidade é um emaranhado de fazer e desfazer: construções, demolições, remendos, reformas, templos, feiras, palácios, favelas, monumentos, caminhos, ruelas, ruas, alamedas, avenidas, vias, letreiros, acrílico, néon, terremotos, emoções, desabamentos, furacões”. (SILVA, J., 1997, p. 86)

Cientes deste fato, os geógrafos ao estudarem a cidade, assim o fazem segundo diferentes correntes do pensamento geográfico, considerando-a tanto como um ou vários núcleos, localizados em uma região, quanto como um espaço urbano.

A cidade, enquanto espaço urbano, pode ser analisada de diferentes maneiras, seja como um conjunto de pontos, linhas e áreas, a partir da percepção dos seus habitantes ou alguns dos seus segmentos sociais, considerada como forma espacial em suas conexões com estrutura social, processo e funções urbanas, e por fim, como qualquer outro objeto social, segundo um paradigma de consenso ou de conflito. (CORRÊA, 1995a)

Seguindo este raciocínio, faz-se necessário compreender que a organização espacial¹ ou o espaço urbano de uma grande cidade capitalista se constitui num complexo conjunto de usos do solo. E que estes, compreendem diversas atividades que caracterizam áreas, tais como: o centro da cidade, áreas industriais, residenciais, de lazer e, entre outras, áreas reservadas a uma posterior expansão. Não obstante, cada uma destas partes, em intensidade

¹ A organização espacial é o modo geográfico de se observar a totalidade espacial: é o conjunto de objetos ou formas criadas pelo homem ao longo da história, segundo uma lógica particular, “uma materialidade espacial”. (CORRÊA, 1991).

variável, mantêm relações espaciais com as demais, configurando redes de diferentes espessuras.

Os processos sociais efetuados nesses espaços se dão, concomitantemente, de forma fragmentada e articulada. As relações espaciais, que têm como matriz a sociedade com a heterogeneidade de classes e processos, podem se apresentar de dois modos, a saber: empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas, associados aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho; e de modo menos visível no capitalismo, através da circulação de decisões e investimentos de capital, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia. (CORRÊA, 1995a)

Além disto, o espaço urbano é também reflexo e condicionante da sociedade. Assim, enquanto reflexo da complexa divisão da sociedade em classes, o espaço urbano se apresenta fortemente dividido em áreas residenciais segregadas. Áreas estas, que por sua vez, reproduzem as diversas classes sociais e suas frações, tendo em vista, que as formas espaciais produzidas pelo homem exercem a função de condicionante da sociedade, através da reprodução das condições de produção e das relações de produção.

As áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais. (CORRÊA, 1995a, p. 09)

O espaço urbano, por outro lado, também possui uma dimensão simbólica, que envolve o cotidiano e o futuro próximo, assim como as crenças, valores e mitos dos cidadãos. Esta dimensão, projetada, em parte, nas formas espaciais, monumentos, lugares sagrados e até mesmo numa rua especial, pode variar segundo os diferentes grupos sociais, etários etc.

Neste sentido, o espaço da cidade é cenário e objeto das lutas sociais que visam o direito à mesma. (LÉFÈBVRE, 1969) Os conflitos sociais, os movimentos sociais urbanos, entre outros, resultam assim de um contexto de fragmentação desigual do espaço que engloba o cotidiano e o futuro próximo.

O espaço urbano se constitui então “... fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”. (CORRÊA, 1995a, p. 09)

Segundo Santos (1985), o espaço urbano se projeta em diferentes formas espaciais, onde se realizam uma ou mais funções vinculadas aos processos sociais. Assim sendo, o movimento da estrutura social demanda funções urbanas que se materializam nas formas espaciais produzidas pelos agentes sociais.

O espaço urbano não reflete apenas o modo de produção, reflete também a cultura e a época de uma sociedade, ou seja, as condições sócio-econômicas e as manifestações culturais, que modelam as formas, funções e a estrutura do espaço urbano.

Neste âmbito, é inerente à existência do espaço um constante processo de reorganização, envolvendo a heterogeneidade dos segmentos sociais que o constituem. Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, apesar das eventuais diferenças estratégicas, seguem o propósito dominante da sociedade capitalista, ou seja, a reprodução das relações de produção, o que implica tanto numa continuidade do processo de acumulação, quanto na tentativa de minimizar os conflitos de classes. (CORRÊA, 1995a)

Todavia, este estudo procura ultrapassar as análises que apenas enfocam esses agentes e instituições de poder, produtores do espaço urbano, reconhecendo também a atuação dos cidadãos, que a partir das suas práticas cotidianas concebem formas características à reprodução dos espaços urbanos. (CERTEAU, 1994)

Segundo Silva, J., (1997, p. 87), a “... cidade enquanto ambiente construído vem sendo submetida a um complexo e variável processo de gestão. Essa gestão demanda a constante definição da interação sociedade x natureza e implica na redefinição dos agentes envolvidos, assim como de suas estratégias, práticas e conflitos espaciais”.

Nesta perspectiva, a habitação, enquanto necessidade elementar, constitui-se numa das condições necessárias para o indivíduo desenvolver sua vida individual, familiar e social. No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo, a habitação que possui um valor de uso, por sua condição de abrigo, passa progressivamente a possuir um valor de troca, isto é, um bem vendido e comprado no mercado através do salário.

A partir do surgimento do homem livre e das configurações históricas engendradas pelo modo de produção capitalista, o problema da habitação, que inicialmente consistia nos problemas que os homens tinham que enfrentar para conseguir um abrigo, passa a girar em torno do direito que todos os cidadãos têm à habitação e a equipamentos urbanos.

Diante disto, a partir de um processo de acumulação concentradora e excludente, engendrado pelo modo de produção capitalista, que agrava a desigualdade distributiva da

renda e a oferta de empregos, o problema da habitação se apresenta sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores, transformando a habitação em um bem de difícil acesso, sobretudo, para a população de baixo poder aquisitivo.

A habitação é um desses bens produzidos socialmente, cujo acesso, em virtude de grande parte da população não dispor de renda que lhe propicie condições de pagar o valor de um aluguel ou comprar um imóvel decente, expressa-se de forma diferenciada em uma sociedade estruturada em classes. (SOUZA, M., 1990b)

O capital envolvido na produção de imóveis não se dirige para habitações populares. Os promotores imobiliários organizam a sua estratégia primeiramente para satisfazer a demanda solvável, produzindo residências de luxo e em segundo plano, buscam o auxílio do Estado para satisfazer a demanda não solvável.

O Estado capitalista, atua na organização espacial da cidade como grande industrial, proprietário fundiário e promotor imobiliário. Sendo, na condição de agente de regulação do uso do solo o alvo dos movimentos sociais urbanos. O Estado através da alocação diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo nas cidades, ratifica a segregação residencial, o que, segundo Harvey, tende a ampliar a renda real daqueles que já possuem elevada renda monetária. (CORRÊA, 1995a)

A produção de habitações desempenha um papel fundamental numa sociedade capitalista, visto que a habitação se caracteriza tanto pelo papel que desempenha no conjunto do sistema econômico, determinando o valor da força de trabalho, quanto por ser um produto com características específicas, que influencia os papéis, os níveis e as filiações simbólicas dos seus habitantes, a partir da sua qualidade, forma e “status” institucional.

Nesta perspectiva, a materialidade da forma urbana dos conjuntos residenciais representa tanto uma solução habitacional relativamente barata face ao montante de habitações reivindicadas pela população dos grandes centros, quanto uma imposição aos cotidianos dos seus habitantes e do espaço urbano, em função da rígida funcionalidade dos seus projetos que desprezam as especificidades urbanas, sociais e culturais das cidades.

Isto posto, verifica-se a existência de inúmeros trabalhos que procuram analisar o tema da habitação sob diversos enfoques, seja abordando o problema da escassez de habitações e

consequentemente o acesso da população de baixa renda ou analisando as políticas e os órgãos públicos responsáveis pela edificação de habitações².

Contudo, apesar desta diversidade de publicações, observa-se que os estudos destinados à análise da relação dos processos sociais e dos produtos espaciais tendem a não privilegiar as especificidades culturais das práticas cotidianas dos habitantes urbanos. Neste sentido, constata-se a existência de uma contribuição ainda incipiente relacionada à habitação e ao cotidiano dos seus habitantes³.

O presente trabalho, por conseguinte, pretende contribuir para esse elenco de pesquisas, através do estudo de práticas sócio-espaciais a partir de um conjunto habitacional edificado pelo Banco Nacional da Habitação – BNH, voltado para a classe média baixa, desvendando as práticas cotidianas e as representações dos atuais moradores do Condomínio Residencial Ignêz Andreazza – CRIAZZA.

Neste intuito, visando dar maior visibilidade a este legado habitacional na perspectiva dos seus herdeiros diretos, parte-se do pressuposto que a produção do espaço não se encerra na concepção dos equipamentos, pois na verdade os consumidores destes espaços continuam esta produção através das suas práticas cotidianas.

Desta assertiva, analisa-se a forma como os moradores do Residencial Ignêz Andreazza, a partir das suas práticas cotidianas, apropriam-se e transformam as áreas de uso comunitário do conjunto. E também como estes percebem e representam, a partir dos seus espaços vividos, a rigidez funcional dos espaços do Condomínio.

² Dentre estes, “A Questão da Habitação” – ENGELS (1979), “Habitação: Fundamentos e Estratégia” – ELIAS (1980), “Habitação e Poder: da Fundação da Casa Própria ao Banco Nacional da Habitação” – AZEVEDO & ANDRADE (1982), “O que todo cidadão precisa saber sobre Habitação” – VILLAÇA (1986), “A Crise da Moradia” – SILVA (1987), “Estado, capital financeiro, espaço habitacional: o caso da Região Metropolitana do Recife” – MELO (1990), “Habitação: bem ou direito?” – SOUZA, M. (1990), “Moradia nas Cidades Brasileiras” – RODRIGUES (1997), “Origens da Habitação Social no Brasil” – BONDUKI (1998), serviram de aporte às formulações teóricas que se encontram neste estudo.

³ Destacando-se “Cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I” – DAMIANI (1993), “Habitação Popular na Periferia de Fortaleza: O Conjunto Habitacional Jereissat; do Espaço Planejado ao Espaço Vivido” – MARTINS (1995), “Desvendando Espacializações Cotidianas: práticas cotidianas do morar em grandes edifícios de apartamentos mínimos” – MORAES (1995a), “As Novas Formas de Moradia e a Produção Sócio-Espacial da Cidade de Vitória da Conquista – BA” – SANTOS, V. (1999) e “Fazendo-se Casas e produzindo Cidade: uma análise Geográfica dos Multirões Habitacionais em Fortaleza” – BEZERRA (2000).

A importância da escolha deste conjunto como objeto de estudo, pauta-se, inicialmente, nas suas grandes dimensões em meio a imbricada malha urbana da cidade do Recife. Edificado na década de 1980 pelo BNH, o CRIAZZA ocupa uma grande área de 300.000m² e possui uma população de aproximadamente 10.000 habitantes.

Projetado pelos arquitetos Acácio e Marco Gil Borsoi, o Conjunto Ignêz Andreazza se apresenta inicialmente como um grande laboratório do processo de deterioração do urbano, uma vez que expressa a racionalidade técnica e burocrática dos urbanistas modernos, que realizam uma leitura funcional das necessidades humanas, isolando-as no terreno.

Outrossim, diante de um quadro caracterizado pela inexistência de uma política habitacional ao nível nacional, a partir da extinção do BNH em 1986, e pela emergência de um elenco de ações ao nível municipal, nos moldes desse extinto órgão, torna-se relevante estudos que abordem esse legado arquitetônico no espaço urbano das cidades brasileiras, sobretudo na perspectiva das práticas sócio-espaciais dos seus herdeiros, tendo em vista, não existir, mesmo antes do “desmonte”⁴ dessa instituição governamental, departamentos ou ações diretamente envolvidos com as especificidades sócio-espaciais dos moradores desses conjuntos habitacionais.

Decorridos, então, mais de 30 anos da construção da maioria dos “conjuntos habitacionais” ou empreendimentos habitacionais populares do BNH, estes vêm doravante à tona, em virtude de sucessivas ocorrências de desmoronamentos e riscos, conseqüentes da precariedade na manutenção e conservação dessas edificações. É preciso considerar também que esses conjuntos de formas monótonas, na maioria das vezes, não correspondem às expectativas e às experiências anteriores dos seus moradores que, a partir das suas práticas cotidianas, tendem inevitavelmente a reinventar os espaços, adaptando-os a sua cultura.

O CRIAZZA se insere no âmbito dessas discussões, inicialmente, pelas dificuldades de gestão dos seus espaços públicos ou de uso comum, com questões de infra-estrutura, circulação e segurança. Além disso, a forma como as pessoas alteram os seus apartamentos (acréscimos, reformas, “puxadas”, varandas e etc.), juntamente com a qualidade do material usado na sua construção e principalmente os laudos que acusam riscos e comprometimentos das instalações, constituem desafios que convidam à reflexão.

⁴ Com a extinção do BNH em 1986 e a transferência de grande parte das suas atividades para a Caixa Econômica Federal – CEF, a questão urbana e principalmente a habitacional passou a depender de uma instituição, onde estes temas, embora importantes, constituem objetivos setoriais.

Neste contexto, discute-se no primeiro capítulo deste trabalho a noção de espaço, sua dinâmica e transformação em função das práticas sócio-espaciais de diferentes agentes produtores, distinguindo, a partir dos conceitos de estratégia e tática, os atores decisores⁵ dos atores comuns. Outrossim, analisa-se a contribuição do aporte teórico metodológico da abordagem fenomenológica, destacando as Correntes Humanistas e das Representações no âmbito da Geografia.

Na segunda parte do trabalho, procura-se desvendar os diversos fatores que caracterizam a produção e o consumo desta mercadoria numa sociedade capitalista. Em seguida, discute-se as soluções habitacionais implementadas ao longo tempo, ressaltando-se as características da produção da forma-conjunto, sobretudo, as empreendidas pelo BNH.

No terceiro capítulo, discute-se inicialmente as especificidades do Condomínio Ignêz Andreazza, caracterizando-o quanto a sua localização geográfica, agentes produtores e gestores, características dos espaços planejados, infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, e os padrões de uso das áreas em torno.

Em seguida, a partir da análise de 323 formulários, aplicados pelos vinte e três blocos do conjunto, apresenta-se uma caracterização do perfil dos moradores do condomínio e a análise da perspectiva de um consumo programado dos espaços coletivos planejados do CRIAZZA em relação as práticas cotidianas dos seus atuais moradores.

Associado a isto, identifica-se, por fim, a diversidade de usos e comportamentos que definem as relações de interação com o entorno, considerando-se a temporalidade do leque de atividades desenvolvidas no conjunto. Assim como, juntamente com os relatos dos entrevistados acerca de suas experiências diárias, analisa-se as representações sócio-espaciais dos moradores do Andreazza em seus mundos vividos, quanto aos significados do lugar e do espaço, identificando também territorialidades estabelecidas.

Do exposto, depreende-se que o estudo de práticas sócio-espaciais, acena para inúmeras reflexões, tais como: De que forma as pessoas agem e intervêm no espaço? Quais as relações e representações estabelecidas? E de maneira o legado arquitetônico dos conjuntos habitacionais se articula com o bairro e a cidade?

⁵ Um “decisor” é o ator “... que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar”. (SANTOS, M., 1997)

CAPÍTULO 1

À GUIA DE APONTAMENTOS TEÓRICOS

1. À GUIA DE APONTAMENTOS TEÓRICOS

1.1 O ESPAÇO E AS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS: estratégias e táticas

No intuito de analisar práticas sócio-espaciais a partir de um conjunto habitacional edificado pelo extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, faz-se necessário apreender algumas categorias e conceitos, que numa perspectiva interdisciplinar, forneça o aporte necessário à análise do objeto em estudo, o Condomínio Residencial Ignêz Andreazza, considerando-se suas diferentes escalas de apreensão.

Nesta perspectiva, a noção de espaço na Geografia, desponta como um conceito-chave fundamental na análise da sociedade, ou seja, no entendimento da ação humana modelando a superfície da Terra.

Todavia, a palavra espaço é, certamente, uma das mais polissêmicas que existe, sendo utilizada tanto pelo senso comum, no dia-a-dia, quanto pelas diferentes ciências. No âmbito das Ciências Geográficas, especificamente, o conceito de espaço, ao longo dos tempos, tem sido objeto de amplos debates entre as diferentes correntes do pensamento geográfico.

A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, possui conseqüentemente várias acepções, associadas tanto a uma simples referência de localização, quanto a uma porção da superfície terrestre identificada ora pela natureza ora pelas marcas ali impressas pelo homem. O seu uso também encontra-se associado a diferentes escalas, quais sejam: global, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e até mesmo de um cômodo desta.

Neste sentido, segundo Corrêa (1995b, p. 44), o espaço geográfico constitui-se a morada do homem. “Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas.” Um espaço multidimensional, que permite construir diferentes conceitos de espaço, quando se considera as práticas sociais dos diversos grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar⁶.

⁶ **Vide:** LÉFÈBVRE, H. *La Production de L'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

No âmbito desses debates, acerca da natureza e do significado do espaço, as reflexões de Milton Santos, destacam-se na compreensão do espaço em sua totalidade⁷, ou seja, no “... conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento”. (SANTOS, M., 1997, p. 94) Inspirado na concepção de espaço de Léfèbvre⁸, segundo a qual o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, o *locus* da reprodução da sociedade, M. Santos estabelece, na década de 1970, o conceito de formação sócio-espacial.

A contribuição deste conceito reside no fato de não ser possível falar em sociedade e espaço como se fossem coisas distintas, pois uma sociedade só se torna concreta através do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Espaço e sociedade, desta forma, só se tornam concretos um através do outro.

Esta noção de formação sócio-espacial ou simplesmente formação espacial, segundo Corrêa (1995b, p. 27), pode ser considerada como um meta-conceito, “um paradigma, que contém e está contida nos conceitos-chave, de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território”.

Avançando nesta linha de raciocínio, M. Santos (1997, p. 51) concebe o espaço “... formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Os objetos, enquanto herança da história natural e resultado da ação humana que se objetivou, representam tudo o que existe na superfície terrestre. Enquanto que, as ações resultam de necessidades naturais ou criadas (materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas), que conduzem os homens à criar e utilizar os objetos.

Objeto e ação devem ser tratados unitariamente, pois a dinâmica e a transformação do espaço ocorrem a partir da interação dos sistemas de objetos, que condicionam a forma como se dão as ações, com os sistemas de ações, que criam objetos novos ou realizam-se sobre os preexistentes.

⁷ A idéia de totalidade advinda da filosofia clássica, seria aquela em que todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é a simples somas das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes. Quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade. (SANTOS, M., 1997)

⁸ **Vide:** LÉFÈBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

Nesta perspectiva, a organização espacial ou seus sinônimos: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, **espaço social**, espaço socialmente produzido ou ainda **espaço urbano**; compreende o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície terrestre. (CORRÊA, 1991)

Ao longo deste processo de organização espacial, os homens, enquanto seres de ação⁹ que agem sobre si mesmos, os outros e as coisas da Terra, estabelecem um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e rejeitadas as formas e as interações espaciais, que garantem a produção e a reprodução social. Segundo Corrêa(1995b, p. 35), tratam-se das práticas espaciais, isto é, “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”.

O espaço, a partir dessas ações espacialmente localizadas em um determinado contexto é produzido e reproduzido como espaço humano, pois as “... práticas espaciais envolvem atividades das rotinas individuais para a criação de zonas e regiões para propósitos específicos. Estas ações são parte da constituição da realidade qualitativa das áreas, como lugares, onde certos eventos e ações são conhecidas e esperadas para tomar lugar”. (LÉFÈBVRE apud MORAES, 1995, p. 53)¹⁰

A organização espacial ou ainda o espaço urbano, constitui-se, portanto, no conjunto de diferentes usos da terra, isto é, formas espaciais onde se realizam uma mais funções vinculadas aos processos sociais. Estes, por sua vez, compreendem o movimento da estrutura social, demandando diversas funções, que se materializam nas formas espaciais. (SANTOS,M., 1985)

O espaço urbano de uma cidade capitalista, apresenta-se, assim, como um produto social complexo, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço.

As transformações do espaço da cidade, engendradas por esses agentes, no entanto, não resultam apenas da globalidade social, essas dependem também de relações cotidianas interpessoais. A cidade resulta, assim, da mediação entre a ordem próxima e a ordem distante,

⁹ “A ação é um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio. Um dos resultados da ação é, pois, alterar, modificar a situação em que se insere”. (MOLES apud SANTOS, M., 1997, p. 64)

¹⁰ **Vide:** LÉFÈBVRE, H. op. cit. 1974.

ou seja, da ordem determinada pelas relações entre indivíduos e grupos, e da ordem regida por grandes e poderosas instituições, como é o caso do Estado e da Igreja. (LÉFÈBVRE, 1969)

A cidade pode, pois, ser entendida como uma proliferação de manipulações aleatórias e incontroláveis, no interior da imensa malha de restrições e de certezas sócio econômicas. [Há] miríades de movimentos quase invisíveis sendo jogados sobre a textura cada vez mais fina de um lugar homogêneo, contínuo e apropriado a todos. (CERTEAU apud MORAES, 1995, p. 24)

Reforçando este entendimento M. Santos (1988) diz que “todos são produtores (do espaço)- o operário, o artista de teatro, o vendedor de supermercado e etc., mesmo quem não está ligado diretamente à produção, já que também consome. É a maneira com que se dá a produção, e o intercâmbio entre os homens que dá uma aspecto à paisagem”.

A partir deste entendimento, faz-se necessário, então, distinguir os atores tomadores de decisões e os atores comuns (consumidores e produtores do espaço), uma vez que as ações exercidas no lugar são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem, estas ações constituem produtos de necessidades alheias, de funções geradas à distância e respondidas no lugar. (SANTOS, M., 1997)

Neste sentido, apresentam-se inicialmente os principais agentes sócio-econômicos envolvidos no constante processo de reorganização espacial, quais sejam: os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A complexa atuação destes agentes sociais decididores “inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada de infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade”. (CORRÊA, 1995a, p. 11).

Os atores comuns, por sua vez, enquanto usuários do urbano, são tradicionalmente apresentados como consumidores de ordens¹¹ sócio-espaciais já construídas, não sendo, portanto, reconhecidos como significativos produtores da cidade. Todavia, faz-se necessário reconhecer a atuação dos cidadãos transformando suas realidades próximas, pois estes, a

¹¹ “A ordem, qualquer que seja, é um produto do conjunto social que a usa para definir a si mesmo, estabelecendo uma rede de obrigações, direitos e deveres aos quais tudo e todos se submetem voluntariamente e dentro certos limites”. (SANTOS, C.N. apud MORAES, 1995, p. 28-29)

partir de uma conjugação de transformações, contribuem para configurar singularidades ao espaço urbano.

Os cidadãos envolvidos neste processo de consumo dos objetos urbanos podem desencadear transformações nos produtos consumidos e, especialmente, recriá-los. Trata-se de um desafio compreender como os usuários do urbano¹² realizam micro-operações¹³ que originam um tipo de produção oculta.

Neste sentido, faz-se necessário apreender os conceitos de “estratégia e tática” desenvolvidos por M. de Certeau. Assim, estratégia é “... o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. (CERTEAU, 1994, p. 46). As estratégias são, assim, as ações de caráter tecnocrático que se impõem sobre o espaço, onde os atores “decidores” a partir do estabelecimento de um lugar de poder são capazes de produzir e impor.

As táticas, por sua vez, são as ações que não possuem uma localização espacial ou institucional específica, expressando-se de forma fragmentada no lugar do outro, portanto, dependem do tempo, ou seja, manipulam eventos para transformá-los em oportunidades. Segundo Certeau (1994, p. 46-47), a tática é “... um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus projetos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias”.

As táticas constituem a “arte dos fracos” (CERTEAU, 1994), isto é, as práticas cotidianas dos atores comuns, que materializam resistências culturais às ordens espaciais

¹² ‘A idéia de urbano transcende a de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*. O urbano é um produto de reprodução num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de vida”. (CARLOS, A., 1994)

¹³ “As ‘micro-operações’ desenvolvidas pelos cidadãos [...] no seu consumo do urbano, são resultados, tanto do processo de divisão social (... à questão do acesso a conhecimentos e a condições materiais), quanto, de repertórios próprios (conhecimentos específicos) reformuladores de circunstâncias sociais pré-estabelecidas”. (MORAES, 1995, p. 26)

impostas pelas estratégias dos fortes, podendo, assim, apenas utilizar o que existe, manipulando-o da forma como está configurado ou realizando reformulações materiais.

As práticas cotidianas ou maneiras de fazer dos cidadãos se apresentam como uma produção não evidente, inserida nos sistemas de produção de extensões totalitárias, que não deixam lugares para os consumidores marcarem o que fazem com os produtos. A produção cotidiana dos cidadãos “... é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”. (CERTEAU, 1994, p. 39) Desta forma, uma produção racionalizada, expansionista e centralizada, referente a valores institucionalizados ou de segmentos sociais dominantes, confronta-se com um processo de consumo caracterizado por uma produção oculta dos cidadãos.

Outrossim, é importante considerar que as práticas cotidianas dos cidadãos, apesar das suas dimensões singulares e contraditórias, só se constituem numa representativa produção sócio-material da cidade, quando articuladas socialmente. Consequentemente, o conjunto destas ações individuais (táticas), realça as diferenças de como os objetos e valores sociais mais amplos são absorvidos, consumidos e (re)produzidos dentro de âmbitos e ordens sociais “menores”, com características relacionadas a processos culturais particulares.

Um dos campos onde estas manipulações se manifestam, de maneira mais evidente, é na percepção e tratamento que os diversos grupos urbanos dão à questão dos limites entre **o público**¹⁴ e **o privado** referente à apropriação dos espaço. Podemos perceber, a partir daí, a formação de territorialidades, de formas de apropriação espacial diferenciadas, de limites materiais e sociais entre grupos, atendendo e expressando uma série de necessidades particulares através de diversos repertórios. (MORAES, 1995, p. 55-56)

No espaço urbano, portanto, não existe apenas os grandes produtores de espaço (os empresários e o Estado), há também os cidadãos, não apenas como seres passivos, mas como produtores no âmbito das suas representações e práticas sócio-espaciais cotidianas. Na

¹⁴ Segundo Campos (1995), o espaço público compreende todo tipo de espaço intermediário entre os edifícios em áreas urbanas, onde o acesso é em geral permitido ao público. Estes espaços podem ser abertos, compostos

verdade habitantes que possuem um sentimento de pertencer a uma tradição, a uma cultura. “Assim, não se pode negar a vida cotidiana e social e sua articulação ao espaço...”. (GUIGOU apud MORAES, 1995, p. 49)¹⁵

Neste sentido, de acordo com A. Heller (1970), “não há sociedade que possa existir sem reprodução particular. Então não há homem particular que possa existir sem sua própria auto-reprodução. Em toda sociedade há, pois, uma vida cotidiana: sem ela não há sociedade”.

A partir deste entendimento, ultrapassa-se a impressão de que apenas uma cultura seja dominante. Neste sentido, Bourdieu rejeita a idéia de que as pessoas estão condicionadas por ideologias determinantes e ressalta a necessidade da mediação entre teorias e práticas, tendo como foco a lógica das práticas diárias. “As pessoas não obedecem regras simplesmente, nos seus cotidianos: elas adquirem visões através de um processo complexo de experiência e ajustes, ao qual dá o nome de *‘habitus’*: um sistema constituído socialmente das estruturas cognitivas e motivações das próprias pessoas usuárias” (BOURDIEU apud CAMPOS, 1995, p. 15).

Na realidade, os atores sociais são capazes de transcender de forma criativa os padrões de comportamento socialmente determinados, tendo em vista, “... que a reprodução social deve ser percebida como processo dialético, envolvendo uma repetição não homogênea de objetivos e procedimentos. Ou seja, no processo do cotidiano organiza-se uma reprodução “criativa”, que não se constitui na mera afirmação do *status quo*, mas um processo que subrepticamente conduz a transformações essenciais”. (SZMRECSANYI apud MORAES, 1995, p. 18)¹⁶.

Nesta perspectiva, “... o levantamento das práticas se faz no tempo do cotidiano¹⁷, marcado por rotinas e surpresas; e, como investigamos o espaço concreto carregado de objetos acumulados na escala do tempo histórico, as relações concernem a esses objetos e se

pela trama viária e o sistema de áreas abertas, verdes ou não; ou fechados, representados pelos edifícios institucionais de uso predominantemente público ou comunitário.

¹⁵ **Vide:** GUIGOU, Jean-Louis. A terra e o espaço: enigmas para os economistas. In: SANTOS, M. & SOUZA, M. Adélia (Coord.). *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.

¹⁶ **Vide:** SZMRECSANYI, Maria I. de Q. F. *Cotidiano, cultura popular e planejamento*. São Paulo: 1985.

¹⁷ O cotidiano inclui o homem inteiro em seus diferentes momentos: o da vida privada, o dos lazeres, o do trabalho; exatamente quando cada um desses momentos se constitui como tal, sustentado por instituições, organizações, poderes, conhecimentos, é que o tema se torna crucial. (DAMIANI, 1997)

referem aos poderes e aos saberes que sobre eles têm acumulado os atores” (BITOUN apud FREITAS, 1995, p. 55)¹⁸.

Em virtude disto, o cotidiano, tradicionalmente apreendido como o campo onde se dá o conjunto de atividades heterogêneas, imediatas e superficiais que concretizam a reprodução social, passa a se constituir no campo onde é possível resgatar os conhecimentos sobre práticas e representações, criativas e singulares, dos fatos da vida social, relevantes para a compreensão das transformações da sociedade e do meio urbano.

O espaço urbano, portanto, não reflete apenas o modo de produção, reflete também a cultura e a época de uma sociedade, ou seja, as condições sócio-econômicas e as manifestações culturais, que modelam as formas, funções e a estrutura do espaço urbano. Neste sentido, a concepção de espaço, calcada no materialismo histórico e dialético, enquanto produto da transformação da natureza pelo trabalho social, é apenas, em sua dimensão material e objetiva, um ponto de partida de uma leitura intersubjetiva, pois o espaço urbano possui também uma dimensão simbólica, que envolve o cotidiano e o futuro próximo, assim como as crenças, valores e mitos dos cidadãos.

1.2 O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA: algumas aproximações a partir das Geografias Humanista e das Representações

O espaço como qualquer outra realidade social, não é apenas uma entidade objetiva, tendo em vista que sua objetividade pode ser lida de forma intersubjetiva. A materialidade do espaço “é dotada de significações específicas para cada indivíduo (subjetividade) mas que são também, em certa medida, compartilhadas por vários indivíduos (intersubjetividade)”. (SOUZA, 1997, p. 23)

Nesta perspectiva, a Fenomenologia¹⁹ propõe o modo intersubjetivo ou modo fenomenológico, visando transpor o dualismo entre os modos subjetivo e objetivo de

¹⁸ **Vide:** BITOUN, Jan. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana. In: *Cidades e Movimentos*. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v.21 (42), 1991.

¹⁹ A Fenomenologia pode ser definida como um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância. (BUTTIMER, 1982, p. 170)

compreensão da experiência. Neste intuito, esforça-se para desvendar o diálogo entre os indivíduos e a subjetividade do seu mundo. A diferença essencial em relação aos métodos convencionais de investigação, concentra-se na distinção entre comportamento e a experiência, isto é, na crítica fenomenológica de duas questões: a relação do corpo e da mente e a relação da pessoa e o mundo. “A pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e mundo estão engajados nos processos e padrões observáveis no comportamento evidente”. (BUTTNER, 1982, p. 176-177)

Assim, como sugeriu Merleau-Ponty citado em Buttner (1982, p. 175-176), “poderíamos abordar os dados pré-cognitivos da experiência, definidos não em termos de nosso conhecimento sobre eles, mas pelo nosso comportamento em relação a eles. Identificou isto como o estudo da percepção, que tem lugar num mundo já padronizado, ou que está em processo de tornar-se”.

A intersubjetividade, segundo Holzer (1997, p. 79), “... acontece no momento em que o corpo, como elemento móvel, coloca-se em contato com o exterior e localiza o outro, comunicando-se com outros homens e conhecendo outras situações”.

As pessoas nascem, portanto, dentro de um mundo intersubjetivo, onde aprendem a linguagem e os estilos de comportamento social que lhes permitem engajar-se no mundo diário. A intersubjetividade sugere, assim, uma situação herdada que circunda a vida diária. Mas, além disso, ela é também um processo pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais.

Neste sentido, mundo para o fenomenologista é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Este se encontra ancorado num passado e direcionado para um futuro, é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal. Os indivíduos, assim, uma vez conscientes do mundo vivido na experiência pessoal, devem apreender os horizontes compartilhados do mundo de outras pessoas e sociedade como um todo.

A Fenomenologia, no intuito de propiciar algumas condições e forças unificadoras na experiência humana do mundo, convida os indivíduos a partir das suas próprias experiências, a buscar denominadores comuns na experiência dos outros. Estas condições unificadoras residem nas facetas rotineiras da vida diária, no conceito fenomenológico e existencialista da *lebenswelt* (mundo vivido), definido como um "horizonte abrangente de nossas vidas individual e coletiva". (BUTTNER, 1982, p. 172)

A noção de mundo vivido emerge como facetas pré-refletivas, dadas como certas, da experiência diária, os significados não questionados e determinantes do comportamento. Trata-se de um procedimento para descrever o mundo cotidiano do homem, a partir da experiência imediata, suas ações, lembranças, desejos e percepções. (HOLZER, 1992)

O espaço na perspectiva fenomenológica, consiste num "... conjunto contínuo e dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se e busca um significado. É um horizonte vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valorizadas". (SCHRAG apud BUTTIMER, 1982, p. 174)

A partir deste contexto de experiência de sujeitos cognoscentes organizados em sociedade, o espaço social, palco material e objetivo de relações sociais, é, em certa medida, "construído" intersubjetivamente, no bairro, na região, na "terra natal", na "pátria" e etc". (SOUZA, 1997, p. 23)

Neste sentido, as pesquisas no âmbito da Geografia, destacando-se a Geografia Humanista e a Geografia das Representações, no intuito de descrever a experiência humana do espaço, através do aporte fornecido pela Fenomenologia, poderia considerar o mundo vivido como o substrato latente da experiência. O comportamento no espaço e no tempo seria observado de forma superficial, sendo as suas profundidades sentidas só vagamente. Quanto a experiência individual ou coletiva, os padrões visíveis de movimento e atividade consciente podem ser elucidados pela exploração do dinamismo das tensões de suas bases subjacentes. Assim, problemas aparentes na experiência diária do mundo são refletidos tanto no conflito entre o que os indivíduos e os grupos têm como acertado sobre o lugar, o espaço e a sociedade, quanto pelo que as instituições administrativas e funcionais dos sistemas espaciais e bioecológicos têm como certo na organização dos meios ambientes. (BUTTIMER, 1982, p. 185)

No âmbito da ciência geográfica, o aporte teórico metodológico da Fenomenologia, foi mais utilizado pelos geógrafos humanistas. A utilização das noções fenomenológicas iniciaram-se a partir do descontentamento de alguns geógrafos com o uso dos modelos mecanicistas e cientificistas da Nova Geografia. Estes geógrafos foram buscar na Fenomenologia modos de análise e conceitualização que lhes permitissem refletir sobre o significado experiencial da ocupação da terra.

Dentre estes geógrafos, destacam-se: Carl Sauer, apontado como um dos precursores da Geografia Humanista, desenvolvendo uma abordagem simples para descrever a paisagem e

negando o uso de modelos científicos; e David Lowenthal, que inaugurou os estudos da percepção do entorno, através da experiência subjetiva, a fantasia e o gosto dos lugares.

Sauer e Lowenthal, no início do século XX, deram início a uma nova forma de se observar a Geografia, através do aporte da Psicologia Comportamental e do Urbanismo Culturalista.²⁰ Eles, ultrapassaram os limites dos estudos das regiões francesas iniciados por Vidal de La Blache, que a partir do conceito de Gênero de Vida explicava os lugares e não o homem na sua região cultural, ou seja, não abordavam as relações sociais, apesar das paisagens refletirem a organização do trabalho.²¹

Na década de 1970, conseqüentemente, em virtude deste movimento de renovação e revisão dos conceitos e bases filosóficas, os geógrafos humanistas conseguem consolidar a Geografia Humanista, atribuindo-a uma identidade própria. Foram iniciadas pesquisas sobre a territorialidade e o comportamento dos indivíduos com o meio ambiente próximo, o que possibilitou vários esclarecimentos sobre os fundamentos orgânicos, cognitivos, afetivos e simbólicos da identificação dos indivíduos com o lugar.

Neste contexto, os trabalhos de Edward Relph, Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Mercer e Powell, destacam-se dentre o elenco de estudos que concebem o espaço “... constituído como um mosaico de lugares especiais, cada qual estampado pela vontade, valor e memória humana”. (BUTTIMER, 1982, p. 177).

A Geografia Humanista, calcada nas filosofias do significado, Fenomenologia e Existencialismo, diferentemente, de outras abordagens científicas que visam minimizar o papel da conscientização humana e do conhecimento, privilegia compreender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana.

A Geografia Humanista tem na compreensão, ao invés da explicação, a base da legibilidade do mundo real. Privilegiando o singular em detrimento do particular ou do universal, esta corrente ressalta os sentimentos, valores e propósitos da ação humana. De acordo Capel (1981, p. 443), a Geografia Humanista “é um desenvolvimento em Geografia da dimensão subjetiva e da experiência pessoal, realizada pela Geografia da percepção e do comportamento”.

²⁰ Neste sentido, a Geografia busca nas ciências afins servir-se de noções capazes de explicar a complexidade dos fenômenos, por isto não se fixa em uma única forma de abordá-los. Todavia, esta interdisciplinaridade não é nova nesta ciência, segundo La Blache (1982, p. 37), “A Geografia é considerada como se alimentando nas mesmas fontes de fatos da Geologia, da Física, das Ciências naturais e [...] das Ciências Sociológicas”.

²¹ Segundo La Blache citado em CLAVAL(1999, p. 33), “a Geografia é ciência dos lugares e não dos homens”.

Ao geógrafo humanista compete interpretar a experiência humana, esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, quando se referem ao espaço e ao lugar. Compete, também, mostrar que os significados e as valorizações presentes no espaço podem organizar a visão de uma paisagem ou as decisões sobre atividades a serem desenvolvidas. Surge, assim, a partir destas valorizações os sentimentos de pertencer ou repelir a um lugar.

Nesta perspectiva, considerando-se que a abrangência dos fenômenos, os acontecimentos e as experiências humanas são assim transpostas nas paisagens. A paisagem, constitui-se num meio natural, um meio humano, é um território vivido por um grupo, um lugar de criação (estético-simbólico) em renovação permanente.

Segundo GOMES (1994, p. 148), paisagens “ ‘... significam recortes do espaço, reservatórios de *utopias*: estéticas, políticas, intelectuais e didáticas. E mais ainda: paisagem, enquanto conceito que envolve *oposição e nostalgia*, que se pronuncia *no* mundo urbano-industrial *contra* o mundo urbano industrial, contra sua ‘*fragmentação*’ e *alienação*”.

A paisagem envia-nos, então, a um campo que se estrutura na relação do eu com o outro, um reino onde ocorre a nossa história. "A Paisagem guarda camadas de complexidade que se ampliam na lida com seus arcabouços teóricos e nos exercícios práticos de seus reencontros e representações ao longo da história". (GOMES, 1999, p. 123)

Neste contexto, os geógrafos humanistas, apesar do grande esforço no âmbito da Geografia Humanista em se diferenciar da Geografia Histórica e Cultural, desenvolveram vários trabalhos utilizando-se a categoria paisagem. Distingui-se, assim, três vertentes: a Geosofia Histórica, a percepção da paisagem através da pintura era considerada como evidência das mudanças nas percepções ou imagens da região; a Teoria da Paisagem, avaliou os aspectos subjetivos da Paisagem Cultural; e por fim A Leitura da Paisagem Urbana, abordava os aspectos negligenciados do comportamento urbano e ensaiou novas propostas metodológicas e teóricas.

Todavia, só a partir de Yi-Fu Tuan, um dos principais representantes desta última vertente, que a categoria paisagem passa a ser substituída pelas categorias de espaço, especificamente espaço vivido e Lugar na investigação das características subjetivas e objetivas da experiência humana.

Neste sentido, a "Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, de seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar" (TUAN, 1982, p. 143).

O estudo do espaço envolve, então, os sentimentos espaciais e as idéias de um povo através da experiência, enquanto o lugar é o centro de significado e foco de vinculação emocional para o homem.

Consequentemente, segundo Tuan, existem vários tipos de espaços, um pessoal, outro grupal, onde vive-se a experiência dos outros, e o espaço mítico-conceitual²², cujo exemplo é o espaço sagrado, isto é, uma manifestação do sagrado.

O espaço vivido, portanto, refere-se ao afetivo, ao mágico, ao imaginário. Este consiste numa experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido. (HOLZER, 1992) Além disso, o espaço vivido é também um campo de representações simbólicas. Simbolismos estes que vão traduzir em sinais visíveis não só o projeto vital de toda sociedade, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura.²³

Os geógrafos humanistas, diante disso, afirmam que o espaço não pode ser reduzido a simples relações geométricas, pois os homens vivem e atuam num espaço concreto e pessoal, modelado mentalmente pela experiência e um campo de representações simbólicas.

Todavia, o espaço visto desta forma, seria amplo, desconhecido e até mesmo temido ou rejeitado, correspondendo a qualquer parte da superfície da terra. Por outro lado, o espaço enquanto lugar, manifesta-se através de experiências cotidianas, ordenando-o e lhe dando significados. (MATTOS, 1995)

Desta forma, o espaço enquanto lugar “transcende sua condição meramente objetiva, de suporte material para o existir humano (produzir, habitar, circular, amar, guerrear), reaparecendo em plano conceitualmente mais elevado: materialidade dotada de significado. Parte da experiência humana”. (SOUZA, 1997, p. 23)

²² “O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais”. (TUAN, 1983, p. 112)

²³ **Vide:** ISNARD, H. O Espaço Geográfico. Coimbra: Almedina, 1982.

Segundo HOLZER (1992), é a partir das pesquisas de Tuan, que o lugar passa a ter um a dimensão no próprio cotidiano experienciado, humanizando o conteúdo do espaço. Assim, se pode diferenciar espaço (objeto abstrato de análise científica) e lugar (a experiência no espaço cotidiano).

Neste sentido, em 1974, Tuan ao estudar as atitudes percepções e valores dos homens em relação ao ambiente, propôs o termo *Topofilia*, "elo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico", ou seja, "o conjunto de relações afetivas e emocionais que o homem mantém com o lugar". (TUAN,1980)

A partir desta valorização da percepção e das atitudes advém o interesse em estudar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. "Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção". (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 23)

A noção de lugar, refere-se, assim, ao centro de significado e o foco de vinculação emocional para o homem. Esta categoria possui um sentido, um espírito uma personalidade que se manifesta através da apreciação visual ou estética e pelos sentidos vinculados a uma longa vivência.

Qualquer espaço, no entanto, não pode ser considerado um lugar, pois o lugar emerge através dos sentimentos e afeições que lhe são associados. Este é o centro de significância afetiva ou um foco de ação emocional de uma pessoa ou grupo de pessoas. Desta forma, é através das experiências cotidianas, que os espaços são ordenados e lhe são atribuídos significados.

Nesta perspectiva, os lugares humanos podem variar em tamanho. Assim, tanto "uma poltrona perto da lareira", quanto um estado nação podem ser lugares. (TUAN, 1980, p. 142) Segundo Relph²⁴, a identidade dos lugares possui três componentes interrelacionados: traços físicos, atividades e funções observáveis e significados ou símbolos. (HOLZER, 1992)

Além disso, o conceito de lugar pode ser classificado de três maneiras: lugar vivido, lugar percebido e lugar concebido; não esquecendo o conceito de não lugar, desenvolvido por Relph, visto como um produto da supermodernidade, por exemplo as vias expressas e os aeroportos.

²⁴ **Vide:** RELPH, E. *Place and Placelessness*. Londres: Pion, 1976.

Sendo assim, a partir da importância concedida a percepção e a experiência pessoal ou coletiva, a “... ênfase se desloca do espaço, um conceito abstrato, ao lugar, no âmbito da existência real e da experiência vivida”. (CAPEL, 1981, p. 444)

A Geografia das Representações, por sua vez, tem como objetivo principal analisar a forma como o vivido do homem contribui na elaboração das **imagens mentais**, e como estas influenciam as práticas sócio-espaciais que modificam o vivido do homem.

As imagens mentais constituem, então, as representações que se utilizam das informações conceituais (abstratas) e da experiência perceptiva direta, correspondendo, ao mesmo tempo, a insumos da memória e da percepção. Consequentemente, possuem tanto a função referencial na reconstrução das percepções, quanto a função elaborativa para organizar as novas relações e as experiências anteriores. (BAILLY apud Mesquita, [1994])²⁵

A Geografia das Representações, em outras palavras, no intuito de ultrapassar as análises morfológicas e funcionais do espaço, introduz a afetividade e o simbolismo na interpretação de nossas práticas cotidianas. Isto ocorre a partir do uso das **representações mentais** e do imaginário²⁶, nos estudos da densidade das relações tecidas entre o homem e o seu território.

De acordo com Relph²⁷, as representações mentais revelam os sistemas de valorização e satisfação que explicam a diversidade do mundo e a sensibilidade dos lugares, quer seja da habitação ou de espaços mais amplos. (BAILLY, 1986)

As relações entre espaços e representações, no entanto, só se tornam possíveis a partir da análise dos processos cognitivos, que tratam dos mecanismos de aquisição, de representação dos objetos e suas transformações em conhecimentos úteis para nossos julgamentos e decisões. O ato de representar um objeto, então, não consiste em simplesmente reproduzi-lo, mas reconstituí-lo, com transformações. (MOSCOVICI, 1978)

As representações vinculadas aos fatos sociais, passíveis de observação e interpretação não são dadas a priori e não são universais na consciência. O substrato social, segundo Durkheim, é a base das representações e algumas destas bases exercem uma coerção social

²⁵ **Vide:** BAILLY, A. La géographie des représentations: espaces perçus et espaces vécus. In: BAILLY, A. (Coord.) *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1984. pp. 133-138.

²⁶ O imaginário social corresponde àquelas representações que, entremeadas e articuladas, correspondem, sistematicamente e em linha ascendente, a desejos expectativas, projetos, valores, crenças e hábitos. (FERRARA apud CAMPOS, 1997, p. 52)

²⁷ **Vide:** RELPH, E. op. cit.

sobre nós para atuarmos em determinado sentido, como por exemplo, a religião e a moral, as categorias de espaço, de tempo e de personalidade, e as representações sociais históricas.

Enquanto criações sociais de idéias, as representações, apresentam-se tanto como representações sociais, a reprodução de uma percepção anterior ou do conteúdo do pensamento, quanto como representações sociais coletivas, categorias de pensamento pelas quais uma sociedade elabora e expressa sua realidade. Assim, as representações sociais, “são todas elas maneiras de agir; pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe”. (DURKHEIM apud MESQUITA, 1999)²⁸.

Neste sentido, segundo Serge Moscovici (1978, p. 28), a representação social pode ser definida como “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação” .

A Geografia das Representações, portanto, a partir da noção fenomenológica de mundo vivido, busca revelar as experiências do vivido através de dados individuais e subjetivos. Desta forma, considerando as noções de espaço vivido e espaço percebido, as representações do espaço podem ir além da simples percepção do ambiente real, referindo-se também a espaços não percebidos atualmente ou a espaços imaginários.

A partir do mundo cotidiano, os conjuntos de abstrações que envolvem o senso comum podem ser interpretados e construídos, pois a existência cotidiana é dotada de significados, selecionados através de construções mentais e de "representações" do "senso comum". (MESQUITA, 1999).

Uma representação, desta forma, segundo Moscovici citado em Mesquita (1999), "é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas".

Neste contexto, os estudos sobre o papel das representações no comportamento dos homens datam do início do século XX, quando foram desenvolvidos trabalhos sobre o deslocamentos dos homens no espaço e as pertencas regionais ou nacionais, tratam-se de representações coletivas do espaço que explicam os vínculos territoriais e dão sentido aos lugares.

²⁸ **Vide:** DURKHEIM, E. Da Divisão do Trabalho Social. (Pensadores) São Paulo: Abril, 1978.

Contudo, foi apenas na década de trinta, a partir das pesquisas de Skinner “Estímulo e Resposta”, que a idéia de relações diretas entre os estímulos do ambiente e o comportamento humano pode se desenvolver. Emerge, assim, o enfoque ambientalista, fundamentado em análises do comportamento dos indivíduos. Estas análises designam um comportamento vinculado às condições do ambiente, sobretudo, os meios físico natural e o quadro construído.

Dentre os autores que desenvolveram trabalhos vinculados as ligações entre comportamentos humanos e espaços vividos, destaca-se Kevin Lynch (1997). Este autor, analisou o papel de certos elementos externos e as propriedades geométricas que o homem utiliza dentro de suas práticas. Em suas preocupações há uma valorização do processo de apreensão do indivíduo e dos elementos visualizados e retidos na memória, recuperados através dos mapas mentais. Também, atribui-se a ele, a origem do *Behavior Setting*, o "estudo do espaço dentro do território representado e praticado por uma comunidade humana." (BAILLY, 1986) Todavia, apesar desses estudos constituírem uma referência para a análise do espaço urbano em função das percepções e representações sócio-espaciais dos seus usuários, os críticos alegam que Lynch não contemplou as dimensões sociais, culturais e ideológicas da percepção ambiental.

A partir do exposto, constata-se que a produção do espaço urbano não se encerra nas formas espaciais concebidas e implementadas pelos atores tomadores de decisões (Estado, promotores imobiliários, etc.), pois na verdade os seus usuários (consumidores do espaço) continuam esta produção através das suas práticas e representações cotidianas, resgatando as múltiplas relações existentes ente o homem e o espaço, expondo as fissuras existentes entre os avanços das técnicas e os espaços vividos cotidianamente.

As noções de espaço assim apresentadas, envolvem um complexo de idéias, que se distanciam das concepções de espaços que abarcam apenas a sua materialidade enquanto objeto das relações sociais, e aproxima-se da perspectiva de um espaço social, que relaciona o objetivo e o subjetivo, a partir de um análise intersubjetiva.

A noção de intersubjetividade contribui na união das dimensões pessoais e coletivas da experiência humana do espaço, lançando luz sobre as tensões entre o passado e o presente e sobre as implicações dos estilos característicos de qualquer *status quo*. (BUTTIMER, 1982)

O espaço urbano, portanto, enquanto produto da relação entre processos sociais e formas espaciais, pode ser apreendido tanto na perspectiva ideológica e sócio-econômica, quanto na perspectiva das práticas e representações sócio-espaciais dos cotidianos dos seus cidadãos.

Assim, a materialidade expressa pela forma conjunto habitacional, enquanto solução habitacional e imposição ao cotidiano, pode ser interpretada através das experiências diárias dos indivíduos ou grupos em seu mundo vivido, visando compreender o que estes consideram sobre o lugar, o espaço e a sociedade, e ainda como as instituições administrativas e funcionais organizam o meio ambiente.

CAPÍTULO 2

NOS MEANDROS DA QUESTÃO HABITACIONAL

2 – NOS MEANDROS DA QUESTÃO HABITACIONAL

2.1 – COMPREENDENDO A QUESTÃO HABITACIONAL

A palavra habitação “... designa, de maneira genérica, o lugar de moradia das pessoas, seja na cidade ou no campo”. (SPÓSITO apud SANTOS,V.,1999, p. 84)²⁹ Entretanto, quando se aborda a questão habitacional, verifica-se que os termos moradia e residência, também são empregados como sinônimos, para designar o lugar onde se mora. Neste sentido, o dicionário define os termos habitar, morar e residir enquanto sinônimos. (BUENO,1980)

Para o desenvolvimento desta pesquisa, no entanto, considerando-se esse largo espectro de utilização, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre tais termos. Assim, os termos **habitação** e **residência** se apresentam relacionados à casa propriamente dita, ao passo que, numa perspectiva antropológica, a **moradia** se apresenta de forma mais ampla, relacionando-se com a casa e o seu entorno.

Nesta linha de raciocínio, Ortiz e Hue apreendem a questão da habitação de forma ampla, associando-a a uma série de problemas que vivemos diariamente no meio urbano e que transformam o ato de morar em algo mais complexo do que apenas possuir uma casa.

Somando-se as questões da habitação, infra-estrutura, solo urbano e oferta de trabalho a outros problemas que vivemos a cada dia no meio urbano, fica fácil perceber que morar é muito mais complexo do que simplesmente conseguir uma casa. [...] De modo mais amplo, **o morar mostra como o homem racionaliza e organiza o espaço em que vive – sua utilização e distribuição**. E mostra mais do que isso: como ele vê a si mesmo no conjunto da sociedade, qual o espaço que lhe é devido e reservado ou do qual se apropria. (ORTIZ e HUE apud SANTOS,V.,1999. p. 83)³⁰

²⁹**Vide:** SPÓSITO, Eliseu S. *A Vida na Cidade*. São Paulo: Contexto,1994. (Coleção Repensando a Geografia)

³⁰**Vide:** ORTIZ, M. C. M.; HUE, R. S. de A. *Minaçu e Recife: histórias de habitações e seus habitantes*. São Paulo: Projeto, 1987.

Heidegger, por sua vez, introduziu o termo *dwelling* enquanto noção fenomenológica que significa viver harmoniosamente no lugar, sentir-se em casa tanto social, ecológica e espiritualmente. Nesta perspectiva, “... **habitar** implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa”. (BUTTNER, 1982, p. 166)

Admitindo-se as diferenças acima expostas, esta pesquisa compreende que o termo **residir** designa o simples ato de se fixar numa residência ou habitação. Ao passo que, o termo **morar**, será utilizado como sinônimo de **habitar**, referindo-se, assim, às práticas que as pessoas estabelecem, através de um diálogo diário com o seu meio ambiente ecológico (ambiente construído) e social, visando a construção de um lar. Desta forma, a habitação apresenta características historicamente diversas, a partir das quais os homens estabelecem vários estilos de habitar no espaço e no tempo.

Assim, numa primeira reflexão, a habitação talvez representasse para o homem da caverna apenas um abrigo, enquanto que, para o homem medieval urbano a habitação além de ser um abrigo era também o seu local de trabalho. Neste sentido, Rodrigues diz que, além da necessidade de se ter um abrigo, é no interior da casa “... onde se dorme, tem-se privacidade, faz-se as refeições, realiza-se a higiene pessoal, convive-se com o grupo doméstico, etc”. Mas, além disso, a residência é também local de trabalho: “sempre se trabalha na casa para a própria manutenção, como lavar, cozinhar, passar e, muitas vezes, para a concretização de um valor em dinheiro, para a subsistência”. (RODRIGUES, 1997, p. 11)

Nesta perspectiva, a habitação se apresenta enquanto uma necessidade que todo ser humano tem por abrigo e proteção contra as intempéries e outras agressões, tanto da natureza, quanto dos seus semelhantes. (VILLAÇA, 1986) Esta se constitui numa das necessidades básicas dos indivíduos, pois lhes propicia as condições necessárias para que possam desenvolver sua vida individual, familiar e social.

Todavia, sob o modelo capitalista de produção, a habitação passa, progressivamente, a desempenhar outros papéis e a possuir outros significados. Com o desenvolvimento do capitalismo, processa-se a separação entre o trabalhador e os seus meios de produção. Os serviços que anteriormente eram prestados sem se extrair mais-valia dos setores produtivos, passam a sê-lo, o trabalho se transforma em trabalho assalariado e a força de trabalho passa a ser uma mercadoria. Em consequência disto, a habitação, juntamente com os demais bens

necessários à sobrevivência e a reprodução do trabalhador, passa gradativamente a assumir a forma de mercadoria.

A habitação possui, assim, por um lado, a utilidade de atender a uma necessidade essencial da reprodução humana, ou seja, a habitação possui um **valor de uso**, por sua condição de abrigo. Por outro lado, no âmbito da produção capitalista, a mercadoria habitação, adquire um **valor de troca**, isto é, algo permutável no mercado por um valor equivalente, quando o valor do trabalho incorporado em sua produção é associado ao seu valor de uso. (SOUZA, M., 1990b)

Diante disto, a questão da habitação consiste, inicialmente, nos problemas que os homens têm que enfrentar para conseguir um abrigo, ou seja, uma habitação. Contudo, com o surgimento do “homem livre” e as configurações históricas engendradas pelo modo de produção capitalista, o problema da habitação passa a girar progressivamente em torno do direito que todos os cidadãos têm à habitação. (VILAÇA, 1986)

Este é um problema de ordem estrutural nas sociedades capitalistas, que se apresenta como a defasagem existente na relação entre a oferta e a demanda, determinada pelas relações de produção capitalistas, em geral, e pelas específicas condições sociais da produção e comercialização da mercadoria habitação. (SILVA, 1987)

Neste âmbito, a habitação, enquanto mercadoria produzida segundo a lógica capitalista, isto é, um bem que precisa ser vendido para se obter lucro, caracteriza-se tanto por ser um produto com características específicas, quanto por seu lugar no conjunto do sistema econômico.

Com relação às características específicas da habitação, Castells afirma que este é um bem diferenciado, que influencia os seus habitantes através da sua qualidade, sua forma e seu status institucional.

A habitação “... é um bem diferenciado que apresenta toda uma gama de características, no que concerne a sua qualidade (equipamento, conforto, tipo de construção, durabilidade etc.), sua forma (individual, coletiva, objeto arquitetural, integração no conjunto de habitações e na região) e seu status institucional (sem título, alugada, casa própria, co-propriedade etc.) que determinam os papéis, os níveis e as filiações simbólicas de seus ocupantes”. (CASTELLS, 1983, p. 185)

Quanto ao papel da habitação no conjunto do sistema econômico, esta mercadoria corresponde a um dos elementos básicos da reprodução da força de trabalho, na medida em que acompanha os movimentos de concentração, dispersão e distribuição dos trabalhadores e representa um dos elementos essenciais que compõem as necessidades de consumo, e que determinam o valor da força de trabalho.

Contudo, face às especificidades do processo produtivo da habitação, o elevado preço desta mercadoria na cesta do consumidor “... chega a contrariar a tendência à queda geral do valor da força do trabalho. Como essa queda tendencial é inerente ao próprio processo de produção capitalista, torna-se cada vez mais difícil o acesso à habitação tida como socialmente adequada”. (SOUZA, M., 1990b)

Dito isto, o chamado “custo de reprodução da força de trabalho” se constitui no valor da parcela da riqueza social despendida para sustentar e reproduzir o trabalhador. Todavia, quanto menos desta riqueza social for gasta para vestir, alimentar, cuidar da saúde e abrigar o trabalhador, tanto maior será o montante que sobrar para entrar no circuito da acumulação de lucros. (VILLAÇA, 1986)

O processo de produção desta mercadoria especial, a habitação, apresenta, assim, algumas especificidades que o diferencia dos demais processos de produção de bens duráveis. A produção de habitações resulta da articulação de três elementos: o terreno para a construção, os materiais e/ou elementos incorporados e a construção da habitação propriamente dita. Este processo, subordinado ao mercado de terras e ao capital imobiliário, depende tanto dos preços e da disponibilidade dos terrenos, como da especulação imobiliária³¹ resultante. Segundo Castells (1983, p. 190), “trata-se da articulação da renda imobiliária com o lucro capitalista”.

Neste contexto, o mercado de terras, aparentemente em função da correlação oferta-procura de terras, configura-se pelo conjunto das operações de compra e venda realizadas pelos diferentes agentes econômicos. Contudo, a terra necessária à produção de habitações se apresenta monopolizada pela instituição da propriedade privada.

A propriedade privada da terra exerce um monopólio sobre uma condição de produção que não é criada pelo capital, pois a terra, enquanto um bem escasso e não reproduzível, não é fruto do trabalho humano e portanto não possui um preço que expresse o seu valor monetário. Todavia, uma vez negociada no mercado imobiliário, a terra se constitui mercadoria, pois

³¹ “A especulação imobiliária pode ser entendida como o processo cuja dinâmica objetiva, sob as mais variadas formas, potencializar valorização no imóvel urbano”. (SILVA, 1987, p. 22)

passa a apresentar um preço que é uma materialização da propriedade privada, que realiza a renda obtida pelo proprietário fundiário.

Assim, a mercadoria terra, apesar de ser para a teoria um conceito irracional, funciona no contexto histórico como base material primária do capital e também como reserva de valor, devido justamente a que seu preço é uma renda capitalizada. (SILVA, 1987, p. 20)

A terra se constitui, então, num obstáculo à realização da produção de habitações, pois este setor da produção necessita para se desenvolver de uma constante oferta de terrenos, o que implica que o capital deve pagar um tributo (renda fundiária) ao proprietário fundiário, para dispor do terreno necessário para cada novo ciclo de produção.

Segundo Low-Beer, “a renda da terra paga pelos que utilizam o espaço para fins de consumo não tem o mesmo caráter daquela paga pelos que visam lucro. A renda diferencial é paga pelas empresas, tendo em vista o superlucro que cada localização específica lhe proporciona. A renda paga pelos indivíduos depende da sua quantidade, da repartição da renda pessoal e de necessidades múltiplas que a própria promoção imobiliária cria”. (LOW-BEER apud SILVA, 1987, p. 24)³²

A disponibilidade e o preço da terra destinada a produção de habitações, por sua vez, são condicionados pelo fator locacional na divisão econômica e social do espaço urbano, ou seja, a partir de diferentes níveis de acessibilidade às vias de comunicação e aos diversos bens e serviços, a especulação imobiliária promove uma valorização diferenciada dos imóveis e terrenos.

Neste sentido, o valor monetário da residência é, em parte, fixado através do mecanismo de internalização das externalidades do ambiente construído que a rodeia, sobretudo em função das mudanças promovidas pelos investimentos públicos e/ou privados.

³² **Vide:** LOW-BEER, Jacqueline D. – “Renda Terra – Algumas Noções Básicas para a Compreensão do Caso Urbano”. In: *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Cortez. n.º 8. jan./abr. 1983, p. 39

No processo especulatório, o mecanismo mais frequentemente utilizado para promover valorização é procurar internalizar, nos imóveis, as externalidades do ambiente construído, ou seja, as mudanças verificadas e/ou as que se verificarão no futuro, em função não só dos investimentos públicos em: reestruturação urbana; construção de infra-estrutura; sistema viário e de transporte coletivo; equipamentos sociais e serviços públicos em geral; como também em função dos investimentos privados, em modernas edificações residenciais e comerciais (bancos, shopping-centers etc.). (SILVA, 1987, p. 22-23)

Segundo Smolka, uma outra forma de também se obter maior rentabilidade no mercado imobiliário, é transformar a compra de um imóvel em um “investimento”. O incorporador imobiliário através de inovações nos empreendimentos imobiliários, ou seja, mudanças na engenharia do produto (construção de piscinas, saunas, salões de festas, etc.), introduz modificações nos fatores subjetivos da demanda. Assim, “... o objeto de negociação que era, por assim dizer, o valor de uso do imóvel, passa a ser o seu valor de troca, desviando-se, assim, a atenção sobre o nível do preço em favor da valorização esperada, isto é, a variação futura de seu preço”. (SMOLKA apud SILVA, 1987, p. 23)³³

Desta forma, não são apenas as condições físicas e o acesso a bens e serviços que influenciam nos preços dos imóveis, há também, dentre os elementos subjetivos que exercem influência no processo de valorização dos imóveis, o fator ideológico, isto é, as “variáveis ideológicas, como situação sócio-econômica da vizinhança, tipo de construção predominante na área, status do bairro, da cidade entre outros, são também de suma importância”. (AZEVEDO apud SILVA, 1987, p. 23)³⁴

A especulação imobiliária, provoca, assim, uma drenagem do valor socialmente criado, principalmente a partir da intervenção pública, através dos processos de renovação, implantação de infra-estrutura, etc. Esta especulação ocasiona um forte bloqueio à expansão da produção de habitações, uma vez que, o proprietário fundiário ao realizar ou se apropriar

³³**Vide:** SMOLKA, Martin. *O Preço da Terra e Valorização Imobiliária Urbana: esboço para o enquadramento conceitual da questão*. IPEA – Dez. 1979 (mimeo)

³⁴ **Vide:** AZEVEDO, Sérgio. “Política de Habitação Popular e Subdesenvolvimento – Dilemas, Desafios e Perspectivas”. In: Debates Urbanos, n.º 4, *Política Pública para Áreas Urbanas: Dilemas e Alternativas*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

deste valor socialmente criado via renda da terra, imprime um caráter estratificador ao espaço residencial.

Consequentemente, em virtude desta escolha por certas localizações socialmente valorizadas e/ou funcionalmente desejáveis, ocorre um aumento nos preços dos terrenos e imóveis, sem outra justificativa a não ser a desses benefícios especulativos. Há, assim, em virtude desse aumento nas taxas de lucro, uma tendência dos proprietários desses imóveis e terrenos os venderem por preços elevados ou não os venderem visando uma super-especulação.

A estocagem de terrenos, à espera de valorização, apresenta-se, desta forma, como uma das mais imediatas e danosas conseqüências da especulação imobiliária sobre a produção e oferta de habitações, uma vez que, "... estimula o parcelamento do solo urbano e, conseqüentemente, a formação de "vazios" na malha urbana, que vai entrar não só a produção de moradias, como vai obstaculizar a modernização tecnológica da própria indústria da construção civil". (SILVA, 1987, p. 23)

Nesta perspectiva, o processo de trabalho empregado na produção de habitações também contribui para a manutenção e conservação de métodos arcaicos na indústria da construção civil, pois se utiliza, de forma intensiva, do trabalho mal remunerado de uma mão-de-obra mal qualificada e de pouca especialização. A utilização dessa mão-de-obra, justificada como forma de manter o nível de empregos, além de não exercer pressão para inovações tecnológicas no setor, contribui para o fracionamento das atividades produtivas entre as pequenas empresas, em razão da sua baixa produtividade, e ainda diminui o lucro, aumenta os preços e desencoraja os investimentos.

Associado a isso, outro aspecto importante desse processo produtivo, refere-se à questão da longa taxa de rotação dos capitais investidos na produção de habitações. Esta mercadoria, diferentemente de outras, que propiciam ao capitalista o rápido retorno da quantia inicialmente investida, acrescida de um excedente, não apenas demora muito para ser produzida, como também para ser consumida.

O processo de produção de habitações, a partir dessas características, ocasiona uma redução na concentração de capitais investidos na indústria da construção civil e a busca de uma alta taxa de lucro a curto prazo, o que desloca o eixo da acumulação setorial da produção para a circulação. (SILVA, 1987)

Segundo Melo (1990), emerge a necessidade de um capital circulante autônomo, composto pelos capitais imobiliário e de empréstimo³⁵, imprescindível à rotação do capital industrial, antes que o produto final esteja pronto para ser comercializado e usado. Este capital de circulação, sob a gestão do promotor imobiliário, passa, então, a dominar a acumulação setorial, assegurando o funcionamento do processo de produção de habitações.

Neste sentido, considerando-se a presença desses capitais que financiam a produção e o consumo de habitações, Ribeiro³⁶ distingue três sistemas de produção e circulação desta mercadoria, quais sejam: um **sistema não mercantil**, onde o agente dominante é o usuário, que por dispor da terra, constrói ou manda construir sua residência, visando a utilidade do imóvel; um **sistema rentista**, onde o agente dominante é o proprietário da terra, que poderá loteá-la, construir habitações para venda ou aluguel, ou alugar a terra a um construtor, no intuito de se apropriar de uma renda fundiária; e um **sistema de incorporação imobiliária**, cujo papel dominante é exercido pelo capital financeiro, que financia a produção através do controle do terreno e da transformação de seu uso, visando o lucro advindo da produção imobiliária. (SOUZA, M., 1990b)

A origem desse capital circulante, no entanto, face as suas dificuldades de rentabilidade, não poderia ser privada. O que torna necessário a intervenção do Estado, visando assegurar a rentabilidade dos diversos capitais. (MELO, 1990)

Neste contexto, a economia privada, mediante o elevado preço relativo da habitação e do baixo poder aquisitivo das classes populares, não consegue atender a todas as demandas por habitações decentes, quer seja sob a forma de mercadoria ou não. Conseqüentemente, o mercado imobiliário se volta para atender a demanda de habitações das classes mais abastadas (a demanda solvável)³⁷, visando maximizar os lucros, e ignora a demanda por moradias populares.

Essa incapacidade da economia privada em atender as mínimas necessidades de habitações, exige, assim, a intervenção do Estado capitalista, em todos os seus níveis, no mercado imobiliário. Esta intervenção, no âmbito de uma política estatal, voltada mais

³⁵ O **capital imobiliário rentista**: financia e compra a mesma mercadoria imediatamente na produção para alugá-la ao usuário; e o **capital de empréstimo**: financia a compra através do fornecimento ao consumidor de um crédito imobiliário de longo prazo. (SOUZA, M., 1990b)

³⁶ **Vide**: RIBEIRO, Luiz C. de Q. Espaço Urbano, Mercado de Terras e Produção da Habitação. In: SILVA, L. A. Machado. (Org.) *Solo Urbano. Tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Debates Urbanos, 1)

³⁷ A demanda solvável é constituída pelos consumidores que podem pagar o preço do produto.

especificamente para atender as exigências político-econômicas suscitadas nas diferentes conjunturas históricas, visa não só estabelecer um equilíbrio na oferta deste bem no mercado, mas, principalmente, equacionar a questão da solvabilidade da demanda popular de moradias e equipamentos urbanos.

A intervenção do Estado, através das políticas habitacionais, torna-se fundamental no sentido de criar as condições de inserção dos diversos setores da população nesse sistema, especialmente aqueles mais pobres que se vêem excluídos do mercado formal pelo custo cada vez maior que a habitação passa a representar enquanto elemento essencial de seu consumo”. (SOUZA, M., 1990b, p. 16)

O Estado capitalista, no entanto, mesmo intervindo no mercado imobiliário, através das políticas públicas habitacionais, não consegue atender de forma satisfatória as demandas de habitações das classes populares. Isto se deve, sobretudo, ao fato das políticas públicas³⁸, em diferentes conjunturas históricas, visarem alcançar uma série de objetivos, muitos dos quais contraditórios e de conseqüências imprevistas. (VILLAÇA, 1986) Como é o caso do Estado capitalista “... viabilizar o processo de acumulação, ao mesmo tempo em que busca sua legitimação junto àqueles às custas dos quais se dá essa acumulação.” (SOUZA, M., 1990b, p. 12)

Nesta perspectiva, “... o Estado – dada a necessidade político-econômica de cada conjuntura, nos diferentes momentos históricos – ao intervir no mercado imobiliário, através das políticas públicas de habitação popular, visa alcançar uma gama considerável de objetivos, ou seja: ora busca legitimação política, ora busca o controle social das classes subalternas, ora pretende promover a formação de uma força de trabalho cativa, ora visa à reprodução da força de trabalho e/ou à diminuição do seu valor. Muitas vezes pretende promover superação de crises cíclicas da economia, ou até mesmo promover às classes populares acesso real aos direitos de cidadania”. (SILVA, 1987, p. 25)

³⁸A política pública é um conjunto de sucessivas tomadas de posição do Estado frente a questões socialmente problemáticas. (OSZLAK apud GOMES, 1989, p. 25)

Diante desse fato, a classe dominante e com ela o Estado, procura encobrir sua incapacidade em resolver o problema da habitação, utilizando-se do conceito ideológico do “problema habitacional” e da idéia de que esse problema “sempre existiu e sempre existirá”. O uso da ideologia pela classe dominante visa, através de um problema que na sua lógica não existe, fazer com que a classe dominada acredite que esse problema é de difícil solução e que o Estado está fazendo de tudo para minorá-lo. Todavia, segundo Bolaffi³⁹, não é que o problema habitacional não exista, mas a verdade é que não se pode falar em déficit habitacional numa economia de mercado, da mesma maneira que não tem cabimento se falar de “déficit” de automóveis ou televisores. “O Brasil possui exatamente o número de habitações para o qual existe uma demanda monetária”. (VILLAÇA, 1986, p. 12)

O problema habitacional ultrapassa, então, os simples mecanismos de regulação entre a oferta e a demanda de um bem no mercado. Este é o resultado de um processo mais amplo de acumulação concentradora e excludente que agrava a desigualdade distributiva da renda e o problema do emprego. O chamado problema habitacional está presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores, o que transforma a habitação em um componente cada vez mais fora dos custos de reprodução da população de menor poder aquisitivo.

Neste sentido, segundo Castells (1983), esse problema atinge também as camadas médias da população. Estas, apesar de possuírem um maior poder aquisitivo em relação às camadas populares, não conseguem escapar da falta de conforto e de equipamentos, superpovoamento, velhice e insalubridade das habitações.

O problema habitacional consiste no desafio de garantir a universalidade do acesso de todos os cidadãos à habitação e a equipamentos urbanos. Neste contexto, a habitação foi incluída, em meados do século XX, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 25, enquanto um dos elementos indispensáveis à constituição de um padrão de vida capaz de assegurar saúde e bem estar ao homem e a sua família. (VILAÇA, 1986)

Diante disto, qual seria então a melhor maneira de resolver esse problema? Inicialmente, pode-se dizer que é necessário oferecer à toda população as mínimas condições habitacionais num determinado período histórico, respeitando-se as características econômicas, culturais e tecnológicas do país. (VILLAÇA, 1986)

³⁹ **Vide:** BOLAFFI, G. “Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema.” In: MARICATO, E. *A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. Alfa Omega, 1979.

Todavia, entendendo-se que habitar possui uma noção mais ampla do que simplesmente possuir uma habitação, pois esta prática envolve as complexas relações das pessoas com a casa e o seu entorno, questiona-se qual seria o padrão habitacional que solucionaria o problema da habitação? A resposta a essa pergunta, no entanto, tendo em vista as características específicas desta mercadoria em cada conjuntura histórica, ultrapassa a esfera técnica (engenheiros e arquitetos) e política, residindo na esfera sócio-cultural.

2.2 – A PRODUÇÃO DA FORMA CONJUNTO

O problema da habitação popular urbana no Brasil, emerge na segunda metade do século XIX, com a penetração do capitalismo e o surgimento dos homens livres. Similar ao que já havia acontecido há um século atrás na Inglaterra, os despossuídos de seus meios de produção (sua terra, sua oficina, seus meios de trabalho), passam a se dirigir para as cidades em busca de oportunidades. Por conseguinte, em razão desse incremento populacional, emerge nas cidades o problema da falta de alojamentos para abrigá-los, ou seja, o problema da habitação enquanto questão social. (VILLAÇA, 1986)

Neste contexto, as primeiras medidas empreendidas pela iniciativa privada brasileira visando alojar esse contingente populacional foram os cortiços. Estes eram habitações coletivas, em imóveis com pouca ou nenhuma conservação, com média de idade de construção elevada, que proliferaram nas áreas centrais das cidades.

Os cortiços eram casas especialmente construídas para o aluguel, com tanques de lavar roupa e instalações sanitárias de uso comum. Viver em cortiços, significava residir com várias pessoas em cômodos minúsculos, que possuem várias funções: dormitório, cozinha, refeitório, etc. (RODRIGUES, 1997)

Segundo Villaça (1986, p. 35), “o cortiço é uma ‘solução’ de mercado, é uma [...] (habitação) alugada, é um produto de iniciativa privada. Em seus diversos tipos, foi a primeira forma física de habitação oferecida ao homem livre brasileiro da mesma maneira que o aluguel foi a primeira forma econômica.”

No final do séc. XIX e início do séc. XX, portanto, os cortiços eram a forma predominante de habitação. Todavia, nas cidades desta época, marcadas por uma preocupação

com o saneamento, vigorava uma legislação urbanística⁴⁰ de combate às características destas edificações. Considerava-se que estes tipos de moradias poderiam propiciar a contaminação e a disseminação de epidemias, “doenças físicas e morais”, dizia-se que eram lugares que propiciavam a deformação do caráter do trabalhador. (RODRIGUES, 1997)

O combate a estas “moradias infectadas” se expressava de duas formas: por um lado, estabelecia-se limites à construção dos cortiços e de outro lado, incentivava-se a produção de casas higiênicas. (BONDUKI, 1998) As vilas operárias, construídas sob a forma de pequenas habitações unifamiliares em série, eram a modalidade de habitação para aluguel recomendada pelo poder público, que, segundo as concepções higienistas⁴¹, representavam o modelo mais salubre de habitação operária.

As vilas operárias, segundo Bonduki (1998), podiam ser caracterizadas em duas modalidades distintas, mesmo apresentando, às vezes, as mesmas características. A primeira era a “vila operária de empresa”, empreendida pelas indústrias, destinava-se aos seus funcionários. A outra era a “vila operária particular”, produzida por investidores privados, destinava-se ao mercado de locação.

Quanto à função destas vilas, diversas análises procuram explicar que elas difundiam “padrões de comportamento adequados, na óptica capitalista do desempenho do trabalho livre”. (BLAY apud BONDUKI, 1998, p. 47)⁴² Sob a ordem burguesa os trabalhadores seriam mantidos sob permanente controle, pois o operário ao ficar desempregado perdia o trabalho e a casa. E ainda, o aumento do salário implicava também aumento do aluguel.

Neste sentido, as vilas dispunham de vários equipamentos coletivos, escolas, igrejas, enfermarias, clubes, pequeno comércio, entre outros, administrados e sustentados pela indústria. A vida cotidiana obedecia ao ritmo imposto pela sirene da fábrica, que exercia controle quase absoluto sobre seus funcionários, tanto durante a jornada de trabalho como nas chamadas horas livres. Segundo Rolink (1981)⁴³, a vila operária “funciona como um

⁴⁰ Segundo Villaça (1986), a legislação urbanística inclui fundamentalmente três tipos de códigos: os de Posturas e Obras, os Loteamentos e os de Zoneamento.

⁴¹ As concepções higienistas transformaram-se em um autoritarismo sanitário, isto é, na imposição de uma terapia ao urbano que procurava sanear os males da cidade sobretudo através da eliminação dos seus sintomas – as moradias insalubres –, nunca questionando suas causas”. (BONDUKI, 1998, p. 42-3)

⁴² **Vide:** BLAY, Eva. “Dormitórios e Vilas Operárias”. In: *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

⁴³ **Vide:** ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar*. Dissertação de Mestrado apresentada à FAU-USP. São Paulo: 1981. (mimeo)

verdadeiro laboratório; de uma sociedade disciplinar, combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa”. (BONDUKI, 1998, p. 47)

As vilas, porém, não chegaram a ameaçar o negócio altamente rentável dos cortiços. As regras da ordem capitalista, na qual os salários precisavam ser mantidos abaixo do necessário à subsistência, foram mais forte que as intenções dos sanitaristas, tendo em vista, que o trabalhador necessita antes se alimentar do que morar numa habitação modelar.

O operário de menor renda, o trabalhador informal e o desempregado, portanto, não podendo pagar o aluguel de uma casa unifamiliar e isolada, encontravam no cortiço e na casa de cômodos o alojamento compatível com seus rendimentos. Assim, segundo Rodrigues (1997), os cortiços representam, ainda hoje, uma alternativa para as camadas populares das grandes cidades.

A iniciativa privada, portanto, desde o final do século XIX até a década de 1930, construiu várias modalidades de casa popular. Habitações, em sua maioria, destinadas ao aluguel, dada a inexistência de sistemas de financiamento da casa própria. Este predomínio da iniciativa privada, no entanto, perdurou até as transformações por que passou o país no período populista (1930-1964) desestimularem os investimentos nesse setor, deixando como opção a intervenção estatal – sempre limitada – e a ação dos próprios trabalhadores – moradores através do auto-emprego da habitação. (BONDUKI, 1998)

A partir de 1930, a era Vargas marca o surgimento da habitação social no Brasil. A questão principal passa a ser viabilizar o acesso a casa própria. A salubridade e a eliminação das formas coletivas de morar, por sua vez, continuavam no rol de objetivos, só que agora, em consequência da difusão da casa própria.

O problema da habitação social, nesta época, emergiu como a questão das condições de vida dos trabalhadores. A habitação operária tornou-se essencial para a manutenção da ordem política, econômica e social do Estado populista⁴⁴. Esta, passou a ser vista tanto como condição básica de reprodução da força de trabalho, quanto elemento essencial na formação ideológica, política e moral do trabalhador enquanto proprietário.

Neste contexto, em 1942, o Estado, visando destruir o modelo da casa alugada e implantar o da casa própria, interferiu no mercado de locação, congelando todos os aluguéis

⁴⁴ O populismo era a forma brasileira de “um Estado burguês com a particularidade de ter surgido com o apoio das massas operárias. A sua forma de existência era uma resposta a uma contexto político no qual a contribuição desses setores emergentes não poderia ser esquecida, nem a sua integração negligenciada, uma vez que constituía elemento dinâmico que o Estado procuraria canalizar para fortalecimento de seu projeto”. (MELO, 1990)

ao nível dos que vigoravam em 1941, através da Lei do Inquilinato. Além disto, foi reformulada a Lei de Condomínios⁴⁵ para permitir a propriedade individual de unidades residenciais em um único edifício, favorecendo assim a venda de apartamentos em grandes quantidades.(VILLAÇA, 1986)

A Lei do Inquilinato, por um lado, favoreceu os assalariados, ao por um freio na especulação imobiliária. Por outro lado, a partir do congelamento dos aluguéis, houve um desestímulo na aplicação de capitais privados na construção de imóveis e uma conseqüente elevação nos preços dos aluguéis, o que deixou os inquilinos permanentemente ameaçados de se tornarem “sem-teto”. Consequentemente, estimulou a aspiração dos trabalhadores pela casa própria, fazendo com que eles passassem a não medir esforços para obtê-la.

A casa própria simbolizava para o trabalhador urbano progresso material, uma demonstração que o trabalho gera frutos e riquezas. As classes trabalhadoras como todas as classes sociais menos abastadas, esperam realizar o sonho que alimenta cada chefe de família, isto é, a posse de uma habitação econômica, confortável e higiênica, que os livre dos aluguéis esmagadores e das habitações coletivas, tenham estas o título que tiverem. (MALHEIROS apud BONDUKI, 1998, p. 89)⁴⁶

Neste sentido, o papel da família, com sua função de reproduzir a ordem e moral estabelecida, era essencial. A constituição que instituiu o Estado Novo em 1937 dava atenção toda especial à família, determinando no artigo 124, que ela estaria “sob proteção do Estado”. A associação entre família e habitação fez da questão habitacional uma pedra angular da reprodução ideológica dos valores burgueses, que se buscava universalizar em todas as classes sociais, sobretudo os trabalhadores urbanos. (BONDUKI, 1998)

A busca destes objetivos, no entanto, constituía-se um desafio para uma sociedade que se urbanizava com rapidez e esperava industrializar-se sem dispor de grande volume de capitais. Interessava, então, reduzir o valor efetivo despendido pelos trabalhadores com a habitação, o que reduziria de forma significativa os custos com mão-de-obra.

O problema da habitação, tornou-se objeto de reflexões multidisciplinares, que resultaram não só num diagnóstico das condições habitacionais e dos obstáculos para sua melhoria, como também na elaboração de propostas que levavam em conta os aspectos

⁴⁵ Segundo Villaça (1986), até a década de 1940, os edifícios em condomínio eram em pequeno número e o problema jurídico representado pela propriedade individual de apartamentos em um único edifício (sem haver co-propriedade) não estava ainda resolvido.

⁴⁶ **Vide:** MALHEIROS, V. “Trabalho e Habitação”, In: Revista do Arquivo Municipal 82, 1942.

físicos, institucionais, urbanísticos, econômicos, jurídicos, sociais e ideológicos da questão. Neste âmbito, os empresários acreditavam que só a intervenção estatal seria capaz de viabilizar moradias dignas para os trabalhadores. Os engenheiros, por sua vez, buscavam, através do desenvolvimento técnico e na mudança de legislação, reduzir o custo de produção de habitação; ao passo que os demais profissionais tentavam demonstrar que a obtenção de uma habitação digna dependia da vontade do trabalhador, que deveria ser convencido, através da educação, que a casa própria na periferia, mesmo precária e desprovida de infra-estrutura, era melhor que o cortiço.⁴⁷ (BONDUKI, 1998)

A melhoria do padrão de vida tem de ser procurada pelo próprio indivíduo, logo que sinta necessidade de melhorar. E essa necessidade se incute pela educação, criando no indivíduo a ambição e o hábito de higiene e do conforto. [...] O problema da habitação se transforma, assim, em um problema de educação. (VALENTE apud BONDUKI, 1998, p. 87)⁴⁸

A partir desse esforço de reflexão, desenvolveu-se o suporte ideológico necessário às propostas de transferir para o Estado e para os trabalhadores o encargo de mobilizar os recursos necessários para enfrentar o problema da habitação popular. A estratégia, segundo Bonduki (1998), era fazer com que os trabalhadores passassem a desejar o modelo de habitação que as elites queriam implantar. Isso implicava, por um lado, a mudança de certa cultura de morar e, por outro, a exigência de que o trabalhador aprendesse a poupar, a fim de juntar os valores necessários para adquirir ou edificar uma casa – um hábito que, ao mesmo tempo, contribuiria para o esforço nacional de financiamento dos grandes projetos de desenvolvimento.

Neste período, consolidou-se a noção de que cabia ao Estado garantir condições dignas de habitação e que, para tanto, era preciso investir recursos públicos e sociais. Esse consenso, a partir de um amplo leque de setores sociais, respaldou a criação ou o fortalecimento dos órgãos governamentais encarregados de produzir ou financiar a produção de habitações, como

⁴⁷ Esta concepção ia ao encontro de um antigo desejo da elite, de eliminar os cortiços do centro da cidade e segregar o trabalhador na periferia, reduzindo assim o custo das moradias e ampliando a distância física entre as classes sociais.

⁴⁸ **Vide:** VALENTE, R. Capote. “Encerramento da Jornada”, In: Revista do Arquivo Municipal 82, Ano VII, mar/abr 1942.

as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs e a Fundação da Casa Popular – FCP.

Neste sentido, os IAPs, organizados por categorias profissionais, foram as primeiras instituições públicas a tratar da questão habitacional no país. Todavia, suas principais atividades, inicialmente, eram propiciar benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e assistência médica, consolidando-se no campo habitacional, apenas em 1937, através do decreto 1.749, que autorizava os Institutos a criar carteiras prediais e a destinar até metade de suas reservas para o financiamento das construções. (BONDUKI, 1998)

As atuações destes institutos, responsáveis pelo atendimento das necessidades dos trabalhadores na questão do consumo, entretanto, restringiram-se aos seus associados, sobretudo, os da classe média. Os IAPs construíram 279 conjuntos e financiaram 72.236 casas isoladas para seus associados. Em 1966, os diversos IAPs existentes foram unificados no Instituto Nacional da Previdência Social – INPS, e perderam a atribuição de financiadores de habitações. (RODRIGUES, 1997; VILLAÇA, 1986)

A FCP, por sua vez, foi o primeiro órgão em escala nacional concebido com a finalidade de oferecer habitação popular ao povo em geral. Criado em 1º de maio de 1946 pelo então presidente Gaspar Dutra, a Fundação da Casa Popular se propunha a proporcionar não apenas casas, mas também infra-estrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas. (ANDRADE e AZEVEDO, 1982)

Segundo Villaça (1986, p. 57), tais “.... finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação não se limita ao edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreensão da faceta econômica e financeira da questão”.

Os objetivos acima mencionados, portanto, eram uma tarefa desproporcional à força, aos recursos e à maturidade institucional da Fundação da Casa Popular. Na realidade, o projeto da FCP “... fracassou porque os grupos sociais que mais seriam beneficiados estavam desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social, ao passo que os setores que se opunham ao projeto, por interesses corporativos, econômicos ou políticos, agiram com eficiência para desmantelá-lo”. A FCP foi extinta em 1964, após dezoito anos de existência, e ao longo desse período, sua produção

apresentou os modestos resultados de 143 conjuntos com aproximadamente 18.132 unidades habitacionais. (BONDUKI, 1998, p. 115; RODRIGUES, 1997)

Nesta perspectiva, os IAPs e a FCP, entre 1937 e 1964, construíram cerca de 143 mil unidades habitacionais, excluindo-se os financiamentos para a classe média, um número que parece insignificante em relação às necessidades do país ou em relação à produção do Banco Nacional da Habitação - BNH. No entanto, segundo Nabil Bonduki, embora pareça pouco em termos absolutos, em termos relativos, a produção do Estado, em regiões e momentos específicos foi significativa, sobretudo, na perspectiva qualitativa, “a produção de conjuntos habitacionais pelos IAPs merece destaque tanto pelo nível dos projetos como pelo impacto que tiveram, definindo novas tipologias de ocupação do espaço e introduzindo tendências urbanísticas inovadoras”. (BONDUKI, 1998, p. 127)

Todavia, observa-se que durante quase vinte anos de intensa urbanização e de agravamento do problema da habitação, o Estado populista, apesar de assumir o encargo de produzir habitações populares, mostrou-se incapaz de formular uma proposta eficaz para atender a demanda cada vez mais diversificada de habitações, sobretudo a demanda de habitações populares. Na verdade, as atuações dos IAPs e da FCP revelam que os governos populistas fizeram do problema da habitação uma questão ideológica, um instrumento capaz de assegurar apoio eleitoral.

Conseqüentemente, diante de um quadro de crise do populismo, as massas populares despertadas para o problema da habitação, passaram a reivindicar o atendimento de suas necessidades básicas, dentre elas o direito à cidade, ou seja, o acesso à terra e à infraestrutura, mesmo que levassem anos para serem implantados.

Diante disto, o regime político, liderado por militares, que assume o poder em 1964, em oposição às concepções distributivistas dos populistas, acreditava que era preciso formular “um programa a curto prazo que detivesse a inflação, estimulasse a produção e, ao mesmo tempo, tranquilizasse as massas populares descontentes e representantes de um potencial de conflitos sociais. Enfim, um programa que contemplasse não só os aspectos econômicos, mas que rendesse social e politicamente”. (MELO, 1990, p. 115)

A política urbana do novo regime estava preocupada em demonstrar capacidade em lidar com problemas sociais face às tensões das favelas, das massas disponíveis e das maciças migrações para as cidades. Esta política, embasava-se na filosofia da casa própria, segundo a qual “o proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou

deprestar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem”. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 59)

Neste sentido, nada parecia mais oportuno e estratégico do que a escolha da habitação como eixo de uma política urbana. Segundo Melo (1990, p. 115), as “políticas habitacionais deveriam ser instrumentos capazes de contribuir para a ‘ordem social’, dando estabilidade ao novo regime”.

Numa sociedade capitalista, portanto, a produção de habitações desempenha um papel fundamental. Considerando este aspecto, o regime militar, instituído no Brasil em 31 de março de 1964, elege a questão habitacional enquanto eixo principal da sua política urbana, instituindo através da lei N.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Plano Nacional de Habitação e Urbanismo, e com este o Banco Nacional da Habitação – BNH, visando amortecer as crises cíclicas da economia através do investimento de capital e da geração de novos empregos. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982; RODRIGUES, 1997)

Instituído desta forma pelo Governo militar, o BNH assume as funções de órgão central dos Sistemas Financeiro de Habitação e do Saneamento, com competência para promover às classes de menor poder aquisitivo, a construção e a aquisição da casa própria. Neste intuito, o BNH estabelece uma divisão de trabalho entre os agentes públicos e privados, no que diz respeito a execução das etapas da captação de recursos, financiamento, construção e comercialização de moradias.

Com relação à captação dos recursos, optou-se por um complexo sistema financeiro que combinava a poupança compulsória, oriunda do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, instituído em 1966, com a poupança voluntária constituída de letras imobiliárias e das cadernetas de poupança.

... o arranjo prevê poupanças compulsórias, recolhidas pelo próprio Estado através do FGTS, e as voluntárias, provenientes da colocação de letras imobiliárias e de cadernetas de poupança. Estas últimas, de responsabilidade das sociedades de crédito imobiliário, das associações de poupança e empréstimo e das caixas econômicas. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 64-5)

O financiamento, por sua vez, ficou a cargo de um agente específico para cada um dos segmentos de mercado. As Companhias Habitacionais (COHABS), estaduais ou municipais,

responderiam pelo mercado popular. A cargo do chamado mercado econômico, ficariam as Cooperativas Habitacionais (INOCOOPS), formadas basicamente por categorias profissionais, responsáveis pela construção de moradias para mutuários com renda familiar inicialmente, entre três e seis salários. E pelo mercado médio, composto por famílias de renda mensal mínima de seis salários, seriam responsáveis os agentes privados, a Sociedade de Créditos Imobiliários (SCIs), as Associações de Poupança e Empréstimos (APEs) e as Caixas Econômicas.⁴⁹

Por último, a construção, independentemente do segmento do mercado, tornou-se domínio da iniciativa privada e a comercialização dos imóveis ficou a cargo dos agentes promotores.

A partir da união desses agentes habitacionais - as firmas construtoras, as companhias e cooperativas habitacionais e o BNH (agente financiador dos projetos e imóveis) – surgem, então, os grandes conjuntos habitacionais. Estes, segundo Gomes e Veras (1995), “passam a caracterizar cenários ‘impostos’ à cidade, não contemplando a sua incorporação aos lugares urbanos onde foram instalados”.

Os conjuntos habitacionais do BNH, na maioria das vezes, eram projetados em massa e uniformes, visando assim minimizar o custo final dos imóveis. Nestas obras, eram utilizados materiais pré-moldados em concreto para as partes externas do prédio e argamassa e tijolos de baixa qualidade para as áreas internas dos apartamentos.

Todavia, estes, têm no fato de representarem uma solução habitacional relativamente barata face ao crescimento demográfico nas cidades, a necessidade de reprodução biológica, ou seja, de sobrevivência, e conseqüentemente o montante de habitações necessárias a determinadas faixas da população, que eventualmente iriam habitar nos cortiços ou nas favelas, a justificativa para serem construídos.

Segundo Le Corbusier, a monotonia desses conjuntos habitacionais pode ser denominada de uma verdadeira “máquina para habitar”, por lembrar a rotina da produção em série das sociedades industriais. No seu entendimento, “a casa ideal do mundo moderno deve ser antes de tudo, funcional, quer dizer, deve permitir aos homens trabalharem e repousarem a fim de assegurarem o trabalho”. (ELIADE apud MATTOS, 1995, p. 49)

A partir dessas intervenções do BNH, ocorre, segundo Bonduki (1998), um afastamento entre arquitetura e habitação popular, com sérias repercussões à qualidade do

⁴⁹ Essas instituições formam o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

espaço urbano. O BNH, ao longo dos seus 22 anos de existência, financiou quase cinco milhões de unidades habitacionais, mais de 20% das unidades construídas no espaço urbano das cidades brasileiras, quantidade esta suficiente para abrigar cerca de 20 (vinte) milhões de pessoas. No entanto, estas significativas cifras, muitas vezes apontadas como a prova da superioridade da solução BNH em relação à política anterior, no entanto, apenas demonstram a quantidade de habitações construídas ou financiadas, o que conseqüentemente não pode ser utilizado como evidência de uma melhor solução para o problema habitacional.

Segundo Azevedo e Andrade (1982, p. 117), a política anterior através das “instituições de previdência social construíram mais de 100 mil unidades e possuíam 929 conjuntos residenciais com 32.936 habitações alugadas aos trabalhadores. Por outro lado, a Fundação da Casa Popular, [...] produziu aproximadamente 17 mil casas populares. Com base nesses números, constata-se que, no período populista, a FCP e os vários institutos não chegaram a produzir 200 mil residências”. Em contrapartida, os projetos implementados pelos arquitetos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) eram superiores aos do BNH e estavam baseados na idéia da habitação como serviço público e na valorização do espaço coletivo. Segundo Bonduki (1998), os arquitetos modernos defendiam a habitação como serviço e a manutenção da propriedade estatal da moradia.

Todavia, a “... arquitetura destes conjuntos residenciais, com seus equipamentos de consumo coletivo, representa uma tímida expressão de um frustrado Estado de Bem Estar Social, que, no Brasil, não passou de um devaneio”. (BONDUKI, 1998, p. 318). Com a instituição do Governo militar e a conseqüente extinção dos IAPs, as unidades habitacionais desses institutos foram vendidas para os moradores, individualizando-se a propriedade. Em virtude disto, desarticulou-se a idéia da habitação como um serviço público e passou a predominar neste conjuntos um modo de vida mais privado e uma conseqüente destruição dos espaços públicos, o que fez com que esses conjuntos dos IAPs se tornassem cada vez mais parecidos com os conjuntos do BNH. (BONDUKI, 1998)

A partir do exposto, observa-se que a maioria dos conjuntos do BNH se caracterizam pelos seus projetos medíocres, uniformes, monótonos e desvinculados do meio físico e da cidade. Estes projetos, baseados numa concepção de reforço ao individualismo e ao espaço privado, característica do período autoritário, fortalecem-se ainda mais nos anos mais recentes, devido ao crescimento da violência urbana e da segregação espacial.

O BNH, intervindo em quase todas as cidades brasileiras, ignorando as suas especificidades urbanas, sociais e culturais, caracterizou-se pelo seu modelo de gestão

centralizada, ausência de participação comunitária, ênfase na produção de casas prontas por empreiteiras, localização periférica e por projetos medíocres.

Nesta perspectiva, Gomes e Veras (1995) analisando a definição do que realmente seria um Conjunto, questionam esta denominação para essa forma de habitação, visto que, na maioria da vezes, apresenta-se como “amontoados de habitações superpostas”.

O espaço da cidade apresenta-se, então, como um nível intermediário que, de um lado, exhibe uma história de produção de uma cidade segregada, a partir da imposição do nível global – as políticas, o Estado, as empresas, as organizações e instituições - da forma-conjunto, e que, por outro lado, possuindo a complexa propriedade de conservar tempos históricos e os fixar, não recebe passivamente a forma-conjunto, com seus espaços desistoricizados e funcionais, podendo reproduzi-la, redefini-la e afrontá-la.

Especificamente, quanto a esta última característica, trata-se da “... questão das sobrevivências, tratada por [...] Milton Santos com as rugosidades do espaço⁵⁰, constituindo um impedimento ao movimento, imobilizando e impondo conteúdos; nesses tempos resguardados, aparece a memória da vida da cidade. Para seu habitante, metamorfoseada à sua experiência pessoal e social, faz reviver conteúdos avessos, muitas vezes, às formas atuais e impostas”. (DAMIANI, 1997, p. 232)

Neste contexto, a forma-conjunto, enquanto expressão de uma racionalidade técnica e burocrática do urbanismo institucional, que generaliza e sedimenta essa experiência de segregação, impõe um cotidiano organizado tanto aos seus habitantes, quanto ao espaço da cidade. O cotidiano programado desses conjuntos, cataloga e discerne as necessidades, isolando-as no terreno. “Tudo é concebido separado, projetado isoladamente, sobre “ilhas” desunidas: as áreas de serviços e comércio, as de lazer e de habitação”. (DAMIANI, 1997, p. 228)

Surge então a necessidade de discutir a perda de fluidez da vida urbana e de suas possibilidades, tendo em vista, que o espaço funcional dos grandes conjuntos habitacionais, representa a deterioração do urbano, uma outra forma de pobreza, de novas alienações, como a pobreza da vida urbana.

Assim sendo, segundo Damiani (1993-1997), pode-se dizer que esses conjuntos retratam uma cidade ou um bairro, que perdeu a sua sociabilidade viva? Que essa

⁵⁰ **Vide:** SANTOS, Milton. *Por uma nova geografia: da crítica da geografia à geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

funcionalidade extrema, que os caracteriza, faz com que se perca a imediaticidade, com relação ao espaço? E que a rigidez dos seus espaços reduz os vários significados que pode ter um mesmo lugar, ratificando sua própria funcionalidade?

Dito isto, constata-se que a forma urbana dos conjuntos, concebida pelos urbanistas modernos⁵¹, ao delimitar a vida humana com conteúdos mais estéreis, suscita uma série de reflexões acerca das fissuras existentes entre as conquistas humanas, a partir do avanço da técnica, e o subdesenvolvimento do cotidiano face a este avanço.

Neste sentido, o capitalismo se apresenta como um processo que visa transformar e sujeitar toda a natureza, os diferentes lugares e os diversos momentos da vida social à lógica da mercadoria, ou seja, da troca. No entanto, é preciso reconhecer que não é apenas o tempo de trabalho que está aprisionado, pois o tempo de não-trabalho sofre também muitas interferências da organização da indústria e das estratégias políticas. Pois, considerando-se o desenvolvimento do capitalismo, verifica-se que este processo não se concretiza apenas a partir da quantidade de mercadorias produzidas, envolve também todo o conjunto social, a globalidade social.

Léfèbvre insiste que, neste momento histórico, já não se trata mais da elucidação do capitalismo através da reprodução dos meios de produção e da reprodução da força de trabalho, mas da questão da reprodução das relações sociais de produção (DAMIANI, 1997, p. 224)

A partir desta perspectiva, analisa-se a simplificação, o enriquecimento ou o empobrecimento das relações sociais face ao esforço de reprodução da sociedade. Esforço este, que atinge sutilmente outros níveis da prática social, desvalorizando a atividade criadora, valorizando em seu lugar o racional e o organizado. Segundo Damiani (1997, p. 224), neste contexto “o espaço, o tempo, o urbano, o cotidiano são colonizados, atingidos, metamorfoseados”.

Há, na verdade, uma tendência da racionalidade quantitativa, produtivista, e economicista do nível real e ideológico, fortalecida pelas sofisticadas estratégias políticas, de dominar a complexidade das relações sociais, ou seja, os valores, o conjunto de signos e

⁵¹ O urbanista obedece passivamente às pressões do número e do menor custo; a funcionalidade que ele crê conceber se reduz à ausência de funções ‘reais’, à função do puro olhar”. (LÉFÈBVRE apud DAMIANI, 1997, p. 229).

significações e as formas de vida, ampliando assim o volume de alienações a que estão sujeitos os grupos e os indivíduos.

Em nosso País, por exemplo, as pessoas que convivem diariamente com a possibilidade de perda das suas casas nas favelas ou cortiços, não conseguem perceber ou deixam para segundo plano, quando conscientes, a funcionalidade extrema dos conjuntos habitacionais desenhada no terreno, tendo em vista que estes representam uma necessidade básica a ser satisfeita, a de possuir uma habitação.

Neste contexto, o Estado, ao produzir o espaço dos conjuntos habitacionais, rigoroso, segmentado e massificante, realiza uma leitura funcional dos desejos humanos e reduz as necessidades sociais e urbanas às mais elementares. Consolida-se assim um projeto de sociedade através do urbano, no qual os conjuntos-cidades se apresentam como “... laboratórios do processo de deterioração do urbano, como fenômeno pesado de conseqüências na reprodução da sociedade brasileira, não somente como forma de vida urbana, mas delimitando as aspirações sociais”. (DAMIANI, 1997, p. 233)

A sociedade, da forma com está constituída, não só se perpetua produzindo novos produtos, mas [também] reproduzindo relações sociais determinadas, de subordinação e de dominação”. (LÉFÈBVRE apud DAMIANI, 1997, p. 224)⁵²

No entendimento de Walter Benjamin, os conjuntos habitacionais “são espaços nos quais é difícil deixar rastros”, (BENJAMIN apud DAMIANI, 1993, p. 22)⁵³ pois, a rigidez da forma-conjunto amplia a noção de pobreza absoluta. Há uma tendência das referências anteriores dos seus habitantes serem arrastadas de forma abrupta, a partir da imposição de uma força social e política. Assim sendo, questiona-se se os habitantes destes conjuntos habitacionais vivem o restante da cidade, e se a partir das suas memórias de vida, em outros lugares ou cidades, vivem outros modos de vida?

Neste sentido, a adequação entre forma e conteúdo é complicada, pois o modo de viver desses moradores pode realizar ou não, da forma prevista, o espaço projetado pelo arquiteto, tendo em vista que “as coações impostas pela forma-conjunto, são enfrentadas no nível da

⁵² **Vide:** LÉFÈBVRE, H. *A Reprodução das Relações de Produção*. Porto: Escorpião, 1973.

prática urbana, que por sua vez, recupera as múltiplas relações entre o homem e o espaço, expondo ambos à história, às estruturas e conjunturas, à cultura adquirida, às inserções sociais, até o imaginário e imaginação sociais, aos desníveis e fissuras entre as macroestruturas e o espaço vivido cotidianamente ...”. (DAMIANI, 1993, p. 21-22)

A exemplo de outras cidades e/ou Regiões Metropolitanas brasileiras, os grandes Conjuntos Habitacionais do BNH, também foram edificados em Recife, enquanto solução habitacional relativamente barata, desvinculada do meio físico e da cidade. Dentre estes, o Condomínio Residencial Ignêz Andreazza – (CRIAZZA), o objeto de estudo desta pesquisa, localiza-se as margens da Av. Recife, no bairro de Areias. (MAPA 01 – FIGURA 01)

Enquanto empreendimento do programa Cooperativas Habitacionais, o CRIAZZA desfruta de relativas vantagens locacionais em termos de acessibilidade a serviços e equipamentos coletivos, situando-se, portanto, na imbricada malha urbana da cidade do Recife, próximo ao bairro “nobre” de Boa Viagem e de importantes equipamentos, tais como, aeroporto, shopping centers, universidades, entre outros, que lhe garante uma localização privilegiada e valorizada no espaço urbano de Recife.

O Ignêz Andreazza apresenta a característica de ter sido edificado na década de 1980, numa área de 300.000 m², constituída por 23 blocos subdivididos em 08 (oito) ou 06 (seis) módulos, que compõem um universo total de 2.464 apartamentos. Além disso, dispõe também de alguns equipamentos urbanos que servem a uma população de aproximadamente 10.000 pessoas.

A partir das considerações acima tecidas acerca da forma-conjunto, portanto, esta pesquisa analisa práticas sócio-espaciais a partir do CRIAZZA, refletindo em torno das práticas cotidianas dos seus atuais habitantes. Objetiva-se identificar as apropriações e as transformações das áreas de uso comunitário, assim como analisar as diversas relações que os atuais moradores e usuários estabelecem com o bairro e a cidade a partir do conjunto.

Sendo assim, vê-se o Residencial Ignêz Andreazza como um significativo exemplo da atuação do BNH na cidade do Recife, que incita inúmeras reflexões acerca das coações impostas, pela rigidez da sua forma, às práticas cotidianas dos seus moradores. Apesar disto, acredita-se que esses moradores, a partir das suas práticas cotidianas, estabeleçam diferentes modos de viver um espaço projetado, fornecendo assim diferentes interpretações e representações de um conjunto habitacional.

⁵³ **Vide:** BENJAMIN, Walter. *Documentos de Cultura, documentos de barbarie – escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix – Editora da USP, 1986.

MAPA 01

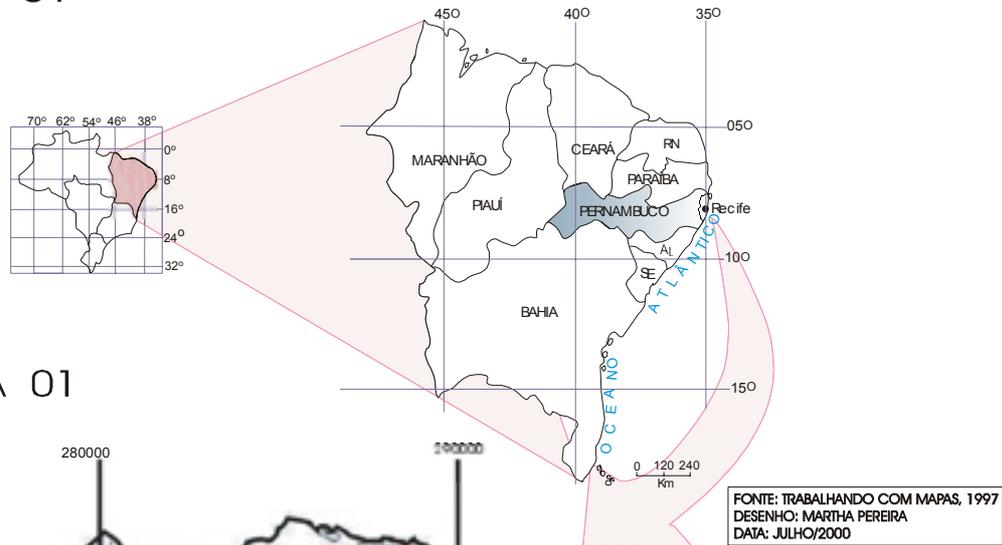
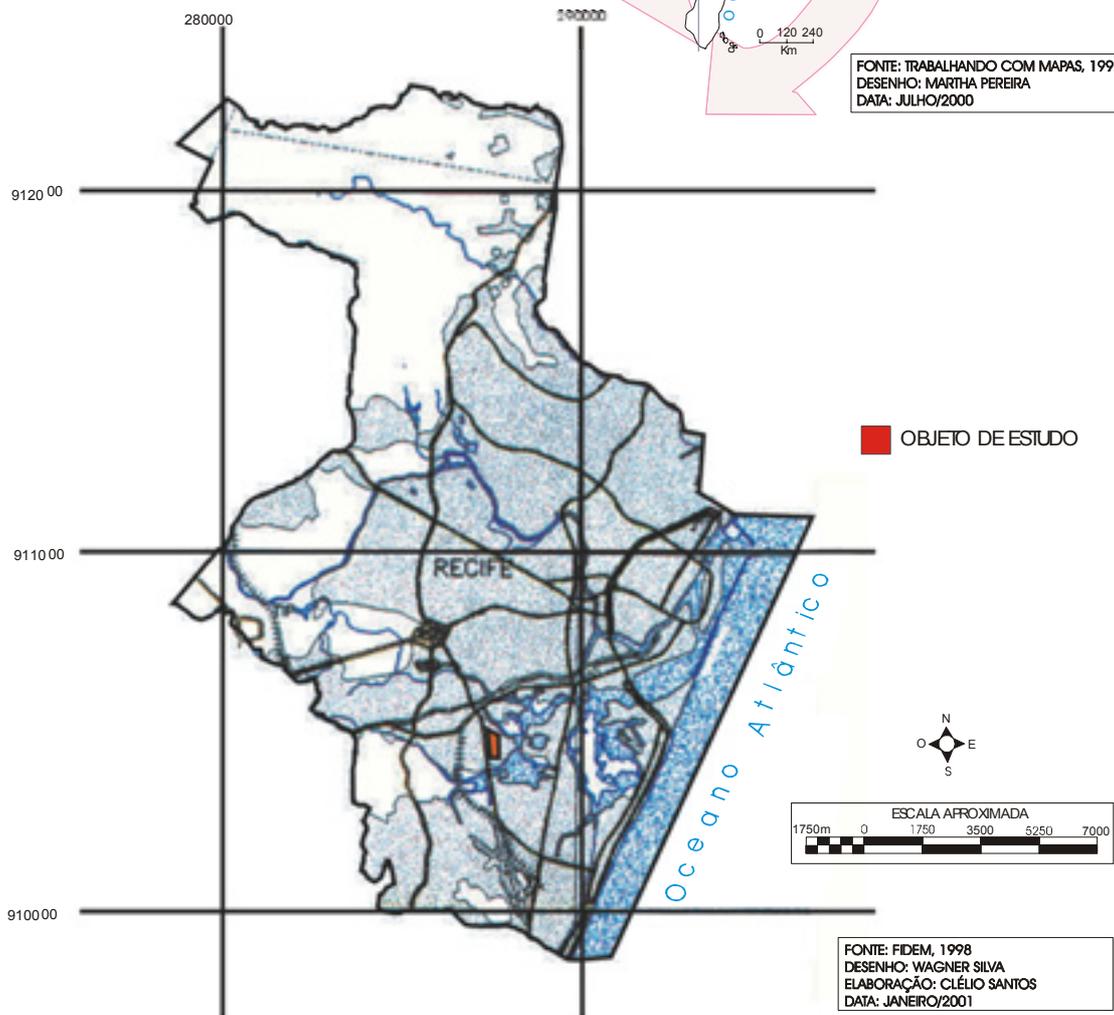


FIGURA 01



CAPÍTULO 3

AS ESPECIFICIDADES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IGNÊZ ANDREAZZA - CRIAZZA

3. AS ESPECIFICIDADES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IGNÊZ ANDREAZZA - CRIAZZA

3.1 A FORMA URBANA DO CRIAZZA

Os conjuntos habitacionais edificados pelo BNH, enquanto alternativa habitacional relativamente “barata” e expressão de estratégias políticas, atendem por um lado, às reivindicações da população que necessita de uma casa para residir, mas, por outro lado, impõem à cidade e aos seus habitantes um cotidiano programado, limitando e isolando as ações humanas, através dos seus espaços funcionais concebidos pelos urbanistas modernos.

Neste âmbito, a exemplo de outras cidades e regiões metropolitanas brasileiras, o BNH, sobretudo, através dos programas Companhias de Habitação, Cooperativas e SBPE, integrantes respectivamente do mercado popular, econômico e médio, implantou na Região Metropolitana do Recife (RMR), no período de 1964-1984, cerca de 142.392 unidades habitacionais, dentre estas os Grandes Conjuntos Habitacionais. (MELO, 1990, p. 194)

A espacialização dessas unidades na RMR, entretanto, apresenta diferenciações decorrentes de múltiplas práticas sócio-espaciais condicionadas por variáveis históricas, econômicas, políticas e sociais.

No que tange ao programa SBPE, que tem por finalidade conceder empréstimos vinculados à produção e/ou comercialização de habitações destinadas a atender à demanda por habitações das classes médias superiores, sua produção em Recife se espalhou predominantemente nos bairros melhores atendidos em termos de infra-estruturas básicas. Estes bairros são respectivamente, o bairro de Boa Viagem, os bairros tradicionais de classe média (Espinheiro, Derby, Aflitos, Casa Forte, Graças, Madalena, Parnamirim, Rosarinho, Santana, Monteiro, Tamarineira e Torreão) e os bairros centrais (Boa Vista, Joana Bezerra, Bairro do Recife, Santo Amaro, Santo Antônio, São José e Coelhos).

O programa Companhia de Habitação, por sua vez, cuja finalidade é conceder crédito à produção e/ou comercialização na faixa de interesse social, ou seja, às famílias com rendimentos de 3 a 5 salários mínimos, situou suas unidades pelos municípios limítrofes de

Recife (Paulista, Olinda e Jaboatão), sobretudo nas periferias urbanas dos núcleos destes municípios.

Quanto ao programa Cooperativas, que tem por objetivo a produção e a comercialização de habitações para atender à demanda das famílias cuja renda se situa entre 06 e 08 salários mínimos, associadas às cooperativas habitacionais, sua produção se direcionou para as áreas e bairros ocupados pela classe média inferior (Av. Recife e os bairros da Várzea, Caxangá, Areias, Jardim São Paulo, Arruda e Beberibe).

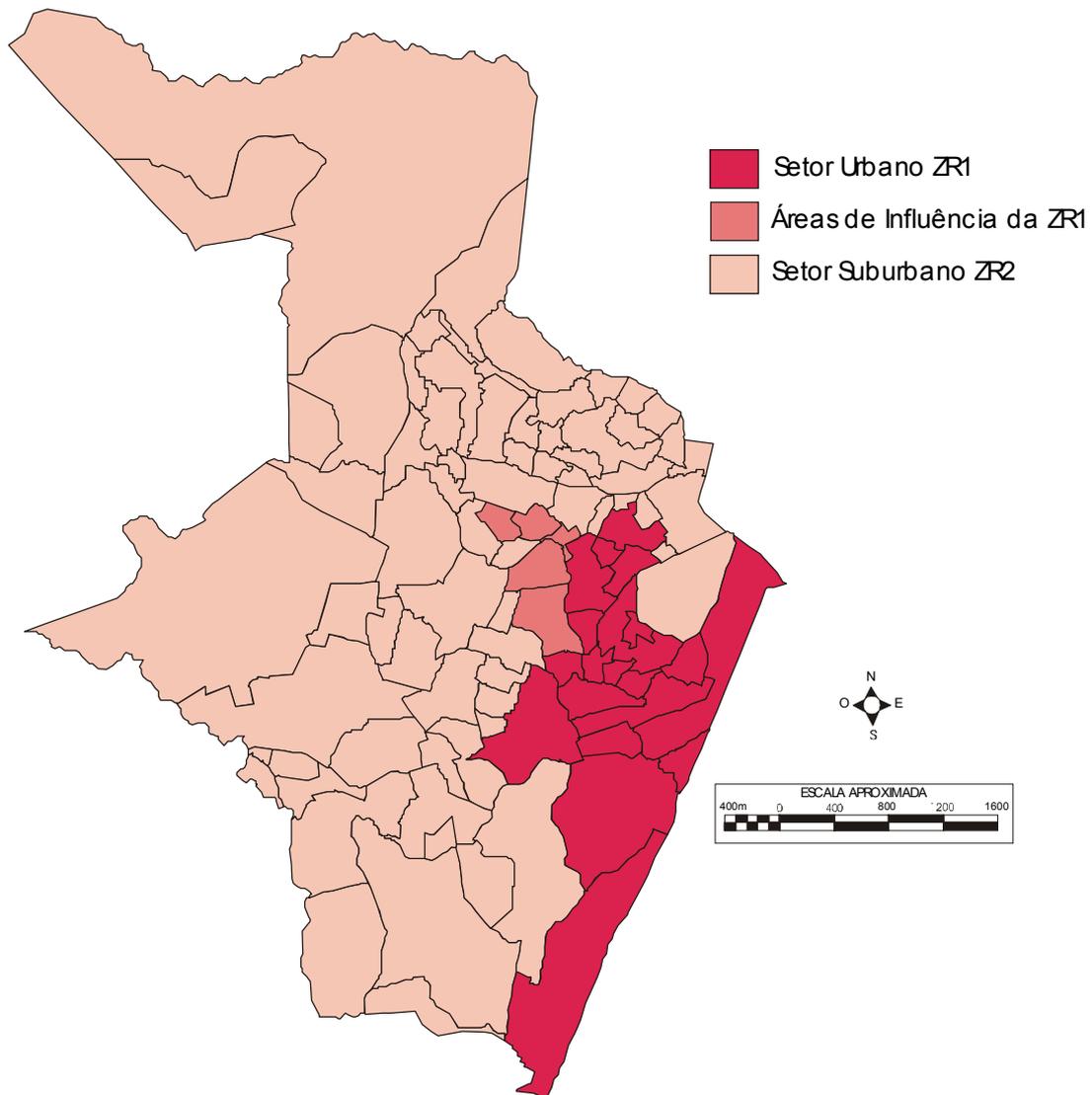
Melo (1990) ao analisar as práticas de localização dos programas do BNH, depreende que, de acordo com a primeira legislação urbanística de Recife⁵⁴, a lei 7427/61 que vigorou até abril de 1983, em consonância com a lei de Uso e Ocupação do Solo de Recife que passou a vigorar em 17-01-1983, a distribuição espacial das unidades produzidas pelo SBPE se localizou, sobretudo, na área urbana da zona residencial 1 (ZR-1) e nas grandes vias de circulação da zona residencial 2 (ZR-2), a exemplo da Avenida 17 de Agosto e parte da Estrada do Arraial, áreas que constituem o lugar de moradia da burguesia urbana. Ao passo que, os empreendimentos dos programas Cooperativas e COHAB-PE se situaram, predominantemente, no setor suburbano da ZR-2, onde a legislação determina relativamente menores coeficientes de utilização do terreno, menores níveis de acessibilidade aos serviços e equipamentos coletivos e menores preços dos solos quando comparados aos terrenos da ZR-1. (MAPA 02)

As políticas fundiárias, associadas à localização das habitações produzidas pelo SBPE em áreas melhores servidas de equipamentos e serviços públicos, produziram um mecanismo de segregação sócio-espacial que relegou as habitações populares, sobretudo as produzidas pelos programas Cooperativas e COHAB-PE, a se localizarem nos espaços da periferia urbana. Além disso, constata-se também que, até mesmo os conjuntos habitacionais das Cooperativas em relação aos da COHAB-PE, apresentam-se relativamente melhores situados, em termos de acessibilidade a serviços e equipamentos coletivos, por se localizarem, em sua maioria, em Recife.

⁵⁴ A Lei 7427/61, que em linhas gerais, constituiu uma tentativa de acompanhar as grandes tendências da divisão funcional e social do espaço urbano, definia condições de uso e ocupação do solo para os três setores: urbano, suburbano e rural. Esses setores eram subdivididos em zonas, de acordo com as suas diversas funções – comercial, industrial, portuária e habitacional. Para cada zona eram estabelecidas as condições de utilização – gabarito e taxa de ocupação máximos, recuos mínimos, área total de construção, número de vagas para estacionamento, dimensões mínimas dos lotes. (MELO, 1990)

MAPA - 02

ESPACIALIZAÇÃO DAS ZONAS RESIDENCIAIS DA CIDADE DO RECIFE, SEGUNDO A LEI 7427/61



FONTE: PCR, 2002
Adaptado de MELO, 1990
ELABORAÇÃO: CLÉLIO SANTOS
MARÇO - 2002

Nesta perspectiva, insere-se o objeto de estudo desta pesquisa, o Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA), em meio a imbricada malha urbana da cidade de Recife. Um conjunto habitacional edificado no período de 1980 – 1983 pelo programa Cooperativas Habitacionais, sob a orientação da INOCOOP/ Guararapes.

Considerando-se as relativas vantagens locacionais dispensadas aos conjuntos das Cooperativas, o sítio onde se localiza o CRIAZZA apresenta a característica de planície, um terreno de solo massapê que se estende dos morros ao baixo estuário dos rios da planície flúvio-marinha do Recife. Um ambiente valorizado pelo mercado imobiliário por necessitar de poucas intervenções corretivas, o que também barateia o custo de produção dos imóveis.

Esta área de planície, até o século XIX era ocupada por canaviais e aglomerados ligados à agricultura. A partir desta época, inicia-se o seu processo de urbanização, incorporando à cidade os antigos centros de moradia dos senhores de engenho como Casa Forte, Várzea e Barro, e os pequenos aglomerados comerciais, como Encruzilhada e Afogados, que cresceram com o desenvolvimento dos transportes terrestres e o surgimento de loteamentos em substituição aos canaviais, como em Jardim São Paulo, em Areias, no Cordeiro e no Engenho do Meio.

Segundo Melo (1990, p. 167), a evolução fundiária dessa área se processava em duas etapas: “(i) na primeira, as antigas propriedades canavieiras eram subdivididas em sítios; (ii) na segunda, esses sítios eram subdivididos em terrenos para residências, através de loteamentos, pelos seus proprietários e por pessoas ou empresas que os adquiriam”.

O processo de loteamento dessas áreas dos antigos sítios prosseguiu, sobretudo, a partir da influência das principais vias de circulação. Essas áreas foram se tornando mais largas, contribuindo para que os bairros, os subúrbios e o centro da cidade fossem se juntando. De acordo com Mário Lacerda citado em Melo (1990, p. 169) “... os nódulos periféricos foram se dilatando, alargando-se e emendando-se uns aos outros e aos bairros e subúrbios. Em consequência dessas dilatações, no meado do século [XX], o meio milhão de habitantes existente na cidade espalhava-se por um espaço central já compactamente ocupado e por espaços radiais contínuos e variavelmente alargados”.⁵⁵

⁵⁵ Vide: MELO, M. L. de. *Metropolização e Subdesenvolvimento, o caso do Recife*. Recife: UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, 1978, p.12.

Neste contexto, o processo de ocupação da área onde se localiza o CRIAZZA, inicia-se na década de 1940, a partir da implantação da Base Aérea do Recife, posteriormente transformada no Aeroporto Internacional Guararapes, nas proximidades da atual Av. Recife. A influência desse equipamento condicionou o surgimento das primeiras aglomerações urbanas ao longo da antiga “estrada perimetral”, as vilas da SUDENE e do IPSEP. O surgimento desses núcleos foram determinantes para que o trecho desta via, que partindo da estrada velha da Imbiribeira, atravessando Jardim São Paulo e se estendendo até a interseção das BR-101 e BR-232, recebesse, no dia 27 de outubro de 1960, o nome de Avenida Recife.⁵⁶ Consequentemente, a paisagem desta área sofre profundas transformações, a partir da implementação de um tratamento urbanístico na Av. Recife, com cobertura asfáltica, canteiros centrais e iluminação.

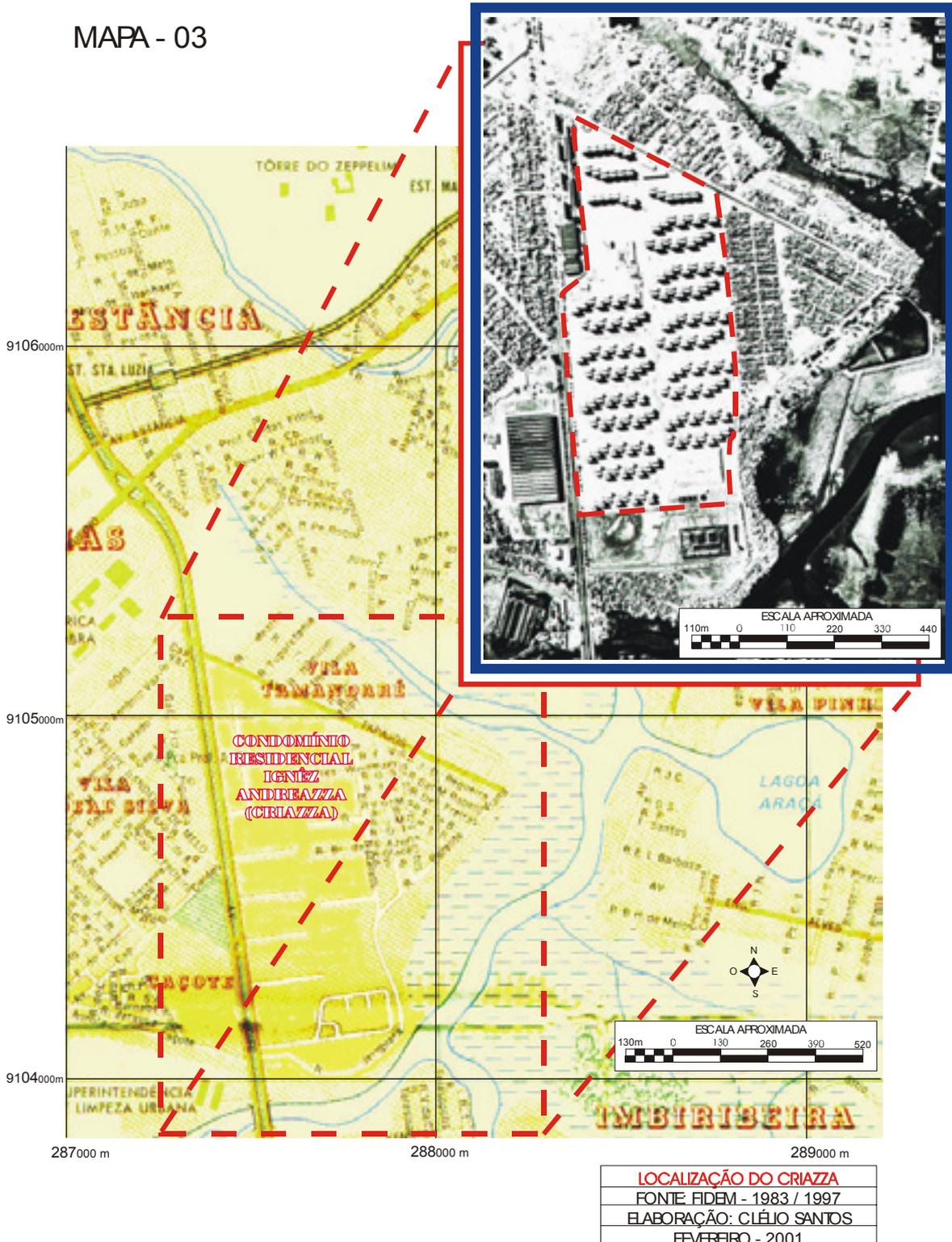
Ao longo desta avenida, inicia-se nas décadas de 1980 e 1990 um processo de adensamento populacional, impulsionado, sobretudo, pelo poder público através da edificação de conjuntos habitacionais, dentre estes o Ibura, a Vila Cardeal e Silva e o próprio CRIAZZA. Outrossim, pela instalação ao longo do eixo de uma série de estabelecimentos e prédios, destacando-se o comércio atacadista, lojas, autopeças e motéis.

O Residencial Ignêz Andreazza se situa, portanto, num terreno de grandes dimensões – 300.000 m², no bairro de Areias, às margens da Av. Recife, sua principal referência espacial. Além desta, delimita-se a esquerda com a Av. Tapajós, a direita com uma unidade de saúde do governo do Estado, o Hospital Geral de Areias, e por trás com a Rua Ernesto Nazareth. (MAPA 3)

Existe, entretanto, divergências quanto ao bairro em que o CRIAZZA está localizado. Para os arquitetos que o projetaram, o conjunto se situa no Caçote. Para a administração do condomínio e nos classificados dos principais jornais, está área se encontra na Estância. Por fim, para as empresas prestadoras de serviços telefônicos, elétricos e de abastecimento d’água, o bairro onde se localiza o conjunto é o de Areias.

⁵⁶ Em 27 de outubro de 1960, sob a égide da lei municipal N.º 6352, que entrou em vigor após ser promulgada no Diário Oficial de 09 de novembro de 1960, foi que a antiga “estrada perimetral” recebeu o nome de Av. Recife.

MAPA - 03



As origens dessa divergência, remetem, em parte, à divisão da cidade, nas décadas de 1980 e 1990, em “Regiões Político-Administrativas” (RPA). Atualmente em número de seis, estas RPA’s são nomeadas cada uma delas por um número que representa as coordenadas geográficas, e se dividem, ainda, em três microrregiões compostas por um ou mais bairros. A partir destas divisões, o CRIAZZA se localiza na RPA de número 5 (sudoeste), mais precisamente na microrregião 5.2, que compreende aos bairros de Estância, Caçote, Jiquiá e Areias. (FIGURA 2)

A localização desta unidade habitacional em relação ao espaço urbano da cidade, apresenta-se relativamente privilegiada e valorizada, tendo em vista sua proximidade dos bairros centrais da cidade (São José, Santo Antônio, Bairro do Recife e a Boa Vista), do bairro “nobre” de Boa Viagem e de importantes equipamentos em suas adjacências, tais como, Aeroporto, Shopping Centers, Universidades, etc.

Associado a estes aspectos, o terreno do CRIAZZA dispõe ainda de uma infraestrutura com abastecimento d’água⁵⁷ encanada e tratada, com um sistema de esgoto isolado, composto por uma estação coletora mantida pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), e com um razoável número de linhas de ônibus e kombis, trafegando nas vias próximas ao local.

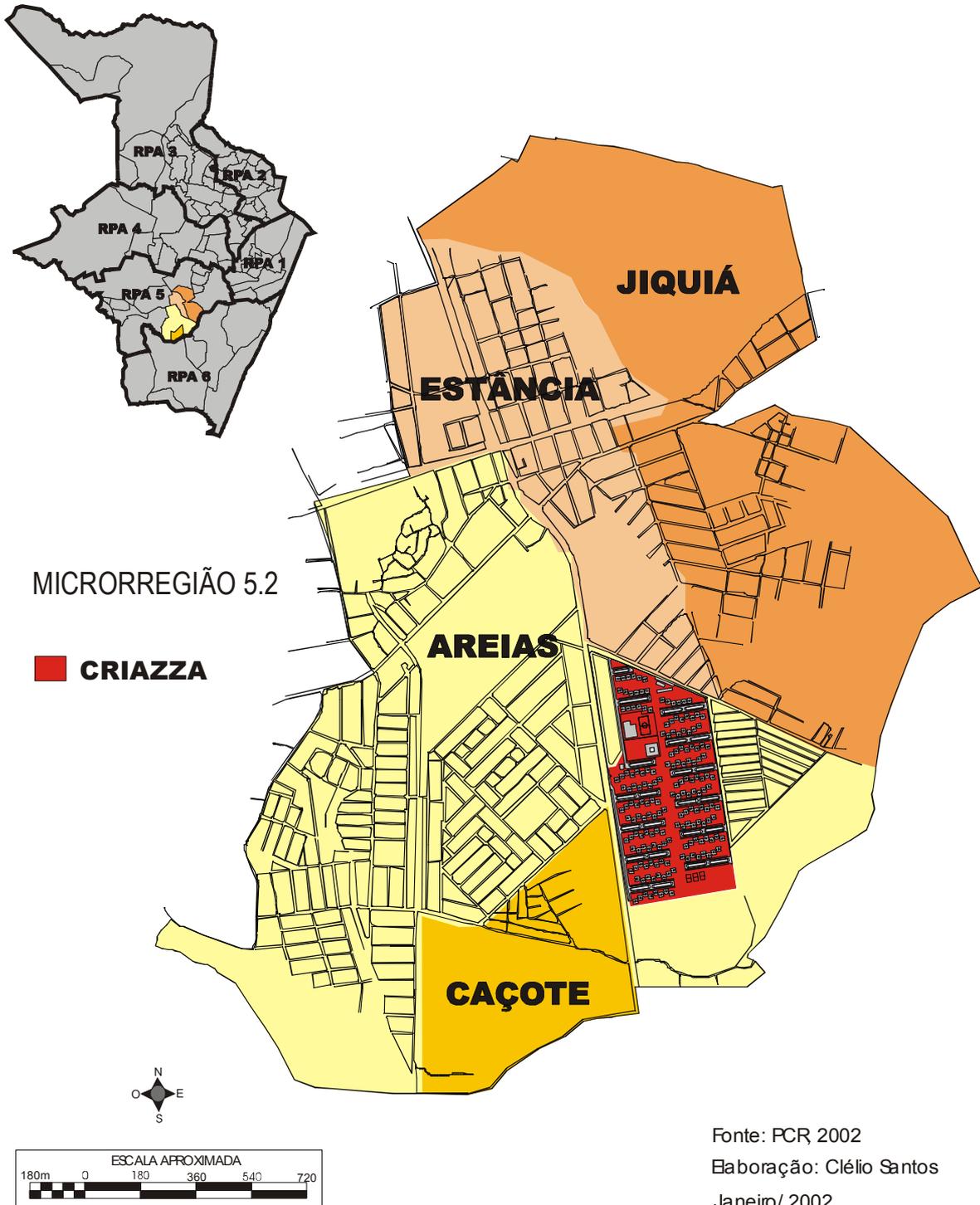
Numa área que apresenta tipologia predominante de casas de vilas, principalmente a Vila Tamandaré e a Vila Cardeal e Silva, contrastando com a funcionalidade de um grande depósito de mercadorias de uma cadeia de supermercados e com a precariedade dos assentamentos populares existentes no entorno, dentre estes algumas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)⁵⁸, as grandes dimensões do CRIAZZA se destacam na paisagem ao longo da Av. Recife por ocupar praticamente um quarteirão com seus blocos coloridos cercados por grades. (FIGURA 3)

⁵⁷ O abastecimento d’água de praticamente toda a área urbanizada de Recife, com exceção das áreas de morro, é considerado bom, uma vez que é constituído por um sistema distribuidor interligado que recebe a contribuição dos mananciais das demais zonas da região metropolitana. (MELO, 1990)

⁵⁸ “As *Zonas Especiais de Interesse Social* (ZEIS) surgiram como uma designação da legislação urbanística para localidades desprovidas de oferta básica de infra-estrutura e serviços urbanos, ocupadas por uma população pobre, normalmente ameaçada pela instabilidade de uma posse da terra precária” (MARINHO, 1999, p. 13)

FIGURA 02

O CRIAZZA NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO 5.2



Fonte: PCR 2002
Elaboração: Clélio Santos
Janeiro/ 2002

FIGURA 03

VILAS E COMUNIDADES EM TORNO DO CRIAZZA

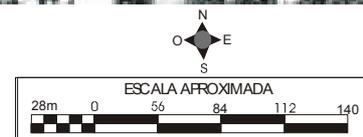


O CRIAZZA E O SEU ENTORNO

Fonte: FIDEM, 1983

Elaboração: Clélio Santos

Janeiro / 2002



Apresentando as características que marcam os empreendimentos do BNH, o processo construtivo do CRIAZZA se caracteriza pela produção de unidades pré-moldadas em concreto, que visam baratear o custo da produção, e por ignorar as especificidades urbanas e sócio-culturais, impondo-se à paisagem construída.

Neste processo, “... as construções são de paredes em alvenaria estrutural (bloco de cimento ou tijolo cerâmico), lajes pré-moldadas no canteiro e içadas para montagem no local de assentamento, elementos pré-moldados de arremate para grades de portas e janelas, peitoris das varandas, degraus de escadas, jardineiras, bancos, e demais procedimentos construtivos segundo as técnicas industriais habituais, com materiais padronizados e econômicos”. (PROJETO, 1985, p. 100).

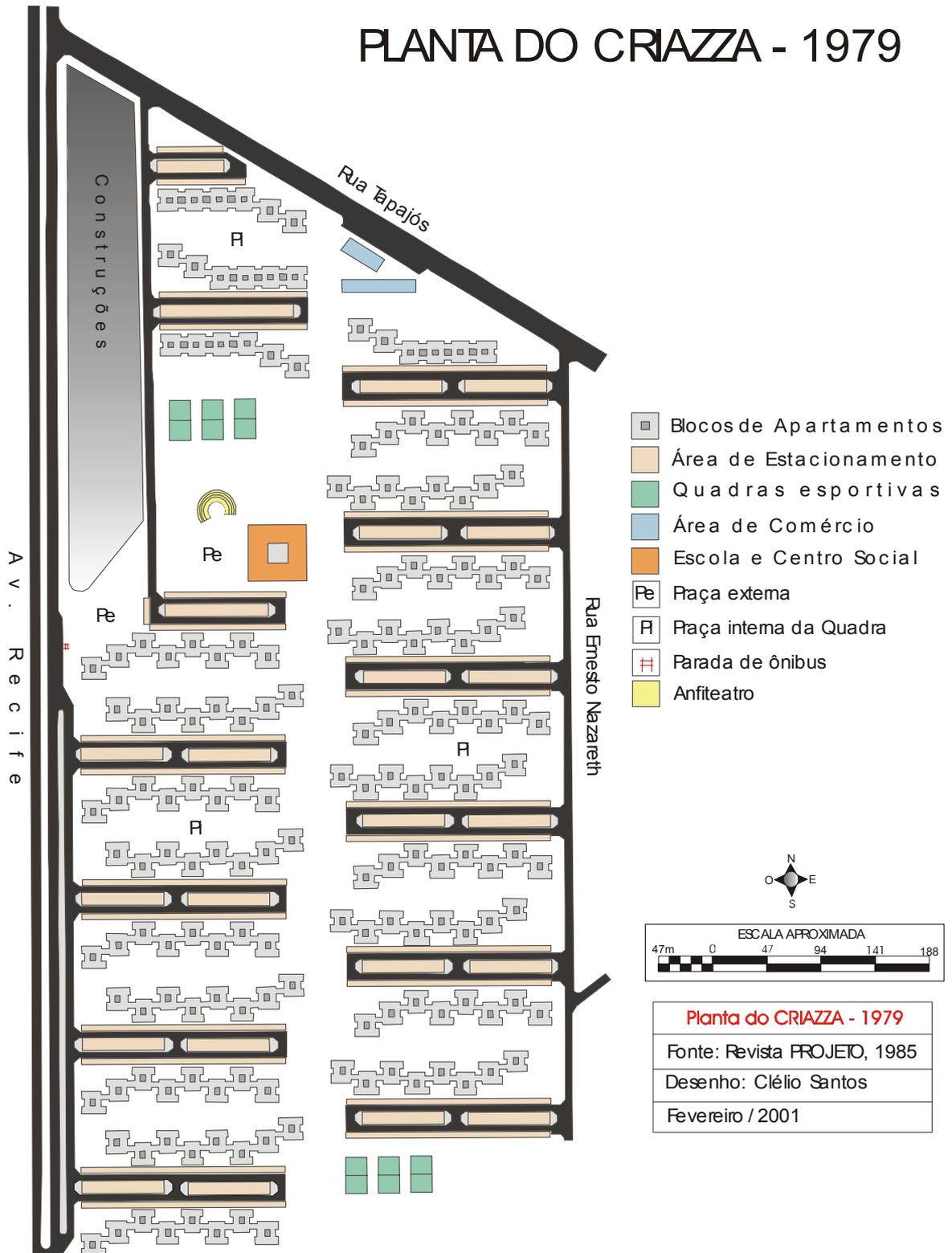
No terreno de 300.000 m² foi construída uma área de 200.000 m², edificou-se 23 (vinte e três) blocos independentes, sendo 19 (dezenove) com 08 (oito) módulos e 04 (quatro) com 06 (seis) módulos. Em cada um desses módulos, existem 14 (quatorze) apartamentos, num universo total de 2.464 unidades habitacionais, que possuem em suas dimensões internas, dois (61,35 m²) ou três (70,60 m²) quartos, sendo um quarto reversível, cozinha, dois banheiros, área de serviço e uma pequena varanda.

Além dos blocos residenciais, o conjunto também dispõe de alguns equipamentos comunitários, tais como, ruas internas, portões de acesso, guaritas, lixeiras, quadras poliesportivas, campo de futebol, associação dos veteranos, praça, escola pública, sede administrativa, centro recreativo (clube com capacidade estimada para 800 freqüentadores) e dois prédios desativados onde funcionavam a central de vigilância e a central telefônica do condomínio. No entanto, apesar do projeto indicar, não foram construídos o centro social, as praças inter-blocos e o anfiteatro planejados. (FIGURA 4)

Inaugurado em 1983, o recrutamento e a seleção dos eventuais moradores dos apartamentos do conjunto apresentam a característica de terem sido realizados pela Cooperativa Habitacional Santa Luzia, que também, a princípio, ficou a cargo da administração do condomínio.

Desta feita, o Condomínio Residencial Ignêz Andreazza possui atualmente uma população predominante de classe média, estimada em 10.000 pessoas, que em sua maioria exercem atividades profissionais vinculadas ao setor de comércio e serviços, profissões liberais, funcionalismo público, pequenos comércios, trabalhadores autônomos, entre outros, além de aposentados e pensionistas, donas de casa e estudantes.

FIGURA 04



Quanto à gestão dos espaços do conjunto, os proprietários dos imóveis decidiram, em convenção realizada em quatro de novembro de 1983, que esta seria atribuída a um Síndico ou Administrador condômino que, juntamente com um Subsíndico, administrariam o condomínio por um mandato de dois anos. (CRIAZZA, 1983) Um processo eleitoral que, considerando-se as grandes dimensões do conjunto e o montante de pessoas que ali residem e circulam, assume o caráter de uma disputa municipal.

Durante o período de eleição, as chapas concorrentes travam uma acirrada disputa pelos votos dos moradores adimplentes com as taxas condominiais. Por todo o conjunto ocorrem carreatas, passeatas e panfletagens, e além disso, contrariando o que estabelece o Regimento Interno em seu capítulo III, que proíbe “... a colocação de placas, anúncios, avisos, notícias, letreiros de propagandas nas paredes ou janelas ...” (CRIAZZA, 1984) dos blocos, os moradores exibem nas fachadas dos módulos bandeiras e faixas externalizando apoio aos candidatos. (FOTOS 1-2-3)

Eleitos, o síndico e o sub-síndico, estes irão compor juntamente com o conselho fiscal e um conselho consultor a administração do condomínio. Esta, mediante arrecadação mensal de aproximadamente R\$ 73.920,00, oriunda do pagamento da taxa condominial no valor de R\$ 30,00⁵⁹, disponibiliza aos moradores do condomínio, através de um quadro de 90 funcionários contratados, serviços de limpeza, segurança, entrega de correspondências e serviços básicos de pedreiro, eletricista e encanador.

A função de síndico geral se torna, portanto, o principal alvo de críticas e disputas, tendo em vista as dificuldades de gestão dos espaços de uso comum do conjunto, com questões de infra-estrutura, circulação e segurança. Além de problemas relacionados tanto à inadimplência dos pagamentos das taxas, quanto a qualidade dos serviços prestados. (SANTOS, C., 1999)

Todavia, é importante ressaltar que, apesar desta pesquisa constatar que o serviço de segurança constitui um dos principais problemas do condomínio, algumas ações da atual administração vêm sendo elogiadas, quais sejam, a reforma e a recuperação das rampas internas de acesso e a construção de novos coletores de lixo. (FOTOS 4-5)

⁵⁹ Valor cobrado no ano de 2001

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 1: Eleição para Síndico

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 2: Bandeiras nas Fachadas

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 3: Boca de Urna em frente ao clube

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 4: Coleta de lixo

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 5: Rampa e Lixeira novas

Inaugurado há quase vinte anos, portanto, o CRIAZZA, visto por dentro, enfrenta questões relacionadas à gestão dos limites entre o público e o privado, no que tange a apropriação das áreas de uso comunitário pelos mais diversos grupos a partir de necessidades particulares. Visto de fora, exhibe paisagens marcadas por um intenso processo de apropriação e transformação dos seus espaços planejados, que em nada seguem o previsto pelos seus arquitetos.

Diante disto, constata-se a complexa adequação entre forma e conteúdo, pois os moradores através das suas práticas cotidianas podem realizar ou não os espaços planejados pelos arquitetos, reinventando-os e/ou adaptando-os a sua cultura de acordo com suas necessidades e experiências.

Neste contexto, concebido em 1979, pelos arquitetos Acácio Gil Borsoi e Marco A. Gil Borsoi, intitulando-se inicialmente “Conjunto Habitacional Caçote: volumetria movimentada em linha”, o projeto do Residencial Ignêz Andreazza **visava estimular o espírito de convivência e a capacidade de contato social da comunidade**, através da construção de grupos de edificações autônomas, evitando-se “as estruturas fragmentadas da vida em comum”, com precisa delimitação e apropriação dos espaços funcionais. (PROJETO, 1985)

Entretanto, semelhante aos demais conjuntos implementados pelo BNH, evidencia-se que o projeto do Ignêz Andreazza expressa, através da rígida concepção de espaços funcionais, a racionalidade técnica e burocrática do urbanismo institucional, que intenciona catalogar e isolar as necessidades dos seus moradores no terreno, impondo-lhes um cotidiano programado.

Nesta perspectiva, os arquitetos, a partir de um estudo do entorno da área, optaram por uma tipologia arquitetônica de grandes blocos em linha, com quatro pavimentos, conformado pela justaposição de módulos autônomos, numa composição variada e defasada, dispostos perpendicularmente à Av. Recife, sua principal referência espacial.

Deve-se destacar a intenção [dos arquitetos] de fazer o conjunto com uma imagem e função precisa na paisagem, através do reconhecimento de uma forma definida em contraste com as construções desordenadas do entorno, mediante uma ordem de composição mais simples reduzida a seus elementos arquitetônicos essenciais. (PROJETO, 1985, p. 103).

O projeto do CRIAZZA visava criar “... espaços alternados de cheios e vazios, permitindo visuais internas e externas ao núcleo abrindo o conjunto à comunidade, e definindo a ordenação física da paisagem construída resultante”. (PROJETO, 1985, p. 100)

Por conseguinte, os blocos apresentam a característica de uma gradação de cores diferenciada, no intuito de promover a inserção e integração do conjunto com o ambiente existente, assim como estabelecer a identificação dos habitantes com o conjunto. Desta forma, os blocos apresentam a característica de tonalidades que vão do amarelo-laranja ao vermelho, contrastando com tons de azul e branco nas áreas de transição. (FIGURA 05)

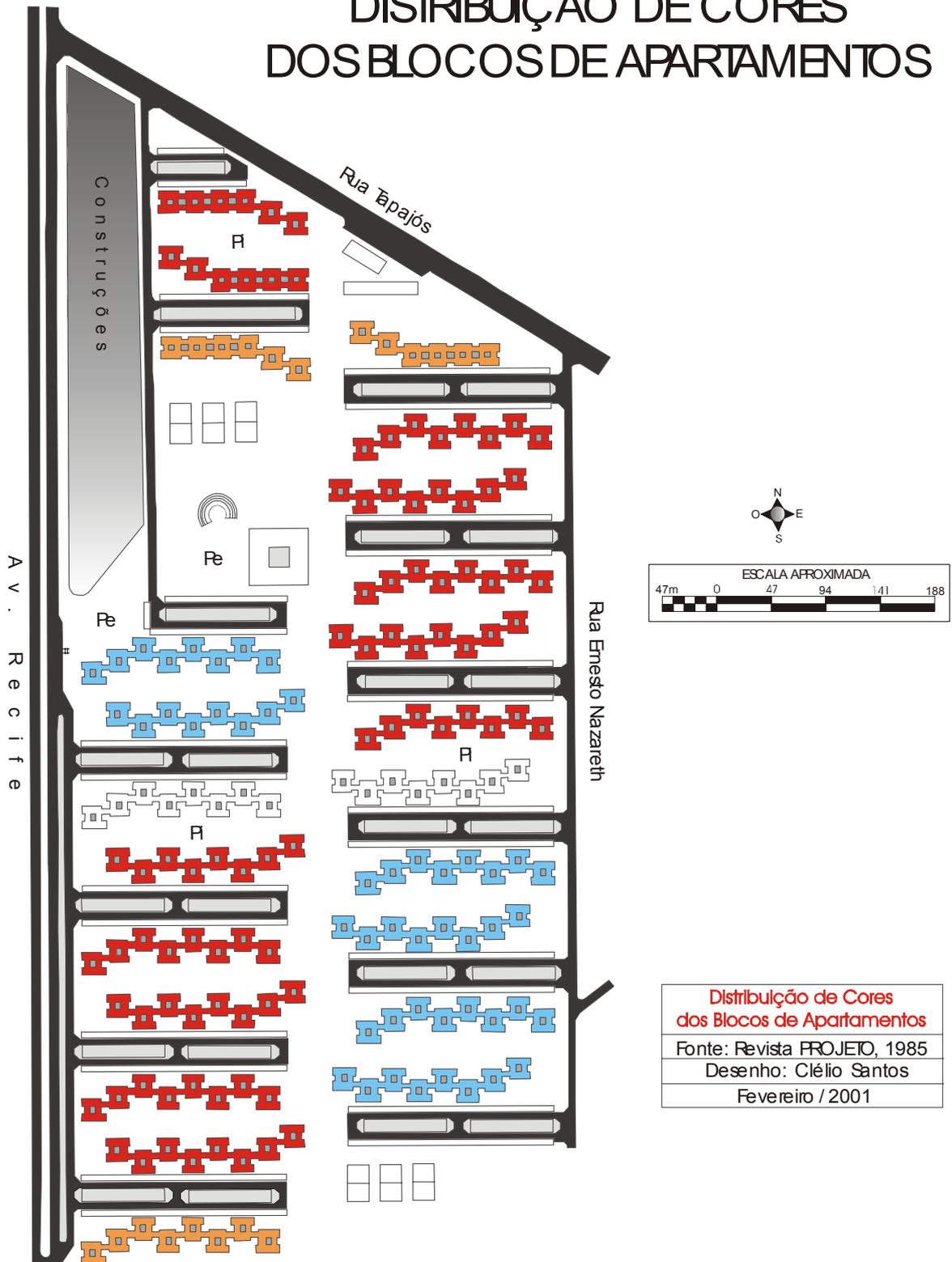
O intuito de abrir o conjunto à comunidade, entretanto, esbarrou, a princípio, nas próprias características que marcam os empreendimentos do período autoritário, isto é, projetos desvinculados do contexto da cidade e embasados numa concepção de fortalecimento do espaço privado. Associado a isto, vincula-se a violência urbana e a segregação espacial, que condicionaram o cerramento do conjunto com grades logo nos primeiros anos após a sua inauguração em 1983.

Desta feita, durante os anos de 1987 e 1988, restringiu-se o acesso ao conjunto mediante prévia identificação nas guaritas. Os condôminos foram cadastrados e receberam carteiras de identificação de moradores juntamente com adesivos para afixarem em seus veículos. Na entrada do condomínio os seguranças solicitavam que as pessoas se identificassem para poderem liberar o acesso. Os visitantes precisavam apresentar um documento de identidade e informar bloco, módulo e apartamento da família que iriam visitar, recebendo em seguida uma carteira de visitante. (ANEXO 01)

Todavia, esta forma de controle não resistiu ao dinâmico processo de transformação sócio-espacial, uma vez que se desencadearam inúmeros conflitos, ocasionados, principalmente, pelos próprios moradores. Passado o período de implantação desta medida, alguns moradores, seja por acomodação ou simples esquecimento, não mais portavam suas carteiras de identificação, trocavam de carro e não solicitavam novos adesivos e ainda havia aqueles que não admitiam serem parados nas guaritas. Houve casos extremos em que os seguranças foram ameaçados por condôminos armados. Desse período, restam apenas as guaritas, abandonadas e/ou apropriadas por pequenos comércios, e principalmente as lembranças e os anseios dos moradores mais antigos de que um dia esta prática seja retomada em virtude do crescimento da violência. (FOTOS 6-7-8)

FIGURA 05

DISTRIBUIÇÃO DE CORES DOS BLOCOS DE APARTAMENTOS



Clélio Santos / maio-2002



FOTO 6: Guarita Desativada próxima à Rua Ernesto Nazareth

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 7: Comércio na Guarita

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 8: Guarita Desativada próxima à Av. Recife

Atualmente, portanto, não há mais seguranças do condomínio controlando o acesso nos doze portões existentes, que se encontram quebrados ou permanentemente abertos. Há ainda alguns que foram parcialmente interditados pelos comerciantes do entorno. Diante disso, os moradores das comunidades circunvizinhas, sejam eles das Vilas Tamandaré e Cardeal e Silva ou das Comunidades da Beirinha, do Iraque, do Jardim Uchôa e do Caçote, puderam voltar a utilizar os acessos do CRIAZZA como vias de passagem entre a Av. Recife e a Rua Ernesto Nazareth.

Os arquitetos, a partir da “movimentação volumétrica” das formas do conjunto, pretendiam criar áreas distintas para estacionamento de veículos e praças de uso comum, assim como, a partir de um “semipiloti”, ao nível do térreo, estabelecer uma ligação entre os módulos, criando assim um espaço de passagem coberto, um local de encontro complementar às praças planejadas. (PROJETO, 1985) Na verdade, o que houve foi uma privatização de alguns espaços coletivos do conjunto, destacando-se a construção de garagens isoladas e o retalhamento das áreas cobertas de ligação entre os módulos, privatizando-as e interrompendo a circulação das pessoas a partir da instalação de grades.

Quanto a área comercial, os arquitetos, a partir do entendimento de que “... a habitação é que determina e justifica a existência desses equipamentos complementares à função residencial dominante ...”, (PROJETO, 1985, p. 103) conceberam apenas um núcleo comercial no condomínio, conhecido como a áreas dos “boxes”.

Nesta área funcionam diversos estabelecimentos comerciais, cujos maiores atrativos são os bares, freqüentados nos finais de semana por um grande fluxo de pessoas. A administração dos boxes, entretanto, não pertence ao condomínio. A ata da convenção do condomínio de 04 de novembro de 1983, não faz nenhuma menção a gestão deste espaço. (FOTOS 9-10)

Além da área comercial dos boxes, a influência de um empreendimento do porte do CRIAZZA sobre as áreas vizinhas, impulsionou a criação de pequenos comércios tanto ao longo da Rua Ernesto Nazareth (via principal da Vila Tamandaré por trás do conjunto), onde existe uma variedade de comércios e serviços funcionando diariamente, quanto nas calçadas no entorno do conjunto, que acarretam inúmeros transtornos aos moradores, uma vez que os comerciantes se apropriam das guaritas e calçadas, sujando-as e obstruindo-as. (FOTOS 11-12-13)

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 9: Área dos Boxes

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 10: Área dos Boxes

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 11: Comércio na Rua Ernesto Nazareth

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 12: Comércio na entrada do CRIAZZA

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 13: Lixo nas calçadas em torno do CRIAZZA

Do exposto, depreende-se que a rígida concepção das áreas de habitação, lazer, estacionamento, circulação, comércio e serviços do Ignêz Andreazza, visava uma perfeita integração entre forma e conteúdo, ou seja, a imposição de uma força sócio-cultural e política às referências anteriores dos seus habitantes. Todavia, considerando-se as grandes dimensões do Condomínio e a sua expressiva população, observa-se que este oferece inúmeros subsídios para se analisar as relações que os seus moradores, através das suas práticas cotidianas, estabelecem com as áreas de uso comunitário do conjunto, apropriando-as e/ou transformando-as, e a partir destas com o bairro e a cidade.

3.2 ESPACIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS COTIDIANAS DOS MORADORES DO CRIAZZA

As práticas cotidianas resgatam as múltiplas relações existentes entre o homem e o meio, expondo fissuras existentes entre os avanços das técnicas e os espaços vividos cotidianamente. Neste sentido, reconhece-se a atuação dos atores comuns, transformando e/ou recriando suas realidades próximas, contribuindo para configurar singularidades ao espaço urbano.

Desta assertiva, buscou-se analisar, a previsão de um consumo programado dos espaços coletivos do CRIAZZA em relação às práticas cotidianas e às representações dos seus atuais moradores, assim como, as relações que estes estabelecem com o entorno do conjunto.

Inaugurado em 1983, o Ignêz Andreazza é composto por uma área construída de 200.000 m², constituída por espaços destinados à habitação, estacionamento, comércio e serviços, lazer e circulação. Nestas áreas, uma população de características heterogêneas, a partir de práticas sócio-espaciais, vive, consome, produz e luta. Um contingente populacional atualmente estimado em 10.000 habitantes, considerando-se a média de quatro moradores por unidade imobiliária, que representa 36% dos apartamentos consultados.

Assim, considerando-se a temporalidade das atividades dessa população, apreendeu-se a partir da observação em dias úteis e finais de semana, juntamente com a aplicação de formulários, a diversidade de usos, apropriações, transformações, fluxos, redes sócio-espaciais e interações entre diferentes espaços do conjunto.

Neste sentido, num universo de 2.464 unidades habitacionais, estabeleceu-se uma amostra de 13,11%, que representa 323 apartamentos. Assim, considerando-se as grandes dimensões do conjunto, buscou-se distribuir a aplicação dos formulários de forma equitativa contemplando no máximo dois apartamentos em cada um dos 176 módulos. (ANEXO 02)

Inicialmente, traçou-se o perfil dos moradores entrevistados, por compreender que, pessoas de mesma cultura têm necessidades e interesses diferenciados em relação à realidade que lhes cercam. Neste sentido, o perfil dos moradores entrevistados apresenta a característica de 71,5% ser do sexo feminino e 28,5% ser do sexo masculino. Desta predominância, depreende-se que a maior freqüência de mulheres no universo de 323 formulários aplicados,

encontra-se associada às atividades domésticas, que lhes condicionam a estarem maior parte do tempo de suas vidas dentro de casa. (GRÁFICO 01)

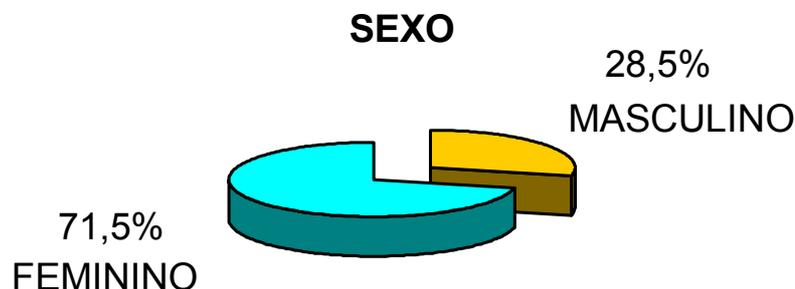


Gráfico 01: Distribuição dos moradores por sexo

Os entrevistados, em sua maioria, são adultos em idade produtiva, 42,1% possuem entre 40 e 59 anos e 36,2% estão entre 20 e 39 anos. Seguidos pelos idosos com 60 anos ou mais com 13,6%, e os adolescentes entre 14 e 19 anos, que representam 8%. (GRÁFICO 02)

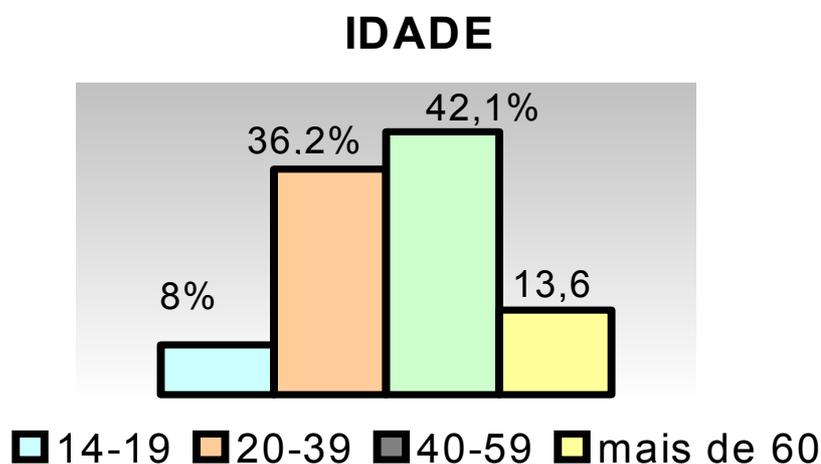


Gráfico 02: Distribuição dos moradores por idade

Em relação ao nível escolaridade, os moradores apresentam um bom grau de instrução, cujos percentuais demonstram que 53,3% concluíram o ensino médio e 27,6% cursaram ou estão cursando o nível superior, valores tão significativos quanto o de muitas cidades brasileiras. (TABELA 01)

ESCOLARIDADE	Frequência	%
Analfabetos	2	0,6
Ensino Fundamental	56	17,3
Ensino Médio	172	53,3
Superior	89	27,6
Pós-Graduação	4	1,2
TOTAL	323	100,0

Tabela 01: Nível de Escolaridade dos moradores

Questionados quanto a ocupação ou atividade profissional que desenvolvem, as respostas dos entrevistados foram as mais diversas possíveis. Sistematizando-as, destacam-se, entre outras, donas de casa 22,3%, seguidas por profissionais liberais 15,9%, profissionais do setor de comércio e serviços 15%, estudantes 14,2%, aposentados e pensionistas 10,6%, autônomos 5,3% e funcionários públicos com 5,1%. (GRÁFICO 03)

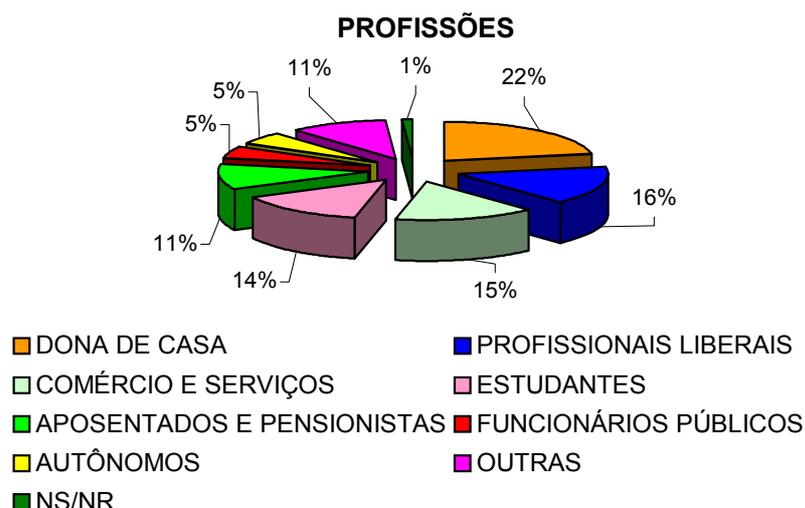


Gráfico 03: Distribuição dos moradores por profissões

A atual renda familiar dos moradores do CRIAZZA se encontra na faixa exigida pelo Programa Cooperativas quando da comercialização dos apartamentos, apresenta-se entre 06 a 08 salários mínimos. Têm-se respectivamente 37,6% na faixa acima de 06 salários, 35,6% na faixa de 4 a 6 salários e 24,5% na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Contudo diante das visíveis dificuldades de manutenção da infra-estrutura e realização de melhorias no conjunto, refletidas no elevado número de moradores inadimplentes com as taxas condominiais, acredita-se que dentre aqueles que afirmaram auferirem uma renda superior a seis salários mínimos, encontram-se os que assim o fizeram por vergonha ou por vaidade de transparecer um status social mais elevado. (GRÁFICO 04)

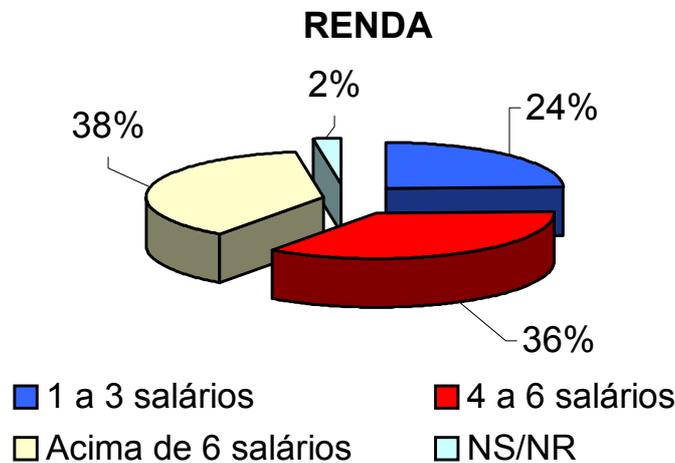


Gráfico 04: Distribuição dos moradores por renda

Analisando-se as faixas de renda familiar em relação à quantidade de pessoas por unidade imobiliária, constata-se que na faixa de renda acima de 6 salários, predominante no conjunto, encontram-se famílias com quatro membros ou mais, isto é, famílias com renda *per capita* em torno de um salário mínimo e meio. Neste grupo, por se tratar de renda familiar, aparecem ocupações que tradicionalmente não possuem renda, tais como estudantes e donas de casa.

Quanto ao quadro de propriedades no conjunto, 81,7% dos entrevistados afirmam ser proprietários dos imóveis que ocupam, enquanto que apenas 16,1% vivem em regime de aluguel. Esta característica se reflete no tempo de moradia das pessoas no conjunto. O condomínio apresenta uma baixa rotatividade de moradores, visto que 64,1% dos entrevistados vivem no local há mais de dez anos. (GRÁFICO 05)

A origem dos moradores, por sua vez, remonta aos bairros do subúrbio de Recife, destacando-se os bairros vizinhos com tipologia predominante de casas, tais como IPSEP, Jardim São Paulo, Afogados, Ibura e Imbiribeira, entre outros. Destaca-se ainda um expressivo número de moradores do próprio bairro, seja Areias ou Estância, tendo em vista as divergências de localização do conjunto. Têm-se 65% dos moradores que vieram de casas e 35% que moravam em apartamentos antes de se mudarem para o conjunto. (GRÁFICO 06)

Depreende-se, portanto, que o perfil dos entrevistados se caracteriza por ser o de um indivíduo de meia idade, que cursou o ensino médio e possui renda familiar entre 4 e 6 salários mínimos. Morador antigo do conjunto, este indivíduo trocou a vivência de uma casa que possuía num bairro próximo, pela convivência coletiva num conjunto habitacional, onde é proprietário de um apartamento e reside a mais de dez anos.

A realidade social do Andreazza, iniciada em 1983 com a chegada do primeiros moradores, pautou-se inicialmente por uma preocupação em discutir regras básicas de boa vizinhança e questões relacionadas à preservação da estrutura dos prédios e à manutenção das áreas de uso comum. Aprova-se, assim, por dois terços dos presentes, a Convenção do Condomínio, que entre outros itens, fixa direitos e deveres para os seus residentes, quanto ao uso dos espaços residencial e comum do conjunto. Desta convenção, resulta, em 1984, a elaboração e a publicação do Regimento Interno do Conjunto Residencial Ignêz Andreazza.

Todavia, o modelo de vida moderna proposto para este conjunto, traz consigo um caráter de individualização, que acarreta a fragmentação das possibilidades do estabelecimento de uma maior coesão social no concernente à manutenção de regras de convivência condominial.

É neste âmbito, que moradores de perfis, procedimentos e objetivos heterogêneos, a partir do resgate de memórias de vida em outros locais, passam a materializar na paisagem resistências sócio-culturais à forma-conjunto, isto é, táticas às ordens espaciais impostas pelas estratégias dos fortes.

Os moradores, no âmbito dos seus cotidianos, a partir de práticas criativas e singulares, são capazes tanto de simplesmente utilizarem a configuração original dos espaços planejados, quanto de promoverem reelaborações materiais que conduzem a uma contínua transformação do *status quo*.

STATUS DOS APARTAMENTOS

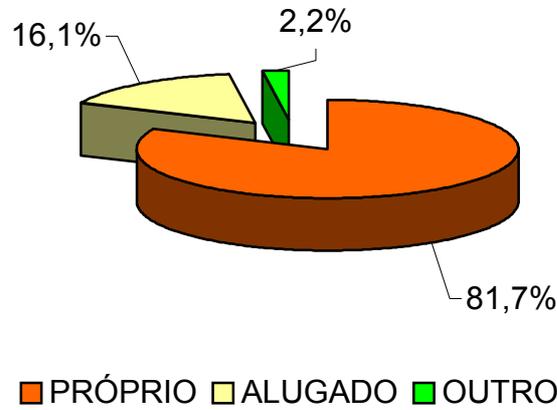


Gráfico 05: Distribuição dos moradores segundo status dos apartamentos

MORADORES X TIPOLOGIA HABITACIONAL

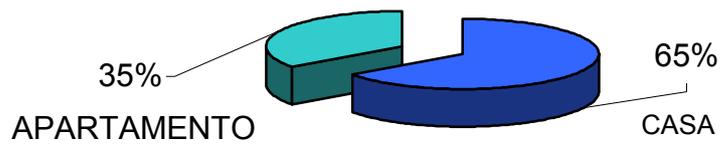


Gráfico 06: Procedência dos moradores por tipologia habitacional

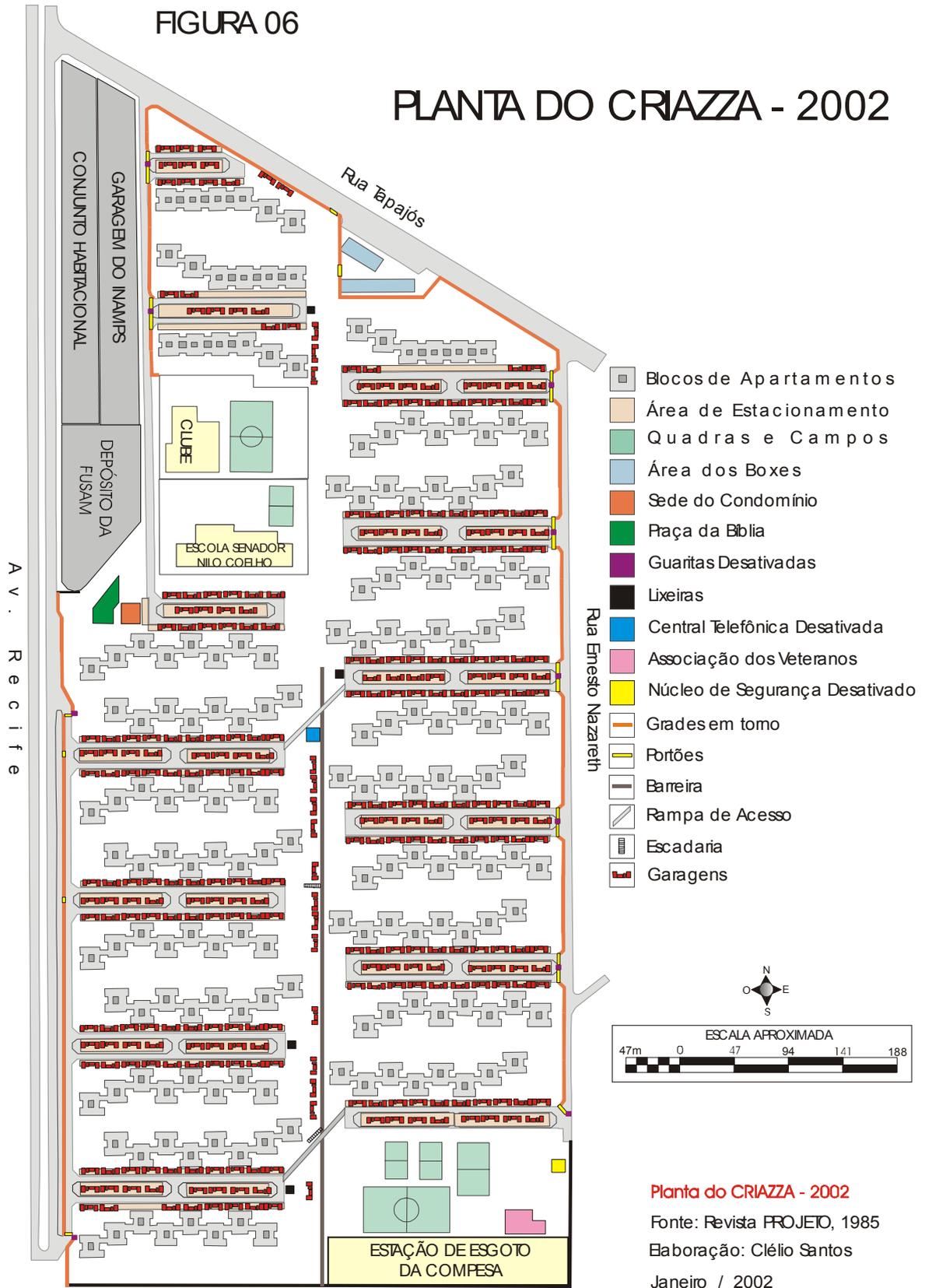
Neste contexto, passadas quase duas décadas, os moradores do Ignêz Andreazza, através das suas práticas cotidianas, apropriam-se e transformam a maioria dos espaços planejados do conjunto, constituindo inúmeras territorialidades que envolvem à questão dos limites entre o público e o privado. Conseqüentemente, emergem no conjunto problemas e desafios de convivência e, até problemas sócio-ambientais, quer seja no âmbito interno, ou a partir dele em relação ao bairro e à cidade. (FIGURA 06)

Analisando-se o consumo dos espaços destinados à função residencial no CRIAZZA, observa-se que este se dá a partir de reformas físicas específicas de cada morador. Percorrendo o conjunto durante o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que grande parte dos apartamentos preservam o uso domiciliar e que poucas são as unidades que agregam atividades remuneradas em suas dependências. Desses apartamentos, verificou-se que alguns fizeram de suas varandas um pequeno comércio, onde vendem confeito, chiclete, picolé, cerveja e cigarros, outros simplesmente fixam placas nas janelas anunciando a venda de produtos ou a prestação de serviços, como por exemplo o de costureira. Não obstante, estes apartamentos apresentam reformas que refletem, sobretudo, investimentos sócio-econômicos e simbólicos de seus habitantes, no intuito de adequá-los a sua cultura. (FOTO 14)

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 14: Comércio na varanda de um apartamento



Contrariando as determinações contidas no Regimento Interno do Conjunto⁶⁰, a forma como alguns moradores intervêm em seus apartamentos, sem a devida orientação de técnicos ou órgãos competentes, seja através de reformas, acréscimos, “puxadas”, etc., associada à qualidade do material usado no processo construtivo, ocasionam problemas que comprometem tanto a infra-estrutura dos blocos, quanto a qualidade de vida dos demais habitantes desses casulos em forma de conjunto.

Neste sentido, atendendo a solicitação do interventor⁶¹ do CRIAZZA, a construtora DAMPE (Engenharia Representações Comércio e Indústria Ltda.), responsável por 560 apartamentos dos 2.464 existentes, realizou uma inspeção que resultou num laudo divulgado em 31 de janeiro de 2000, alertando sobre o comprometimento da estabilidade dos edifícios em consequência da remoção de paredes de alvenaria estrutural. (ANEXO 03)

Diante da gravidade dos fatos, o laudo recomenda, em caráter emergencial, que sejam realizados os serviços necessários para repor as paredes que comprometem as edificações do conjunto no intuito de se evitar o que seria “um dos maiores desastres da construção civil do país” (DAMPE, 2000).

A construtora DAMPE, previsivelmente, eximindo-se da responsabilidade, estranha o desconhecimento do problema por parte do Agente Financeiro e da Seguradora responsável pelo empreendimento e recomenda, no laudo, que todas as partes envolvidas sejam imediatamente comunicadas, quais sejam, CREA, Caixa Econômica Federal, SASSE Caixa Seguros, Prefeitura do Recife, Proprietários e Inquilinos.

Em decorrência disto, o Jornal do Comércio estampa na primeira página da edição de 15 de fevereiro de 2000, a seguinte notícia: **“REFORMAS AMEAÇAM O IGNÊZ ANDREAZZA”**. Outrossim, são freqüentes, nos principais jornais da cidade, a veiculação de matérias relacionadas ao comprometimento de infra-estrutura e queda de edifícios em vários municípios da Região Metropolitana do Recife. A exemplo do edifício Érica no município de Olinda, que desabou fazendo dezenas de vítimas. (ANEXO 04)

Os primeiros meses do ano 2000 trouxeram, portanto, inúmeras inquietações para a população do Ignêz Andreazza. Durante este conturbado período, por todo o conjunto se

⁶⁰ No capítulo III, artigo 3º do item “F”, “fica expressamente proibido qualquer modificação interna da unidade residencial, sem a prévia autorização dos órgãos competentes”. (CRIAZZA, 1984, p. 04).

⁶¹ Durante os primeiros meses de 2000 a administração do condomínio se encontrava sob um processo de intervenção judicial, que afastou o síndico em exercício no biênio 2000/2001 e em seu lugar assumiu um interventor.

questionava a veracidade das notícias publicadas sobre os riscos de desabamento. Os céticos aos riscos, duvidavam da legitimidade das informações, associando-as a manobras, sobretudo do interventor, que visavam desvalorizar os imóveis. Quanto aos crentes dos riscos, houve os que abandonassem seus imóveis, principalmente os que possuem melhor condição sócio-econômica, e os que permanecessem convivendo com o medo.

Neste contexto, em 20 de março de 2000, em função de denúncias de irregularidades na administração, o interventor judicial é destituído e reassume a administração o síndico eleito para o biênio 2000/2001. (ANEXO 05)

Reassumindo o cargo, uma das primeiras medidas empreendidas pelo reempossado síndico foi distribuir em todos os aptos um comunicado que, dentre outros assuntos, destaca que “... dentro do clima de terrorismo, que marcou o curto espaço de tempo da administração do ex-interventor, tivemos a divulgação desastrosa, irresponsável e maldosa, em jornal de grande circulação, sobre a possibilidade dos prédios virem a desabar. Acontece que ninguém assinou o laudo dessas averiguações. Houve sim a vistoria em alguns apartamentos. Por conseguinte, apenas os imóveis com irregularidades deveriam ser notificados, no propósito de efetuarem os reparos necessários. Iremos apurar com rigor para identificar a quem poderia interessar a desvalorização dos nossos apartamentos”. (CRIAZZA, 2000)

Todavia, ao longo da pesquisa se observou que nenhuma medida foi implementada no intuito de equacionar tal problema. Assim, questionando-se os moradores em relação aos riscos de desabamento do conjunto, 61% responderam que os riscos não existem, uma vez que o conjunto foi muito bem construído, os blocos possuem boa estrutura e o terreno é firme. Apenas 32% dos entrevistados, receosos com as rachaduras nas fachadas dos prédios, acreditam que as reformas indiscriminadas sem a devida orientação, associadas a falhas na estrutura e à má qualidade do material utilizado, comprometem a estrutura dos blocos, despertando medo. (GRÁFICO 07) Contudo, mesmo entre estes que não descartam a hipótese de desabamento, observou-se uma preocupação em afirmar que no seu módulo não há problemas, mas que há riscos em outros módulos do conjunto. Este fato revela o interesse em preservar a imagem do seu lugar de moradia, o que demonstra o estabelecimento de vínculos afetivos. (FOTOS 15)



FOTO 15: Rachaduras nos Blocos de Apartamentos

A realização indiscriminada de reformas sem o devido acompanhamento de um técnico ou de um engenheiro, é indicada, portanto, como uma das principais causas de problemas estruturais no Ignêz Andreazza. Neste sentido, questionando-se os moradores a respeito da realização de reformas nos apartamentos, 55% dos entrevistados responderam que não são a favor da realização de nenhum tipo de intervenção nos imóveis, mesmo já as tendo feito, alegando que estas são perigosas porque prejudicam as estruturas dos blocos. (GRÁFICO 08)

Quanto aos desdobramentos das notícias de desabamento, atualmente os moradores desejam que medidas cabíveis sejam empreendidas. Eles propõem a realização de vistorias em todos os apartamentos e que os laudos apontem responsáveis e possíveis soluções. A maioria dos entrevistados expressam o desejo de que as construtoras juntamente com as seguradoras responsáveis pelos imóveis, sejam convocadas a participarem deste processo de vistoria, assumindo a responsabilidade que lhes competem.

Ao longo de um contínuo processo de consumo e produção do espaço, portanto, a população do CRIAZZA, a partir de modificações inicialmente promovidas no âmbito dos seus apartamentos, expande este processo de reelaboração aos demais espaços do conjunto, atribuindo-os constantes adaptações ou transformações físicas e de significados.

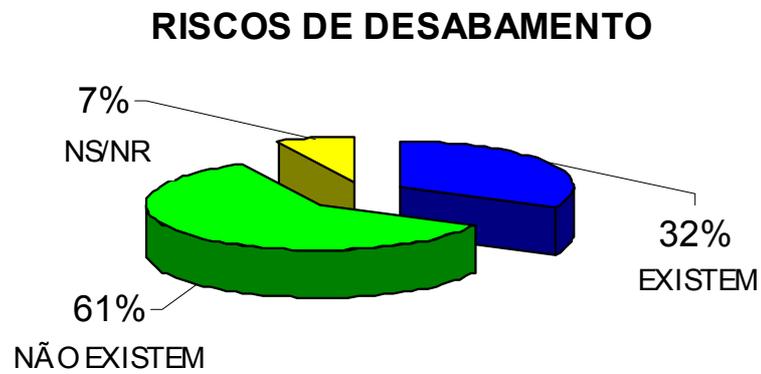


Gráfico 07: Opinião dos moradores acerca dos riscos de desabamento



Gráfico 08: Opinião dos moradores acerca da realização de reformas

Neste contexto, as relações entre o público e o privado nas áreas de uso comum do conjunto são cotidianamente revistas. Áreas originalmente planejadas para atenderem a finalidade de uso coletivo, ou seja, público, passam, a partir da constituição de territorialidades cotidianamente recriadas, a ter o seu uso revertido para o privado, restringindo a acessibilidade, principalmente através da instalação de barreiras físicas.

De acordo com a Convenção do Condomínio, realizada em 04 de novembro de 1983, as áreas de uso comum se referem às “partes comuns ‘pro-indivisivo’ comum a todos os condôminos inalienáveis a qualquer título”. (CRIAZZA, 1983, p. 248) Atualmente, estas áreas de uso comum são, entre outras, os *halls* de circulação de acesso aos apartamentos, os corredores de ligação inter-módulos, situados sob os pilotis, as áreas de estacionamento situadas na parte externa, as vias internas de circulação e as áreas de lazer e esportes, compostas por três quadras poliesportivas, um campo de futebol, uma praça, uma Associação Recreativa dos Veteranos e um Centro Recreativo (o clube).

Neste âmbito, os *halls* das escadas de acesso aos imóveis, em sua maioria, apresentam alguma forma de apropriação relacionada à extensão dos espaços dos apartamentos. A partir de um resgate de práticas típicas de moradores de casas, os *halls*, sobretudo os dos últimos andares, são ampliados e territorializados com grades. Reelaborado-os, transformam-se numa espécie de terraço, inclusive com a colocação de plantas, mesas e cadeiras.

No térreo, os arquitetos projetaram um grande corredor de circulação entre os módulos, um espaço de passagem coberto que, em razão da falta de segurança no conjunto como um todo, foi privatizado pelos moradores dos módulos, através da instalação de grades, restringindo a circulação e o acesso de estranhos.

Atualmente, esta área funciona como um *hall* de acesso aos módulos, sendo freqüentada principalmente por moradores. Esta é utilizada não só como acesso, mas também para confraternizações, brincadeiras, namoros e encontros. Na opinião de 67,5% dos entrevistados o uso e o comportamento nesse espaço é considerado bom ou ótimo, apenas 13,9% considera este espaço ruim.

As justificativas destas respostas, direcionam a análise, sobretudo, para as vantagens ou desvantagens que as transformações impingidas à estrutura original do projeto lhes proporcionam. Assim, 65% dos relatos dizem que o corredor fechado com grades propicia mais privacidade e principalmente mais segurança. Ao passo que 16,4% afirmam que esta transformação prejudica o acesso e a circulação.

Houve na verdade a perda de um importante espaço de encontros, visto que estes corredores condicionavam a interação de moradores de diversos módulos e blocos, um espaço de uso coletivo que permitia o enriquecimento das relações sociais. A ausência deste espaço conduz a uma perda de imediatividade em relação às demais realidades do conjunto.

Diante deste quadro de incentivo ao individualismo e de fortalecimento ao espaço privado, a área de estacionamento de veículos do condomínio talvez seja a que mais sofreu alterações em relação ao projeto original, sobretudo pela total ausência de um efetivo controle por parte da administração do condomínio.

Concebida originalmente como um grande espaço de uso coletivo, sem coberturas ou divisórias, a área de estacionamento do CRIAZZA, a partir da constituição de novas territorialidades, sofre constantes modificações que restringem a acessibilidade. A construção de garagens isoladas iniciadas no final da década de 1980 caracteriza uma expressiva mudança no uso original previsto para esta área, que passa a ter um caráter privado, refletindo interesses e necessidades, sobretudo de segurança, de uma população de perfil heterogêneo.

Atualmente cerca de 49,2% dos moradores declaram não possuir automóvel. No entanto, o que se observa ao se percorrer o conjunto é uma eclosão diária de novas garagens, inclusive com a apropriação e transformação de áreas que não eram destinadas a este fim. Na opinião de 84,8% dos entrevistados o uso e o comportamento nestas garagens varia de ruim a regular, ressaltando o fato de que estas esteticamente possuem uma má aparência em virtude da despadronização e da descaracterização do uso. (FOTO 16)

Isto se deve, em parte, a má distribuição das garagens entre os proprietários. Segundo relatos, não houve uma divisão equitativa e alguns moradores se apoderaram de mais de uma garagem, da qual auferem uma renda. Associado a este fato, há também os novos usos destinados a estes espaços, visto que alguns moradores e locatários externos lhes atribuem as funções de depósito de entulhos ou mercadorias, comércio e até residência. (FOTO 17-18)

Os moradores, reproduzindo práticas características de quem reside em casas unifamiliares, fazem das garagens a extensão dos seus apartamentos. Esses espaços são territorializados e ocupados com todo o tipo de objetos dos quais as pessoas não conseguem se desfazer e que comumente são guardados em algum cômodo erguido no quintal da casa. Desta forma, observa-se que dentro das garagens do condomínio os moradores guardam móveis, eletrodomésticos, brinquedos, livros, etc.

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 16: Panorâmica das garagens

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 17: Garagem que serve de depósito

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 18: Comércio de água mineral na garagem

No espaço das garagens funciona também pequenos comércios, sobretudo, de venda de água mineral e gás. Além desses usos, algumas garagens funcionam como oficinas mecânicas, depósito de mercadorias dos comerciantes do entorno e residência. Quanto a este último aspecto, os moradores relatam que se sentem coagidos pelo fato de não saberem a procedência da pessoa que ali reside e abandonados pela administração que não moveu nenhum esforço no intuito de equacionar o problema, apesar dos protestos.

Do exposto, depreende-se que a organização espacial do Ignêz Andreazza, similar ao espaço urbano de uma cidade capitalista, constitui-se num complexo conjunto de usos da terra. Usos estes que, justapostos entre si, definem diversas áreas articuladas a partir de relações sócio-espaciais, que associadas aos deslocamentos cotidianos dos moradores das suas casas para os mais diversos locais de trabalho e lazer, apresentam-se empiricamente através dos fluxos de veículos e pessoas.

A noção de habitar, portanto, ultrapassa a simples conquista de se ter um imóvel, uma vez que esta prática envolve as complexas relações que as pessoas estabelecem com a casa e o seu entorno. Neste sentido, 71,8% dos moradores entrevistados no CRIAZZA responderam que circulam ou passeiam por dentro e pelo entorno do conjunto.

A população do CRIAZZA, em função de interesses e necessidades diferenciadas, trabalho, estudo, compras, lazer, etc., desloca-se pelas vias internas do conjunto em quase todos os horários do dia. Esse intenso fluxo de pessoas proporciona inúmeras interações e encontros, que dependendo da frequência podem vir a constituir redes sócio-espaciais, conforme indica 65,3% dos entrevistados que afirmam visitar vizinhos, amigos ou parentes que moram no conjunto ou em seu entorno.

Os deslocamentos associados a ida e a volta do trabalho e o fluxo de estudantes ocorrem respectivamente a partir das 6:00h e após as 18:00h, e ainda nos horários de início e término das aulas de colégios e faculdades ao longo do dia. Nesses horários é intenso o fluxo de pessoas e veículos, perfazendo os mais diversos itinerários pelas ruas internas do conjunto.

Observando-se especificamente os itinerários dos transeuntes, destacam-se dois fluxos em sentidos opostos. O primeiro é em direção a Rua Ernesto Nazareth, onde as pessoas que desenvolvem atividades em Afogados ou nos bairros centrais da cidade podem pegar o único ônibus que faz esse roteiro, o Vila Tamandaré, ou utilizarem o serviço de transporte por kombis. O segundo é em direção a Av. Recife, que nos horários de *rush* apresenta trânsito intenso e, às vezes, longos congestionamentos. Este itinerário é percorrido, sobretudo, pelas pessoas que trabalham no sentido do bairro de Boa Viagem ou em direção a Av. Caxangá.

Neste contexto, convém destacar a existência de um fluxo de alunos, em sua maioria, de crianças e adolescentes das comunidades do entorno, que se dirige para a Escola Pública Senador Nilo Coelho, localizada numa área de aproximadamente 300m² próxima a sede do condomínio. Esta escola funciona três turnos e oferece à comunidade os ensinos fundamentais e médio.

Os deslocamentos em direção ao comércio local, por sua vez, ocorrem em quase todos os horários do dia. A dimensão desse fluxo se afigura pelo montante de pessoas e veículos que transitam pelas áreas comerciais, conforme atesta a maioria dos moradores que afirmam utilizar diversos estabelecimentos comerciais existentes no entorno. Dentre outros estabelecimentos, 95,7% dos entrevistados utilizam as padarias, 92,9% os mercadinhos, 92% as farmácias, 51,7% os colégios, 51,4% os bares e 47,7% os restaurantes. (FIGURA 07)

Há também um fluxo relacionado à inexistência de um controle sobre o acesso ao conjunto, visto que atualmente as ruas internas funcionam como corredores de passagem entre a Rua Ernesto Nazareth e a Avenida Recife. Tem-se, principalmente, um fluxo intenso de moradores da Vila Tamandaré e das comunidades vizinhas, transitando pelo condomínio.

Em relação aos eventuais problemas que possam existir nas ruas internas do condomínio, 70% dos entrevistados responderam que os principais problemas são o alagamento de algumas vias, o trânsito interno desordenado, os buracos e a falta de identificação dos blocos.

Com relação a este último aspecto, a intenção de estabelecer a identificação dos habitantes com o conjunto, através da volumetria movimentada das formas dos blocos associada a gradação de tonalidades de cores dos edifícios, não alcançou o objetivo esperado pelos arquitetos, visto que grande parte dos moradores reclamam da dificuldade de localização dos módulos em razão da falta de sinalização dos blocos.

Diante disso, inquirindo-se os moradores acerca da maneira que ensinam a localização dos seus apartamentos, constatou-se que embora utilizem as cores e os números dos blocos, freqüentemente eles recorrem ao uso de outras referências que possam facilitar a localização dos seus imóveis, conforme se pode verificar no relato de uma moradora.

Eu ensino que moro na Av. Recife, 3856, módulo 07, apartamento ... [000]. É o bloco amarelo próximo ao PAM de Areias, entrando pelo primeiro portão é o penúltimo módulo.

(Proprietária de 63 anos, residente há dezoito anos no CRIAZZA)

FIGURA 07

USO DO SOLO EM TORNO DO CRIAZZA



As ruas internas do CRIAZZA apresentam, portanto, a função predominante de circulação. Todavia, constituem um desses espaços aos quais as pessoas, a partir das suas práticas cotidianas, atribuem novas funções e significados, desenvolvendo, sobretudo, atividades associadas a comércio e serviços, lazer e esportes. (FOTO 19-20)

Nesta perspectiva, as vias internas do conjunto constituem o território de atuação de inúmeros prestadores de serviços em domicílio, destacando-se em maior número os vendedores de água mineral e gás, que transitam por todo o condomínio de bicicleta, comercializando e anunciando aos gritos seus produtos. Além disto, funciona, as quartas-feiras a noite, uma feirinha de produtos típicos e artesanais, na pista paralela a Av. Recife. Um comércio que atrai não só os moradores do conjunto, mas principalmente os moradores das Vilas e comunidades vizinhas. (FIGURA 08)

O espaço das vias internas constitui, também, o local onde diferentes grupos de moradores desenvolvem práticas de características recreativas e/ou associativas. Desta feita, crianças interditam trechos das vias para a prática de esportes, seja o vôlei ou futebol, adolescentes territorializam alguns espaços, estabelecendo locais de diversão, encontros, conversas ou namoros, e ainda, nas primeiras horas do dia ou nos fins de tarde, principalmente senhoras, idosos e moças, por motivo de saúde ou em busca da forma ideal, utilizam as vias internas para realizarem caminhadas ou cooper.

Nesta perspectiva, apesar do conjunto dispor de uma considerável área de lazer, a opinião de 63,2% dos entrevistados é de que o condomínio não dispõe de locais apropriados para diversão, principalmente para as crianças. Em consequência disto, o uso e o comportamento nas áreas de lazer do CRIAZZA é tido por 70% dos moradores como ruim ou regular.

Não existem áreas de lazer. Existem muitos espaços vazios que são pouco aproveitados.

(Proprietária de 45 anos, residente há dezessete anos no CRIAZZA)

Existe apenas uma quadra. As crianças não têm onde brincar.

(Proprietária de 46 anos, residente há dezoito anos no CRIAZZA)

As áreas inter-blocos deveriam ser áreas de lazer para as criança brincarem, já que fecharam as áreas em baixo dos módulos.

(Proprietária de 58 anos, residente há dezoito anos no CRIAZZA)

FIGURA 08

DIFERENTES USOS DO ESPAÇO DO CRIAZZA



Clélio Santos / maio-2002



FOTO 19: Rua interna próxima à Av. Recife

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 20: Rua interna próxima à Av. Tapajós

Segundo relatos de seus usuários, isto se deve a insegurança nessas áreas (assaltos e drogas), condicionada, em parte, pela falta de controle sobre o acesso ao conjunto, que permite que pessoas de fora se apropriem desses espaços, restringindo o uso destes pelos moradores.

O conjunto é muito aberto, grupos de fora vêm e ficam a vontade. As áreas de lazer são expostas e não há segurança.

(Proprietária de 40 anos, residente há cinco anos no CRIAZZA)

Os moradores não freqüentam essas áreas e quando vão, aborrecem-se com o que vêem, algazarra, consumo de drogas e brigas.

(Proprietária de 47 anos, residente há dezesseis anos no CRIAZZA)

As áreas de lazer são utilizadas pelas pessoas da favela. Elas não brincam direito e brigam com os meninos que moram no conjunto.

(Proprietária de 77 anos, residente há dezoito anos no CRIAZZA)

Associado a isto, a falta de manutenção e organização do condomínio permitiu que algumas áreas de lazer do conjunto, a exemplo das quadras e do campo de futebol próximos a Associação dos Veteranos, fossem apropriadas por particulares, condicionando o seu uso ao pagamento de uma taxa de arrendamento a terceiros, afastando os moradores que utilizam esses espaços. (FOTOS 21-22)

Atualmente, há um administrador que cobra taxas para os moradores utilizarem o campo e as quadras.

(Proprietário de 20 anos, residente há dezessete anos no CRIAZZA)

Atualmente, apenas 26% dos entrevistados utilizam as quadras e os campos do condomínio. Neste sentido, observa-se que o uso dos campos de futebol se encontra associado, predominantemente, aos homens na faixa etária entre 20 e 40 anos, que nos finais de semana jogam a famosa “pelada”. As quadras, por sua vez, são utilizadas tanto pelos adolescentes, que as utilizam para a prática do vôlei e do futebol de quadra, quanto por pessoas que preferem a prática da caminhada.

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 21: Área de lazer próxima à Associação dos Veteranos

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 22: Campo de futebol próximo à Associação dos Veteranos

Quanto às praças e *play-grounds*, o conjunto apresenta uma carência em razão da não construção das praças inter-blocos previstas no projeto. Desta forma, quando se questiona os moradores a respeito do uso que eles fazem das praças do condomínio, apenas 28,5% dos entrevistados responderam já ter utilizado a única praça que existe próxima a sede do condomínio, a praça da Bíblia. Todavia, acredita-se que estes moradores tiveram dificuldades em localizar espaços desta natureza dentro do conjunto, confundindo-o, muitas vezes, com a praça Simão Borba na Vila Tamandaré. (FOTOS 23-24-25)

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 23: Área Inter-blocos

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 24: Praça Simão Borba na Vila Tamandaré

Clélio Santos / maio-2002



FOTO 25: Praça da Bíblia no Condomínio

Neste contexto, apenas o clube ainda é considerado pelos moradores como um área de lazer. Utilizado por 41,8% dos entrevistados, trata-se de um espaço sociabilizador onde são desenvolvidas diversas atividades, tais como reuniões do condomínio, confraternizações e shows. Todavia, há moradores que criticam alguns eventos promovidos neste espaço, tais como shows de grupos de pagode e de bandas de brega, alegando que estes não atendem aos anseios da população, sendo freqüentados principalmente por pessoas de fora do condomínio. (FOTO 26)



FOTO 26: Clube Ignêz Andreazza

A partir do exposto, constata-se que o Ignêz Andreazza constitui um espaço multidimensional, onde pessoas, com diferentes características, agem de forma complexa, envolvendo práticas que conduzem a um constante processo de reorganização espacial. Uma materialidade que consiste num ponto de partida para uma leitura intersubjetiva, uma vez que possui uma dimensão simbólica, que envolve o cotidiano dos seus habitantes.

3.3 – REPRESENTAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DO MUNDO VIVIDO PELOS MORADORES DO CRIAZZA

No intuito de analisar as representações sócio-espaciais do mundo vivido pelos moradores de um conjunto habitacional, esta pesquisa compreende que o ato de habitar se refere às práticas que as pessoas estabelecem, através de um diálogo diário com o seu meio sócio-espacial, visando a construção de um lar.

Nesta perspectiva, o cotidiano constitui o campo onde é possível se apreender práticas e representações dos fatos da vida social, relevantes para a compreensão das transformações da sociedade e do meio urbano. Um campo amparado por instituições, organizações, poderes e conhecimentos, que abarca o homem em diferentes momentos, seja em família, no lazer ou no trabalho.

A partir da análise do mundo vivido dos habitantes desses conjuntos é possível interpretar suas experiências diárias, esclarecendo significados, símbolos e aspirações referentes ao espaço e ao lugar. Assim como, suas representações sócio-espaciais possibilitam ultrapassar a simples percepção do ambiente real, referindo-se também a espaços não percebidos atualmente ou a espaços imaginários.

A noção de mundo vivido constitui um procedimento para descrever o cotidiano do homem a partir dos significados não questionados e determinantes do comportamento. O mundo vivido abrange a experiência imediata dos indivíduos, suas ações, lembranças, desejos e percepções.

Neste sentido, o tempo experienciado em um determinado ambiente constitui um dos elementos fundamentais para compreender as emoções e os significados que as pessoas atribuem a um determinado local ou objeto. Segundo Tuan (1983), experienciar é apreender, uma vez que a experiência implica a capacidade de apreender a partir da própria vivência.

A forma urbana dos conjuntos habitacionais possui, portanto, uma dimensão simbólica, que envolve o cotidiano e o futuro próximo, assim como, crenças, valores e mitos dos seus habitantes. Indivíduos que, embora dispostos de um mesmo nível cultural, percebem e compreendem o mundo em que vivem de forma diferenciada. Um espaço que, em sua dimensão material e objetiva, constitui um ponto de partida de uma leitura intersubjetiva,

tendo em vista que as significações que cada indivíduo atribui a esta materialidade, em certa medida, são também compartilhadas por outros.

A partir desta perspectiva, as primeiras famílias que vieram morar no Ignêz Andreazza, em 1983, depararam-se com rígidos espaços funcionais que lhes impunham um cotidiano programado, através de áreas planejadas para comércio e serviços, lazer, circulação e habitação. Um espaço que, para os novos habitantes, constitui-se, num primeiro momento, pouco experienciado, destituído de sentimentos e emoções. Apreendido desta forma, apresenta-se amplo, desconhecido e até mesmo temido ou rejeitado, correspondendo a qualquer ponto da superfície terrestre, ou mais especificamente, ao sítio onde se localiza a sua nova residência.

Contudo, decorridos alguns meses, os novos moradores a partir de relações entre vizinhos, iniciam um processo de familiarização com o novo ambiente, vivenciando-o e realizando diariamente novas descobertas. Neste processo, os indivíduos utilizam suas experiências anteriores no intuito de organizarem o novo espaço de acordo com suas necessidades e aspirações.

Desta feita, intensifica-se a interação de experiências entre vizinhos, ampliando não só os laços afetivos que constituem a vida comunitária, assim como o conhecimento que eles têm sobre o conjunto, as ruas próximas e o bairro. O espaço começa a deixar de ser apreendido como estranho e ameaçador, emergindo a preocupação com a sua conservação e a manutenção da sua imagem. Neste sentido, os moradores aprovam, no início da década de 1980, a Convenção Condominial do Andreazza, que, entre outros aspectos, fixa regras básicas de boa vizinhança em comunidade a partir do estabelecimento de direitos e deveres para os seus habitantes.

Os moradores passam a atribuir aos espaços do conjunto e ao seu entorno imediato novos significados simbólicos. O espaço pouco experienciado de outrora, transforma-se num lugar carregado de sentimentos e símbolos. É a partir das experiências cotidianas das pessoas, portanto, que o espaço se manifesta enquanto lugar, ordenando-o e lhe atribuindo afetividade. Esta transição entre espaço e lugar, entretanto, não ocorre de forma homogênea, uma vez que, considerando-se a eventual dinâmica de compra e venda de apartamentos, e ainda a rotatividade de inquilinos nos poucos imóveis alugados, o cotidiano dos habitantes do Ignêz Andreazza apresenta características heterogêneas.

Assim, considerando-se as especificidades do perfil dos habitantes do CRIAZZA, suas experiências, valores e conteúdos, o lugar repleto de sentimentos e símbolos vivenciado por

alguns moradores, sobretudo os antigos, apresenta-se, principalmente, para os moradores mais novos, como um espaço sem atrativos e destituído de afetividade.

Nesta perspectiva, a atual população do CRIAZZA apresenta a característica de 64,1% morar no conjunto há mais de dez anos, enquanto 35,6% reside no conjunto há no máximo nove anos. As representações desses dois grupos, considerando-se entre outras características, idade, status da moradia e renda, permitem analisar o mundo vivido dos habitantes desse conjunto a partir das suas apreensões acerca do espaço e do lugar, assim como a forma que as instituições administrativas e funcionais organizam o seu ambiente. Além disso, é possível identificar como a forma-conjunto é percebida e representada no espaço da cidade, quanto a sua importância e significado, vantagens e desvantagens, problemas e eventuais propostas de soluções.

A atual população do Ignêz Andreazza, oriunda em grande parte de bairros vizinhos ao conjunto, trouxe consigo um leque de práticas características do período em que viviam em casas unifamiliares, tais como, reformulações internas no ambiente das suas residências em detrimento do comprometimento da estrutura dos blocos, descaracterização das fachadas a partir de reformulações cotidianas, apropriação do *hall* das escadas e das áreas de estacionamento enquanto extensão dos seus imóveis, entre outras. Ao longo do tempo, apropriaram-se e transformaram os espaços planejados, impingindo à paisagem construída uma infinidade de significados e símbolos. Concomitantemente, emergiram problemas e dificuldades tanto relacionados à convivência em coletividade, quanto à manutenção e à conservação dos espaços comuns do conjunto.

Passadas duas décadas, analisa-se a maneira que a imagem do CRIAZZA é apreendida pelos seus moradores e ainda o que eles supõem que seus amigos ou parentes e as demais pessoas do bairro ou da cidade pensam em relação ao seu habitat. Neste sentido, considera-se que os indivíduos, quando desenvolvem o sentido de lugar em relação ao seu local de moradia buscam ressaltar suas qualidades e se ressentem quando alguém tece algum comentário pejorativo a respeito do seu lar.

Todavia, contrariando a expectativa de que os moradores, sobretudo os antigos, ressaltariam apenas as qualidades do conjunto, 59,2% das respostas dos entrevistados relacionam à imagem do CRIAZZA principalmente há problemas, tais como insegurança, dificuldades de convivência e sujeira. Além disso, tecem críticas à conservação e à aparência dos blocos, e também à desorganização administrativa.

Um grande conjunto desorganizado.

(Proprietária de 45 anos, residente há onze anos no CRIAZZA)

Os moradores não sabem viver em coletividade.

(Proprietária de 32 anos, residente há um ano no CRIAZZA)

Por outro lado, embora haja inúmeros problemas, os relatos dos moradores também revelam a existência de uma preocupação com a boa imagem do conjunto, conforme atesta 29,6% das respostas dos entrevistados, que entre outros aspectos destacam que gostam do conjunto e que consideram o CRIAZZA um bom local de moradia, com bons apartamentos e bem localizado.

É o melhor conjunto para se morar, apesar do aspecto mal conservado.

(Proprietária de 38 anos, residente há quinze anos no CRIAZZA)

O conjunto é bonito, mas falta organização, segurança e limpeza.

(Proprietária de 32 anos, residente há um ano no CRIAZZA)

É bom morar no CRIAZZA pela centralidade da sua localização.

(Inquilina de 22 anos, residente há quinze anos no CRIAZZA)

Bem, o meu apartamento é ótimo.

(Inquilina de 17 anos, residente há um ano no CRIAZZA)

Quanto a imagem que os seus amigos e/ou parentes fazem do conjunto, 53,6% das repostas dos moradores do CRIAZZA relatam que as pessoas com as quais se relacionam não têm uma boa imagem do local. Apesar deles considerarem o condomínio uma boa moradia, sobretudo pela localização e estrutura dos apartamentos, eles costumam formular comentários depreciativos a respeito do descaso administrativo, enfatizando a má conservação dos blocos e a desorganização do conjunto.

A imagem do CRIAZZA na cidade é, por vezes, associada aos empreendimentos da COHAB ou a uma favela, o “FAVELÃO DA INOCOOP”. Nesta perspectiva, as paisagens do

conjunto, do ponto de vista dos seus moradores, podem até mesmo despertar aversão, uma vez que os imóveis financiados pelo BNH, freqüentemente são associados a cortiços e carregam o estigma de serem habitados por famílias de baixo poder aquisitivo.

O famoso Favelão da INOCOOP.

(Proprietário de 27 anos, residente há quinze anos no CRIAZZA)

Uma grande Favela vertical.

(Proprietária de 74 anos, residente há um mês no CRIAZZA)

Um cortiço.

(Proprietária de 53 anos, residente há dezoito anos no CRIAZZA)

Favelão, Marcus Freire, Muribeca da Av. Recife

(Proprietário de 20 anos, residente há dezessete anos no CRIAZZA)

A partir do exposto, depreende-se que, na perspectiva dos seus moradores, as pessoas que desconhecem o cotidiano do CRIAZZA não fazem uma boa imagem do conjunto. As paisagens do condomínio para aqueles que não pertencem à comunidade não apresentam atributos afetivos ou simbólicos. A imagem do condomínio é associada, principalmente, a má conservação, má administração, desorganização e insegurança.

Diante disso, segundo 94,12% dos entrevistados, a principal vantagem de morar no CRIAZZA, consiste na sua localização no espaço urbano da cidade do Recife. Distanto cerca de 7 quilômetros da área central da cidade, na opinião dos seus moradores, o conjunto é “perto de tudo”, isto é, a 25 minutos da Universidade Federal de Pernambuco no bairro de Cidade Universitária, a 20 minutos do centro da cidade e a 10 minutos do Shopping Center Recife e da Praia de Boa Viagem.

Neste âmbito, tendo em vista as divergências existentes quanto ao bairro onde se localiza o conjunto, convém destacar que 83,6% dos atuais moradores do condomínio, advindos em grande parte de bairros vizinhos, comungam da mesma opinião dos moradores das redondezas, os quais acreditam que o próprio CRIAZZA, a Vila Tamandaré e as demais comunidades em torno do condomínio estão localizados no bairro da Estância ao invés do bairro de Areias.

Os habitantes do Andreazza demonstram, assim, que o reconhecimento e a sensação de bairro estão intimamente ligados às experiências e recordações atribuídas a uma determinada fração do espaço. O reconhecimento de um bairro traz consigo o sentido de pertencimento a um determinado lugar, seja pelo fato de ser onde se localiza sua residência, vizinhos e amigos ou onde ele tenha nascido e crescido.

Desta forma, considerando-se que a maioria das pessoas não conhecem na totalidade os espaços que compõem a cidade em que vivem, possuindo, na realidade, apenas a noção de fragmentos de alguns lugares vividos, aos quais atribuem inconscientemente significados simbólicos. Analisa-se as reais vantagens locacionais do conjunto, no contexto dos bairros que lhes cercam, a partir dos diversos deslocamentos que os moradores realizam diariamente, seja em direção ao local de trabalho, de estudo, de compras e de lazer, entre outros.

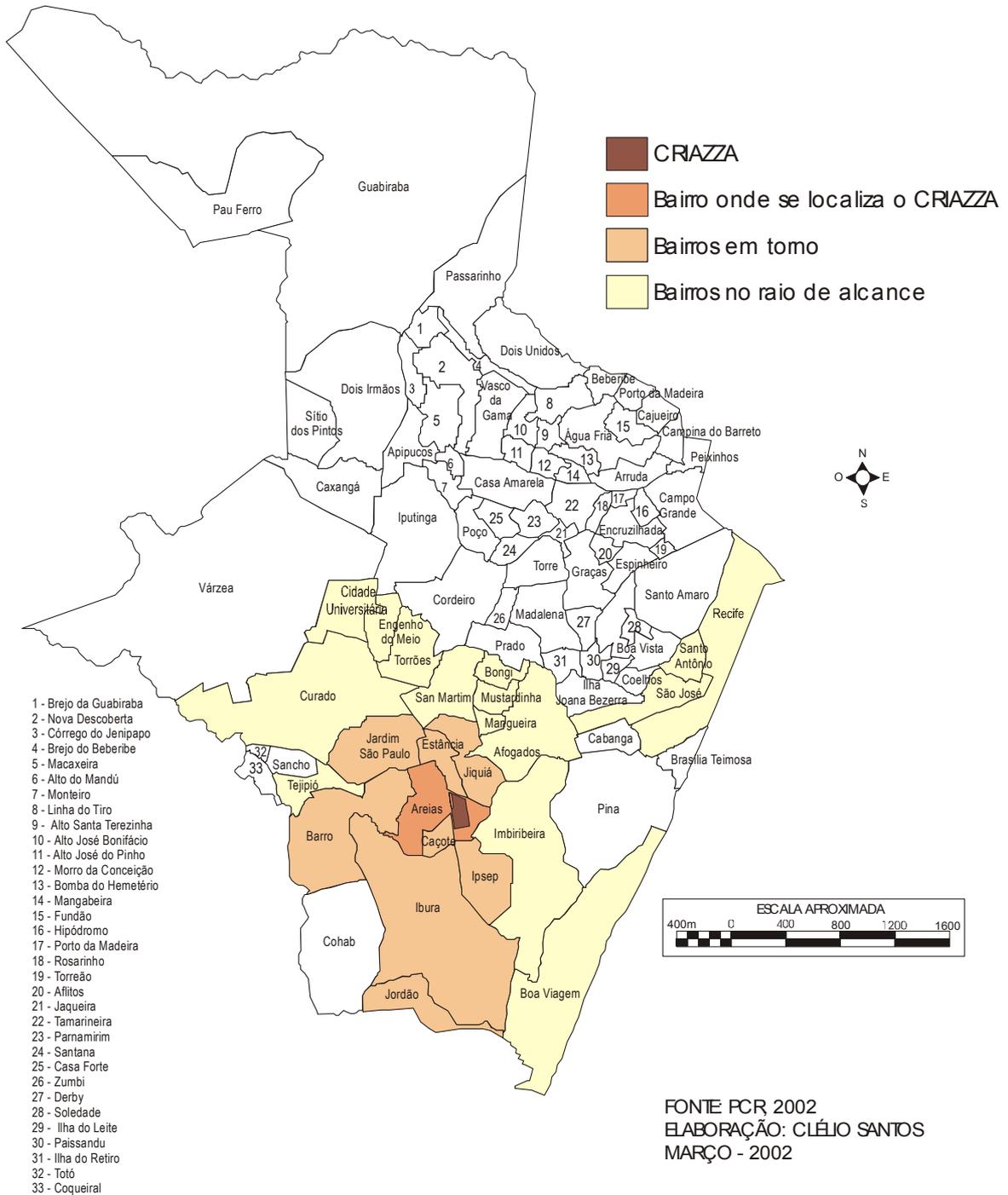
Em relação aos deslocamentos pendulares associados a trabalho e/ou estudo, apreendeu-se que a localização do conjunto representa uma vantagem para 40,4% dos entrevistados, uma vez que estes, a exceção das donas de casa, aposentados e pensionistas, entre outros, exercem atividades no mesmo bairro onde residem, em bairros vizinhos ou no raio de alcance do conjunto. Destes, 16,7% trabalham ou estudam nos bairros de Areias ou Estância⁶², 9,5% em bairros próximos, 5,6% se deslocam para Boa Viagem, 4,6% seguem para Cidade Universitária e 4% para o centro da cidade. (MAPA 04)

Quanto aos deslocamentos relacionados às compras mensais de mantimentos, a maioria dos entrevistados reforçam as divergências quanto à localização do CRIAZZA, visto que 42,1% afirmam fazê-las no bairro de Areias e 3,7% dizem que as fazem na Estância, ambas nos estabelecimentos do comércio em torno do conjunto. Além destes bairros, 31,3% dos moradores ressaltam o bairro de Boa Viagem, onde se destaca o poder de atração do Shopping Center Recife, que concentra inúmeros estabelecimentos comerciais, 5,3% o bairro de IPSEP e 5,3% o centro comercial de Afogados.

⁶² Neste grupo, considerando-se as divergências quanto ao bairro onde se localiza o CRIAZZA, aglutinou-se os valores correspondentes as respostas dos bairros de Areias e Estância.

MAPA - 04

A LOCALIZAÇÃO DO CRIAZZA EM RELAÇÃO AOS BAIRROS DA CIDADE



Por sua vez, os deslocamentos vinculados ao desenvolvimento de atividades de lazer apresentam algumas especificidades, tendo em vista a heterogeneidade de perfis dos atuais habitantes do CRIAZZA. Neste sentido, considera-se que os moradores com menos tempo de residência vivenciam um espaço sem atrativos e simbolismos particulares. Estes tanto preferem a segurança do interior dos seus apartamentos, quanto buscam fora do conjunto locais para se divertirem. Dentre os bairros citados com maior frequência, destaca-se o de Boa Viagem, onde segundo os entrevistados é possível curtir uma praia, barzinhos ou o shopping, que ratifica a sua influência sobre o conjunto e o bairro.

Em contrapartida, os moradores com maior tempo de vivência no conjunto curtem as áreas de uso coletivo com maior intensidade. Nestas áreas, eles realizam as mais diversas atividades, tais como encontrar os amigos, conversar com os vizinhos ou namorar. Além disso, alguns destes frequentam os eventos do clube, utilizam as áreas de lazer (campos e quadras) e organizam festas nos antigos corredores inter-módulos, atualmente transformados em *hall's* de recepção.

Estes moradores participam das atividades recreativas sazonais, tais como as do período junino, quando os vizinhos da Vila Tamandaré organizam um “palhoção” de festejos, e as do período carnavalesco, quando a Rua Ernesto Nazareth se transforma numa espécie de corredor da folia, onde desfilam troças e blocos. Ressalta-se ainda o carnaval fora de época do Andreazza, intitulado de “INOCOOP FOLIA”, que atrai pessoas de todas as partes da cidade.

Observa-se que os moradores a partir do tempo que têm de experiência no conjunto, desenvolvem um maior ou um menor grau de participação nas atividades associativas e/ou recreativas do condomínio. Além disso, é preciso considerar que algumas famílias com melhores rendimentos financeiros em razão de poderem dispor de outras opções de lazer fora do conjunto, conseqüentemente não desenvolvem uma maior familiarização com as áreas de uso coletivo e tão pouco participam de atividades que promovem uma maior integração.

Em relação às desvantagens ou problemas atribuídos aos espaços do conjunto, a interpretação do conteúdo subjetivo do mundo vivido dos moradores do condomínio, revela que estes vivenciam um espaço dual. A maioria dos moradores antigos, que apresentam a característica de estarem familiarizados com o ambiente e com seus vizinhos, mesmo desenvolvendo uma carga de significados afetivos e simbólicos sobre o lugar, apresentam-se igualmente preocupados em destacar os problemas vivenciados no conjunto. As exposições destes moradores reforçam a imagem que eles têm do condomínio, revelando um espaço

relacionado à desorganização da administração, a problemas de vizinhança (sujeira e barulho) e principalmente à insegurança.

A questão da insegurança é citada por 68,7% dos entrevistados enquanto um dos principais problemas do condomínio. Associada à falta de controle do acesso ao conjunto nas guaritas, a insegurança é retratada pelos moradores através dos inúmeros casos de violência, tais como pequenos furtos, roubos de carros, consumo e tráfico de drogas, e até tentativas de estupro. Neste contexto, os moradores sugerem à administração que reative as guaritas e contrate seguranças qualificados, e ao poder público, sobretudo o estadual, que implante no espaço interno do condomínio um posto policial.

Não há segurança no conjunto. As pessoas fumam maconha, há até tráfico aqui dentro. Em função disto, termina-se aprisionando os filhos dentro de casa.

(Proprietária de 45 anos, residente há dezessete anos no CRIAZZA)

Freqüentes assaltos, a filha da vizinha foi assaltada dentro do prédio.

(Proprietária de 46 anos, residente há dezoito anos no CRIAZZA)

As pessoas têm livre acesso ao conjunto, muitas áreas abandonadas e consumo de drogas.

(Proprietário de 18 anos, residente há cinco anos no CRIAZZA)

Se as guaritas fossem fechadas melhoraria o conjunto.

(Proprietária de 40 anos, residente há dois anos no CRIAZZA)

É interessante destacar a percepção que alguns moradores têm de que o seu lugar de moradia é mais seguro do que o espaço dos outros, conforme revela alguns entrevistados quando relatam que em relação a outros conjuntos ou bairros o CRIAZZA é mais seguro. Nesta perspectiva, alguns moradores associam, erroneamente, a insegurança no conjunto ao fato deste ter em seu entorno um considerável número de “favelas”, o que revela um preconceito em relação às comunidades vizinhas e a busca de um isolamento social.

Em relação a outros bairros ainda é seguro.

(Inquilino de 56 anos, residente há vinte anos no CRIAZZA)

Em relação a outros lugares é até seguro.

(Proprietário de 45 anos, residente há dezessete anos no CRIAZZA)

Comparando-se com o que se vê por ai, pode-se considerar que o CRIAZZA é seguro.

(Proprietário de 65 anos, residente há dezessete anos no CRIAZZA)

O conjunto não é seguro porque é cercado de favelas.

(Proprietária de 20 anos, residente há dois anos no CRIAZZA)

Por outro lado, alguns entrevistados têm a percepção mais clara de que a questão da insegurança não é uma exclusividade do Ignêz Andreazza. Esta, na verdade, é um reflexo da atual situação que todos os habitantes dos grandes centros urbanos enfrentam cotidianamente em razão da má distribuição da riqueza e da falta de oportunidades.

Assaltos acontecem em todo lugar.

(Proprietário de 40 anos, residente há dois anos no CRIAZZA)

Não existe local seguro.

(Proprietário de 43 anos, residente há dezessete anos no CRIAZZA)

Desta feita, cerca de 61,3% dos entrevistados associam os problemas do conjunto às dificuldades em administrar um empreendimento do porte de uma cidade. Segundo 57,9% dos relatos, os conjuntos habitacionais deveriam ser construídos menores para facilitar a administração. Contudo, 21,4% dos moradores acreditam que empreendimentos deste porte possuem o tamanho ideal e que os atuais problemas do condomínio residem no fato deste ser administrado por apenas um síndico, uma tarefa que poderia ser melhor desempenhada caso a administração fosse descentralizada.

Como visto, a administração representa o principal alvo de críticas e reivindicações. Vista como ineficiente, corrupta e desorganizada, tem-se sobre esta instância verdadeira ojeriza, que se reflete, em parte, no elevado índice de inadimplentes com as taxas condominiais. Na opinião dos entrevistados, é preciso mudar a administração urgentemente

e/ou descentralizar as decisões, a partir da eleição de representantes por módulos, visando-se reduzir a inadimplência.

Em contrapartida, há aqueles que relacionam as dificuldades administrativas à falta de conscientização dos moradores em relação ao cumprimento de suas obrigações. Segundo estes, a grande quantidade de inadimplentes, cerca de 50% dos moradores, segundo dados da gestão condominial, impossibilita que a administração realize as melhorias necessárias. Estes vêm, no regular pagamento das taxas e na valorização e conservação dos imóveis a principal alternativa para reverter a atual imagem de abandono do CRIAZZA.

A inadimplência, entretanto, é a forma escolhida pela maioria dos moradores para protestar contra as administrações do condomínio. Todavia, esta forma de protesto exclui os proprietários dos apartamentos do processo de eleição de novos síndicos, impedindo-os de através do voto mudarem a situação administrativa do conjunto. Conforme atesta a última eleição realizada em maio de 2002 no clube do Ignêz Andreazza, cujo resultado elegeu o candidato da situação num universo de no máximo 500 votantes, o que demonstra a baixa participação dos moradores do condomínio.

Neste contexto, 86,4% dos entrevistados alegam não conhecerem ou participarem de nenhuma forma de organização de moradores. Apenas 13,3% dos consultados responderam que participam das reuniões do módulo onde residem ou das assembléias do condomínio. Destes, apenas um morador resgatou a existência de uma associação fundada na década de 1980, atualmente desativada, a Associação de Proprietários Moradores do Conjunto Residencial Ignêz Andreazza – APOMCRIA.

Contraditoriamente, os moradores do condomínio vêm na criação de uma associação a possibilidade de melhorarem as relações cotidianas da vida em coletividade. A expectativa é que a união dos moradores em torno de uma associação desperte o interesse dos habitantes do CRIAZZA em participarem mais ativamente das assembléias do condomínio, além de despertar o interesse pela manutenção e conservação do seu patrimônio.

Em relação às dificuldades de convivência em coletividade, alguns entrevistados atribuem, equivocadamente, ao heterogêneo perfil sócio-econômico e educacional dos moradores, entre outros fatores, a principal causa dos atuais problemas de vizinhança, tais como o barulho, o lixo arremessado pelas janelas, os dejetos dos animais de estimação espalhados pelas vias internas, as roupas estendidas nas janelas e varandas, e ainda a descaracterização dos módulos.

Do ponto de vista destes entrevistados, havia entre os primeiros habitantes, que venderam ou alugaram seus apartamentos logo nos primeiros anos, um verdadeiro compromisso de manter a boa imagem do conjunto. Todavia, é importante lembrar que 64,1% dos consultados moram no CRIAZZA praticamente desde a sua inauguração, o que demonstra que não houve uma rotatividade de moradores tão expressiva quanto pensam estes entrevistados. O que se observa atualmente, sobretudo nas áreas de uso comum, é reflexo das apropriações e transformações sócio-espaciais impingidas pelas táticas desses mesmos moradores ao longo de quase vinte anos.

Do exposto, observa-se que a maioria dos entrevistados, sobretudo os moradores mais antigos, preocupados com a atual imagem do conjunto, buscam no passado um contraponto positivo aos problemas vivenciados no presente. Desta forma, questionando-os acerca do melhor período do condomínio, a maioria das respostas fazem alusão a década de 1980, enfatizando-se que nesta época era mais seguro, mais organizado, mais limpo e sobretudo melhor administrado.

Diante deste quadro, 64,4% dos entrevistados relatam que gostariam de se mudar para um apartamento maior e melhor, num condomínio mais organizado e seguro, de preferência no bairro nobre de Boa Viagem. Além deste, os entrevistados também destacam alguns bairros vizinhos ao conjunto, sobretudo pelo fato destes apresentarem a tipologia de casas unifamiliares, o que atende aos anseios de grande parte dos habitantes que desejam voltar a morar neste tipo de imóvel. A escolha desses bairros expressa a opção dos moradores por locais que eles conhecem relativamente bem, seja pelas recordações de experiências vividas anteriormente ou pelo status que estes possuem no espaço da cidade.

Decorridos quase vinte anos desde a inauguração do conjunto, portanto, 47,1% dos moradores não têm boas perspectivas para o futuro do condomínio. Segundo estes, a tendência do conjunto é piorar, em conseqüência do aumento da desorganização da administração, da inadimplência e principalmente pela falta de consciência dos moradores da vida em coletividade, que entre outros aspectos não conservam e nem valorizam seus imóveis. Em contraponto a estas perspectivas pessimistas, 35,6% dos moradores consultados têm esperança de que o conjunto pode melhorar se os moradores vierem a se conscientizar de que precisam conservar e manter tanto os aspectos físicos, quanto a imagem do seu local de moradia, sobretudo a partir de uma participação mais ativa no processo de gestão do condomínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das práticas cotidianas dos moradores de um conjunto habitacional edificado pelo BNH, o Condomínio Residencial Ignêz Andreazza, apreende-se a forma como os atores comuns, envolvidos no processo de consumo dos objetos urbanos, podem desencadear transformações em suas realidades próximas, contribuindo para configurar singularidades ao espaço urbano.

Impondo resistências culturais às ordens espaciais impostas pelas estratégias dos atores decisores, os cidadãos, ou seja, os moradores desses conjuntos urbanos, através das suas táticas, manipulam essas imposições, reformulando-as ou simplesmente utilizando-as da forma como se apresentam.

Observa-se que juntamente com os grandes produtores do espaço, os cidadãos também se constituem produtores espaciais no âmbito das suas representações e práticas cotidianas. É no campo do cotidiano, portanto, onde os moradores dessas verdadeiras “máquinas de habitar” são capazes de ultrapassar de forma criativa e singular os padrões socialmente preestabelecidos.

Além disso, a materialidade da forma-conjunto é dotada de significações específicas que envolvem as crenças, valores e mitos dos seus habitantes. Um espaço que, como qualquer outra realidade social, relaciona o objetivo e o subjetivo a partir de uma apreensão intersubjetiva.

O espaço do conjunto comporta os diversos significados simbólicos dos seus habitantes, visto que, através das suas práticas cotidianas em seus mundos vividos, eles estabelecem diferentes modos de viver e representar um espaço projetado. Desta forma, o espaço desconhecido e até mesmo temido de outrora, transforma-se num lugar onde os moradores atribuem sentimentos e afeição.

É o que se observa quando os moradores do CRIAZZA mesmo tecendo críticas ao atual estado do conjunto, revelam uma preocupação com a imagem do seu local de moradia, ressaltando que este apesar dos problemas ainda constitui um bom local para residir.

Diante disso, moradores de perfis heterogêneos, ao longo de quase duas décadas, apropriaram-se e transformaram os espaços do CRIAZZA, sobretudo as áreas de uso coletivo,

materializando na paisagem resistências sócio-culturais às coações impostas pelas estratégias técnicas e políticas.

Contrariando a tendência da rigidez da forma-conjunto arrastar as referências anteriores dos seus habitantes, os moradores do CRIAZZA, oriundos em grande parte de bairros vizinhos com tipologia predominante de habitações unifamiliares, tanto vivenciam os espaços projetados do condomínio a partir do resgate de suas memórias de vida em outros lugares, quanto se relacionam com os demais espaços da cidade, estabelecendo diversas redes sócio-espaciais através de deslocamentos cotidianos.

O espaço do CRIAZZA apresenta os reflexos de quase vinte anos de intensa produção cotidiana, sejam nos apartamentos, fachadas, corredores ou garagens. Adequados às necessidades, materiais ou simbólicas, de seus habitantes, cada um desses espaços guarda em si diferentes experiências de uma população de características heterogêneas.

Quanto às representações sócio-espaciais dos moradores do Andreazza, suas percepções demonstram uma preocupação com a imagem do conjunto, visto que as paisagens do CRIAZZA, em razão do desgaste e/ou das alterações promovidas ao longo do tempo, apresentam comprometimentos tanto estéticos, sendo o conjunto pejorativamente rotulado de cortiço ou favela, quanto relacionados à qualidade de vida dos seus habitantes, considerando-se as alterações que comprometem a estrutura dos blocos.

A administração desses empreendimentos, por sua vez, é tida como precária e até mesmo ausente, sobretudo, nos assuntos referentes à gestão dos espaços coletivos do conjunto. Atualmente no CRIAZZA são crescentes as preocupações com a segurança, em virtude do aumento do número de casos de violência dentro do conjunto. Além disso, destaca-se a preocupação com o uso e a aparência das áreas de estacionamento, espaços de uso público que tiveram o seu caráter revertido para particular, através da construção de garagens em alvenaria ou da instalação de grades.

Neste contexto, as atuais dificuldades administrativas do CRIAZZA são, por vezes, associadas as suas grandes dimensões. Na opinião da maioria dos entrevistados, a construção de grandes conjuntos habitacionais, apesar de representar uma opção habitacional, constitui uma dificuldade administrativa que os incita a pensarem numa possível descentralização administrativa ou ainda numa divisão do espaço físico do conjunto.

A realidade social do CRIAZZA, portanto, exprimi uma das faces do problema habitacional, aquela que se caracteriza pela falta de equipamentos, superpovoamento, velhice e insalubridade das habitações. Um problema que atinge aproximadamente cinco milhões de famílias residentes em empreendimentos do BNH, em razão do Estado não priorizar essas edificações com programas de manutenção e acompanhamento.

Desta forma, decorridos quase três décadas da construção da maioria dos conjuntos habitacionais, urge a necessidade que sejam desenvolvidas propostas de intervenções preventivas ou corretivas que levem em conta as especificidades sócio-espaciais dos moradores desses conjuntos, a partir do estabelecimento de parcerias entre os gestores desses empreendimentos e as diferentes instâncias de Governo.

No entanto, longe de apresentar conclusões, esta pesquisa suscita uma série de reflexões acerca das relações sócio-espaciais que os habitantes de conjuntos habitacionais estabelecem cotidianamente em seus mundos vividos. Desvendando suas percepções em relação ao espaço e ao lugar, assim como a forma que as instituições administrativas e funcionais organizam o seu espaço vivido.

Neste sentido, espera-se contribuir para que as análises das relações dos processos sociais e produtos espaciais, em especial as da forma-conjunto, passem a privilegiar as especificidades sócio-culturais das práticas cotidianas dos habitantes urbanos.

REFERÊNCIAS

A

AZEVEDO, S. de.; ANDRADE, L. A. Gama de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Própria ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

B

BAILLY, Antoine. S. “*Représentations Espaciales e Dinâmicas Urbanas e Regionais.*” Tradução livre de Edvânia T. A. Gomes. Montreal: Éditions régionales européennes, 1986. 10p.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

BUTTIMER, Anne. *Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido*. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-194

C

CAMPOS, Heleniza A. O Espaço Público como “lugar da Memória” e das “práticas sociais” : reflexões em torno da abordagem histórico – cotidiana das formas de utilização dos espaços públicos abertos do conjunto histórico da Boa Vista em Recife – PE. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE/DCG, v. 11, n. 2, p. 13-24, jul.- dez. 1995.

CAMPOS, Heleniza A. Planejamento Urbano e áreas centrais urbanas no Brasil: uma reflexão em torno das práticas sócio-espaciais de seus frequentadores. In: Associação Nacional de Pós-Graduandos e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Encontro Nacional da ANPUR, 7., 1997, Recife. Anais do 7 Encontro Nacional da ANPUR. V, 1. Recife: UFPE, 1997. p. 42-57.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: BARCANOVA, 1981.

CARLOS, Ana Fani A. *A (Re)produção do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Tradução: Arlene Caetano. Coleção Pensamento Crítico v. 48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHRISTOFOLETTI, A. As Perspectivas dos Estudos Geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 11-36

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto L. *Região e Organização Espacial*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios, N.º 53)

CORRÊA, Roberto L. *O Espaço Urbano*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1995a. (Série Princípios N.º 174)

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da C.; e CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b. p. 15-48.

CRIAZZA, *Ata da Convenção do Condomínio do Conjunto Habitacional Ignêz Andreazza*. Recife, 04 nov. 1983.

CRIAZZA, *Regimento Interno do Condomínio do Conjunto Residencial Ignêz Andreazza*. Recife, 1984.

CRIAZZA, *Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio do Conjunto Residencial Ignêz Andreazza*. Recife, 24 fev. 1996.

CRIAZZA, *Comunicado do Residencial Ignêz Andreazza*. Recife, 20 mar. 2000.

D / E

DAMIANI, Amélia L. *A Cidade (des)ordenada concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP/FFLCH/Dep. Geografia, 1993.

DAMIANI, Amélia L. A Cidade (des)ordenada e o Cotidiano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, M.^a C. Lustosa; e DANTAS, Eutógio W. Correia. (Org.). *A Cidade e o Urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 221-234

DAMIANI, Amélia L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos Caminhos da Geografia*. Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p. 161-172

DAMPE – Engenharia Representações Comércio e Indústria Ltda. *Carta n.º 012/2000*. Recife, 31 jan. 2000.

F

FREITAS, Ruskin Marinho. Entre a Saudade e a Promessa: práticas espaciais cotidianas atuais dos usuários de espaços de lazer no Bairro da Boa Vista – Recife – PE. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE/DCG, v. 11, n. 2, p. 49-75, jul.- dez. 1995.

G

GOMES, Edvânia T. A. *Espaço, planejamento e gestão de serviços comuns metropolitanos – uma perspectiva geográfica sobre a RMR*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: UFPE/DCG, 1989.

GOMES, Edvânia T. A. Inquietação em torno do Debate Sociedade-Natureza no Espaço da Cidade. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. *et al.* (Org.) *O novo mapa do mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec - ANPUR, 1994. p. 146 - 152

GOMES, Edvânia T. A. & VERAS, Lúcia M. de S. Cavalcante. *O Legado Sócio-ambiental do Conjuntos Habitacionais: três casos ilustrativos na Região Metropolitana do Recife-PE*. Recife: Instituto de Ecologia Humana, 1995. (Projeto de Pesquisa).

GOMES, Edvânia T. A. Paisagem - registros de conceitos a partir da Geografia Alemã. In: VASCONCELOS, Pedro de A . & SILVA, Sylvio B. de M. (Orgs.). *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 121- 142

GOMES, Edvânia T. A. *Espaço Vivido e Imagens Mentais: uma descoberta em A. Baily*. (mimeo)

H

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HOLZER, Werter. *A Geografia Humanista - sua trajetória de 1950-1990*. Dissertação de mestrado em Geografia. V. 1 e 2 Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

HOLZER, Werter. *Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de Paisagem e Lugar, Território e Meio-ambiente*. In: Território / LAGET, UFRJ. – ano II, N.º 3 (jul. / dez. 1997) – Rio de Janeiro: Garamond, 1997. p. 77-85.

I / J / K / L

LA BLACHE, Paul Vidal de. *As características próprias da Geografia*. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 37-48.

LÉFÈBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: DOCUMENTOS, 1969.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

M

MARINHO, Geraldo. *Uma Política Inovadora de Urbanização no Recife - 10 Anos do PREZEIS*. Recife: FASE-NE/ ETAPAS/Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1999.

MATTOS, Rogério B. de. O Mundo Vivido por uma comunidade urbana: o caso do Condomínio Residencial José de Alencar. In.: *Cadernos de Geociências*. N.º 13, p. 47-62, jan. - mar. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

MELO, Norma Moura Lacerda de. *Estado, capital financeiro, espaço habitacional: o caso da Região Metropolitana do Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1990.

MESQUITA, Zilá. *As bases para os estudos sobre Território e Identidade*. [1999] (mimeo)

MESQUITA, Zilá. “*Território: imagens, representações e práticas*.” Apontamentos teóricos da disciplina ministrada no Programa de mestrado em Geografia da UFPE. Recife: 31/05 a 04/06, 1999.

MORAES, Demóstenes A. de. *Desvendando Espacializações Cotidianas: práticas cotidianas do morar em grandes edifícios de apartamentos mínimos, Condomínio Holiday e Edifício Walfrido Antunes*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife: UFPE, 1995a.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

N / O / P

PROJETO: revista brasileira de arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda. Edição 79. Set. 1985.

Q / R

RODRIGUES, Arlete M. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. 7ª Ed. São Paulo: CONTEXTO – EDUSP, 1997. (Coleção Repensando a Geografia)

S

SANTOS, Clélio C. *O Mundo Vivido no Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (Recife-PE) na perspectiva de alguns dos seus atores sociais.* 1999. 29p. (mimeo).

SANTOS, Milton. *Metamorfozes do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.* 4ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. *Espaço & Método.* 4ª Ed. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.* 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Vitória Carmem Correia. *As Novas Formas de Moradia e a Produção Sócio-Espacial da Cidade de Vitória da Conquista - BA.* Dissertação de Mestrado em Geografia Recife: UFPE/DCG, 1999.

SILVA, Iranise Alves da. *A Crise da Moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB.* Rio de Janeiro: AGIR; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

SILVA, José Borzacchiello da. *Discutindo a Cidade e o Urbano.* In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, M.^a C. Lustosa; e DANTAS, Eutógio W. Correia. (Orgs.). *A Cidade e o Urbano.* Fortaleza: EUFC, 1997. p. 85-92

SOUZA, Marcelo Lopes. *Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social.* *Território / LAGET, UFRJ.* Ano II, N.º 3, p. 13-36, jul.- dez., Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Habitação: bem ou direito? As condições de Acesso à Habitação Popular Analisadas à luz da Atuação da COHAB-PE na RMR .* Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional. Recife: Departamento de Arquitetura e Urbanismo - CAC- UFPE, 1990b.

T

TINÔCO, Pedro. *Reformas ameaçam o maior conjunto da América Latina*. Jornal do Commercio, Recife, 15 fev. 2000, Caderno Cidades, p. 01.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia..* São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143-164

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & Lugar: perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

U / V / W / X / Y / Z

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. Cadernos de Educação Política. Série Sociedade e Estado. N.º 16 São Paulo: Global, 1986.

BIBLIOGRAFIA

A

AGENDA, Habitat. São Paulo: União dos Movimentos de Moradia (UMM), s/d.

ARANHA, Maria L. de A. & MARTINS, Maria H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1993.

B

BEZERRA, Amélia C. A. *Fazendo-se casas e produzindo cidade: uma análise geográfica dos multirões habitacionais em Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: UFPE/DCG, 2000.

BEZERRA, Onilda Gomes. *O Manguetal do Pina: A representação sócio-cultural de uma "paisagem"*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: UFPE/DCG, 2000.

BITOUN, Jan. O intra-urbano: a Geografia e o urbanismo. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, M.^a C. Lustosa; e DANTAS, Eutógio W. Correia. (Orgs.). *A Cidade e o Urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 53-60

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

C

CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997a. (Coleção Repensando a Geografia)

CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997b.

CARLOS, Ana Fani A. O Consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186. (Coleção Caminhos da Geografia)

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da C.; e CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton. et al (Orgs.) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 251- 256

COSTA, F. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. vol. 10. Prefeitura da Cidade do Recife/ Secretaria de Educação de Cultura/ Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. (Coleção Recife)

D / E

DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: GUANABARA KOOGAN, 1991.

DIAS, Maria Esther B. *A dialética do Cotidiano*. São Paulo: CORTEZ, 1982.

DINIZ, Eli. (Org.) *Políticas Públicas para Áreas Urbanas: dilemas e alternativas*. Debates Urbanos – 4. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

ELIAS, Miguel. *Habitação: Fundamentos e Estratégia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Editora S. A., 1980.

ENGELS, F. *A Questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

F

FIDEM - Fundação de Desenvolvimento da RMR. *Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife - Metrópole 2010*. Recife, 1998.

FGU (Fundação Getúlio Vargas); MEC; Fundação de Assistência ao Estudante. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGU, 1986.

G

GILLES, Thomas R. *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. Vol. 1 São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1975

GOODEY, Brian; GOLD, John. *Geografia do Comportamento e da Percepção*. Tradução de AMORIM FILHO, Oswaldo B. & COSTA, Stael de A. P. Publicação Especial N.º 3. Minas Gerais: Departamento de Geografia; Instituto de Geociências; e UFMG, 1986.

GOMES, Alfredo Macêdo. *Imaginário social da seca, suas implicações para a mudança social*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1998.

GOMES, Edvânia T. A. *Primeiro Ensaio sobre a Necessidade de se Repensar a Cidade*. Recife: UFPE – DCG – NAEG , 1991. (mimeo)

GOMES, Edvânia T. A. *"Recortes de Paisagens na Cidade do Recife - uma abordagem Geográfica"*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP/FFLCH/Dep. Geografia, 1997a.

GOMES, Edvânia T. A. Nos Meandros de algumas políticas para o meio ambiente construído. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, M.^a C. Lustosa; e DANTAS, Eutógio W. Correia. (Orgs.). *A Cidade e o Urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997b. p. 171-186

GOTTDIENER, Mark. *A Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

H / I / J /

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.

JACOBS, Jane. *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Madri: Península, 1973.

K / L

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª Ed. São Paulo: ATLAS, 1991.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. *Metodologia do Trabalho Científico*. 4ª Ed. São Paulo: ATLAS, 1992.

LÉFÈBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: ÁTICA, 1991.

LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: HUCITEC – EDUSP, 1989.

LINDGREN, Carlos E. da Silva. *Temas de Planejamento*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

LIMA, Silvia Maria S. Andrade. “*A mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim*”. *Tudo é igual? Transformações no espaço público: o caso da praça Pedro II, em Teresina, Piauí*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife: UFPE/MDU, 2001.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-142.

M

MARTINS, Maria de Fátima A. *Habitação Popular na Periferia de Fortaleza: o Conjunto Habitacional Jereissat; do espaço planejado ao espaço vivido*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FFLCH/Dep. Geografia, 1995.

MERLEAU-PONTY, *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (Orgs.). *Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*, 1995a. p. 76- 92

MESQUITA, Zilá. Cotidiano ou Quotidiano? In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (Orgs.). *Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*, 1995b. p. 12 - 26

MORAES, Demóstenes A. de. Caminhos para uma Reconstituição Humanizada da Paisagem Urbana. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE/DCG, v. 11, n. 2, p. 49-75, jul. - dez., 1995b.

N / O / P

PINTAUDI, Silvana M.^a. Cidade, Cotidiano e Imaginário. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, M.^a C. Lustosa; e DANTAS, Eutógio W. Correia. (Orgs.). *A Cidade e o Urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 213-220.

PCR - Prefeitura da Cidade do Recife. *Plano Plurianual da Cidade do Recife (1998-2001)*. Recife: 1997.

Q / R / S

SANTOS, Carlos N. F. dos.; VOGEL, Arno. *Quando a Rua vira Casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3^a Ed. São Paulo: PROJETO, 1985.

SEHAB–Secretaria de Habitação. *Habitação: Depoimentos Populares*. Governo do Estado de Pernambuco. Recife: 1983.

SEHDUR - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. *Política de Habitação Popular em Pernambuco Atuação do Governo Estadual no Período março 1987/março 1990*. Recife: 1990.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia del Mundo Social: introducción a la sociología comprensiva*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.

SOARES, M. T. de S. O Conceito Geográfico de Bairro e sua Exemplificação na Cidade do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. de S. *Rio de Janeiro: cidade e*

região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Doc. Inf. Cultural, 1987.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Assentamentos Populares do Recife. Cadastro e Mapeamento*. Recife: SEDUR - DIPLAN, 1990a.

T / U / V / W / X / Y / Z

VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

ANEXOS





Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Curso de Mestrado em Geografia - CMG

Pesquisa: Estudo de Práticas Sócio-Espaciais a partir de um Conjunto Habitacional do BNH: Reflexões acerca de Práticas Cotidianas atuais no Condomínio Residencial Ignêz Andreazza – (CRIAZZA) em Recife – PE.

Autor: Clélio Cristiano dos Santos (Mestrando da UFPE)

Formulário dos Moradores

1. N.º do Quest.: _____

2. N.º do Bloco: _____ **3. N.º do Módulo:** _____ **4. N.º do Apto.:** _____

5. Sexo:

01 – Masculino

02 - Feminino

6. Idade: _____

7. Escolaridade:

01 – Analfabeto(a)

02 – Alfabetizado(a)

03 - Ensino Fundamental

04 - Ens. Médio

05 - Curso Superior

06 - Pós-Graduação

8. Tempo que reside no CRIAZZA: _____

9. Quantas pessoas residem no apartamento? _____

10. Status institucional (próprio, alugado, emprestado, etc.)do apartamento?

01 – Próprio

02 – Alugado

03 – Mutuário

04 - Cedido

11. Profissão: _____

12. Renda média mensal da família (somando-se todos):

01 – 1 a 3 salários

02 – 4 a 6 salários

03 – acima de 6 salários

13. Em qual bairro o CRIAZZA está localizado?

01 – Estância

02 – Areias

03 – Caçote

14. Bairro em que trabalha ou estuda: _____

15. Bairro onde costuma fazer compras: _____

16. Estabelecimento onde faz compras: _____

17. Serviços oferecidos pelo comércio existente no entorno ou nos “boxes” que já utilizou?

01 – Padaria

02 – Mercadinho

03 – Locadora

04 – Farmácia

05 – Bares

06 – Dentistas

07 – Colégio

08 – Outros: _____

18. Maneira que ensina a localização do seu apartamento no CRIAZZA ?

01 – Através das cores dos blocos

02 – Através dos números dos blocos e dos módulos

03 – Através dos nomes dos blocos

04 – Outros: _____

19. Circula ou passeia por dentro do CRIAZZA ou no entorno?

01 – Sim

02 – Não

20. Áreas do CRIAZZA que já utilizou?

01 – Praças

02 – Campos de Futebol

03 – Quadras

04 – Clube

21. Onde costuma se divertir? _____

22. Visita vizinhos, amigos ou parentes dentro do CRIAZZA ou no entorno?

01 – Sim

02 – Não

23. O CRIAZZA e o entorno oferecem locais para diversão?

01 – Sim

02 – Não

24. Se SIM, quais? _____

25. Sua opinião quanto ao uso e o comportamento nas Áreas de Estacionamento (garagens)?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

26. – Se ruim ou regular, por quê? _____

27. – Se bom ou ótimo, por quê? _____

28. Sua opinião quanto ao uso e o comportamento nas Calçadas?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

29. Se ruim ou regular, por quê? _____

30. Se bom ou ótimo, por quê? _____

31. Sua opinião quanto ao uso e o comportamento nos Portões e Guaritas?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

32. Se ruim ou regular, por quê? _____

33. Se bom ou ótimo, por quê? _____

34. Sua opinião quanto ao uso e o comportamento nas Rampas de Acesso?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

35. Se ruim ou regular, por quê? _____

36. Se bom ou ótimo, por quê? _____

37. Sua opinião quanto ao uso e o comportamento nos Corredores de Ligação entre os módulos?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

38. Se ruim ou regular, por quê? _____

39. Se bom ou ótimo, por quê? _____

40. Sua opinião quanto ao uso e o comportamento nas Áreas de Lazer?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

41. Se ruim ou regular, por quê? _____

42. Se bom ou ótimo, por quê? _____

43. Dos serviços de mão-de-obra disponibilizados pelo Condomínio qual você já utilizou?

01 – Pedreiro

02 – Eletricista

03 – Encanador

44. Conhece ou participa de alguma forma de organização de moradores?

01 – Sim

02 – Não

45. Se SIM, quais? _____

46. Bairro em que residia antes de vir morar no CRIAZZA?

47. Residia em casa ou apto?

01 – Casa

02 – Apartamento

48. Sua opinião sobre o tamanho e a funcionalidade de Conjuntos Habitacionais semelhantes ao CRIAZZA?

01 – São muito grandes, deveriam ser menores

02 – Difíceis de administrar

03 – Possuem o tamanho ideal

04 – a administração deveria ser descentralizada

49. Imagem que as pessoas do bairro e/ou da cidade fazem do CRIAZZA? _____

50. O que seus amigos, parentes e conhecidos dizem sobre o CRIAZZA? _____

51. Sua opinião sobre a imagem do CRIAZZA? _____

52. O CRIAZZA é um local seguro?

01 – Sim

02 – Não

53. Se sim, por quê? _____

54. Se não, por quê? _____

55. Qual foi o melhor período do CRIAZZA? _____

56. Por que? _____

57. Sua opinião sobre a realização de reformas nos apartamentos? _____

58. Sua opinião quanto aos riscos de desabamento do CRIAZZA? _____

59. Possui automóvel?

01 – Sim

02 – Não

60. Problemas que você identifica nas ruas internas do CRIAZZA ?

01 – Engarrafamento

02 – Falta de sinalização

03 – Buracos

04 – Trânsito desordenado

05 – Alagamentos

61. Problemas que você identifica nas ruas e avenidas entorno do CRIAZZA?

01 – Engarrafamento

02 – Falta de sinalização

03 – Buracos

04 – Alagamentos

62. Sua opinião sobre o acesso ao CRIAZZA através das linhas de ônibus?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

63. Se ruim ou regular, por quê? _____

64. Se bom ou ótimo, por quê? _____

65. Vantagens de morar no CRIAZZA? _____

66. Morar no CRIAZZA para sempre?

01 – Sim

02 – Não

67. Se sim, por quê? _____

68. Se não, por quê? _____

69. Se Não, para onde gostaria de se mudar? _____

70. Desvantagens ou problemas de morar no CRIAZZA? _____

71. Se pudesse requalificar ou reabilitar o CRIAZZA o que faria? _____

72. Seu conceito sobre o serviço de abastecimento d'água?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

73. Se ruim ou regular, por quê? _____

74. Se bom ou ótimo, por quê? _____

75. Seu conceito sobre o serviço de Fornecimento de Luz?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

76. Se ruim ou regular, por quê? _____

77. Se bom ou ótimo, por quê? _____

78. Seu conceito sobre o serviço telefônico?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

79. Se ruim ou regular, por quê? _____

80. Se bom ou ótimo, por quê? _____

81. Seu conceito sobre o sistema de esgoto?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

82. Se ruim ou regular, por quê? _____

83. Se bom ou ótimo, por quê? _____

84. Seu conceito sobre o serviço de coleta de lixo?

01 – Ruim

02 – Regular

03 – Bom

04 – Ótimo

85. Se ruim ou regular, por quê? _____

86. Se bom ou ótimo, por quê? _____

87. Sugestões que você daria ao Poder Público (Prefeitura ou Estado) para melhorar a imagem do CRIAZZA? _____

88. Sugestões que você daria ao Segmento Privado (construtoras ou seguradoras) para melhorar a imagem do CRIAZZA? _____

89. Sugestões para Gestão Condominial para melhorar a imagem do CRIAZZA? _____

90. Sugestões que você daria aos Moradores do CRIAZZA para melhorar a imagem do CRIAZZA? _____

91. Suas perspectivas para o futuro do CRIAZZA? _____

DAMPE - ENGENHARIA REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Recife, 31 de Janeiro de 2000.

Bom Sr.,
Síndico do Conjunto Residencial Ignêz Andreazza

Meu

Carta n.º 012/2000 – Dampe

Prezado Senhor:

Tendo em conta a vistoria técnica que estamos promovendo, nos 360 (quinhentos e sessenta) apartamentos construídos por esta Firma neste Conjunto Habitacional, de acordo com a correspondência n.º 010/2000 remetida a V.Sa em 17/01/2000, vimos, por meio desta, dizer da gravidade dos fatos já constatados por nossos engenheiros nos primeiros apartamentos vistoriados, confirmando, infelizmente, as denúncias anteriores recebidas, informas e repaídas.

- 1- O Dr. Paulo Credes, que além de engenheiro responsável técnico pelo sistema estrutural da referida obra, é perito em análise de estrutura, constatou, já nos primeiros apartamentos vistoriados, a realização de reformas que comprometem a estabilidade do edifício como um todo, tendo em vista a situação de alvenaria estrutural.
- 2- Em face de ser demandada a realização de vistoria total que estamos realizando, cujo laudo final será remetido a V.Sa, acompanhado de fotos dos problemas mencionados, e levando em conta a urgência e gravidade dos fatos referidos, estamos enviando esta correspondência, em caráter emergencial, a fim de que sejam imediatamente adotadas as providências e medidas das unidades em questão, para que sejam, o mais rápido possível, realizadas as serviços necessários para repar as paredes danificadas e que coloquem em risco toda a edificação.
- 3- Como estamos encontrando grande número de alterações na alvenaria estrutural dos apartamentos já vistoriados, estamos V.Sa para que esteja providenciando vistoria semelhante nos demais blocos que compõem o Conjunto Residencial Andreazza que, por certo, apresentarão o mesmo problema.
- 4- Entendemos que a Caixa Econômica Federal e a Sane Caixa Seguros, que são respectivamente o Agente Financeiro e o Seguradora do Empreendimento (nos dois casos do Brasil), não tenham até o momento se apercebido dessa alteração no estado do sistema de modificação, quase todos comprometendo a estabilidade da obra, o que poderá, caso não sejam tomadas providências imediatas, vir a ser um dos maiores desastres de construção civil do país, pois não haja algum problema em um dos blocos (com 14 unidades) inevitavelmente ocorrerá o comprometimento do bloco contíguo e assim sucessivamente, uma vez que os muros são geminados.
- 5- Atentamos, mais uma vez, para o fato de que a modificação e remoção desordenada de paredes estruturais, feita sem a devida análise técnica, sem que sejam adotadas reformas estruturais suficientes para recuperar a estabilidade da edificação, poderá trazer consequências desastrosas, pelo que desde já nos reservamos a responsabilidade com os sistemas.
- 6- Tornar-se imprescindível a comunicação imediata, por parte de V. Sa, a todos os órgãos diretos ou indiretamente envolvidos ou seja, CREA, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, SANE CAIXA SEGUROS, PROPRIETARIA DA OBRA, CONSTRUTORA, PROPRIETARIOS E INQUILINOS, para que sejam tomadas todas as providências urgentes que o caso requer.

Atenciosamente

DAMPE - Representação Eng. Civil, Ind. e Com.
[Assinatura]

[Assinatura]
Paulo Roberto Cavalcanti
Eng. Civil, CREA 11245 - 19910
Revisor

[Assinatura]
Interventor Judicial

PS: Estamos enviando cópia para:
Crea – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
Caixa Econômica Federal
Sane Caixa Seguros
Prefeitura da Cidade de Recife

MATRIZ: Rua Cardeal de Ol. 555 - Fone: 271.2300 - 271.0447 - FAX: 271.1300 - Caxangá - Recife - PE
C. P. C. 10.700.17840001-00 - Insc. Estadual 10.1.002.0000040-7 - Insc. Municipal 100.112.074

INTERVENÇÃO
Estado de Pernambuco
Poder Judiciário

222

Colocara a intervenção no Douto Juiz para
os trabalhos judiciais de inventário, bem da sua
participação desde a todos os atos de Administração do
Condomínio Ignês Andreazza desde refere-se a análise e
estudos das contas de Administração, no período de fevereiro de
1997 a dezembro de 1998, especificando a confecção em laudo
especial, fundamentado nos documentos nos anexos
topológicos em anexo, em um total de quarenta e sete (47)
questões e oportunidade, requer ao JM Juiz,
que se digna em arbitrar as suas honorárias profissionais a
que tem direito, no valor de oito por cento (8.00%),
mensalmente, do valor bruto de receita arrecadada, mensalmente
pelo Condomínio Residencial Ignês Andreazza, para que o
Interventor proceda a cobrar todas as atas parciais sobre
imposta por ano Juiz.

Requer Intimação
para de inventário
local, 21 de fevereiro de 1999.

[Assinatura]
Mag. Ilustre Interventor de Oliveira
INTERVENTOR

231

 Estado de Pernambuco
Poder Judiciário

DESPACHO

Deito a petição de fls. 227/228, no sentido de
arbitrar o valor de 8% sobre as taxas
condominiais mensais, em favor do parte
requerente, quero ordenar a intervenção
no Condomínio Residencial Ignês Andreazza,
Recife, 21 de fevereiro de 2000.
[Assinatura]
ROSAEL MATHIAS DA SILVA CAVALCANTI
JUIZ DE DIREITO

HABITAÇÃO Com receio de tragédia semelhante às dos edifícios Éricka e

Medo leva moradora

Entre os moradores do Conjunto Ignêz Andreazza predomina um só sentimento: o medo. Muitos já quitaram as prestações de seus imóveis e temem que, caso venha a ocorrer uma tragédia como as que atingiram os edifícios Éricka e Enseada de Serrambi, fiquem sem ter onde morar. Para quem está em apartamento alugado, a situação é menos crítica, porém não menos desesperadora.

É o caso da comerciante Ana Carolina Albuquerque. Mãe de uma recém-nascida de apenas 28 dias, ela já resolveu abandonar o imóvel, alugado há seis meses. "Vou rescindir o contrato porque não posso espor a vida da minha família dessa maneira. Este apartamento também foi reformado e retiraram a parede da sala", afirmou. À noite, segundo ela, é comum ouvir estalos nas paredes. "Não dá para viver com medo", resumiu.

Ela acha que a Comissão de Defesa Civil de Pernambuco e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) devem se pronunciar sobre o problema e realizar um laudo mais apurado.

A aposentada Regina Alves da Silva, 89 anos, mora com a filha no Ignêz Andreazza, há 15 anos. No seu apartamento também foram feitas modificações retirando parte das paredes. Assustada com os casos Éricka e Enseada de Serrambi, mãe e filha já tinham combinado de repor as paredes do imóvel até março, mas depois de ler o laudo da Dume Engenharia, resolveram começar o serviço imediatamente. "Ficamos com muito medo. Agora, qualquer zoadinha nos apavoramos. Vamos tentar corrigir o problema da melhor maneira",

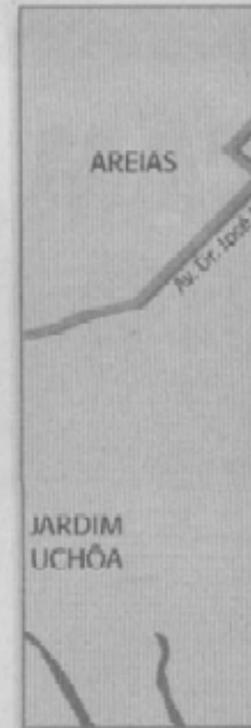
comentou.

Mas, apesar do laudo alertando sobre o risco de desmoronamento, existem alguns moradores que confiam na resistência da construção. O taxista José Gleidson é um deles. Além de achar o edifício sólido, ele destaca o fato de os apartamentos de seu bloco não terem promovido mudanças na planta dos imóveis. "Aqui ninguém mexeu porque os apartamentos têm três quartos. As rachaduras que aparecem na parede são um problema externo. Tenho confiança total", disse. (P.T.)

MARIA CLAYES, 36



■ RESIDENCIAL IGN



O conjunto em nú

2.464	aparta
23	bloco
112	aparta
15	hectar
15	mil pe morad
1984	é o an Andro
560	aparta

COMMERCIOS RECIFE, 15 de Fevereiro de 2000 - TERÇA-FEIRA

Serrambi, inquilina rescinde contrato de aluguel e abandona conjunto

a deixar apartamento

Z ANDREAZZA SOB AMEAÇA



Como os blocos do Conjunto Ignêz Andreazza são 'geminados' (oito blocos formam um módulo), a construtora alega que a queda de um deles provocaria o comprometimento da estrutura dos blocos vizinhos. Ou seja, se um bloco desabar, os outros sete desmoronariam consecutivamente (efeito dominó).

EROS

mentos formam o conjunto

grupam os apartamentos

mentos formam cada bloco

é a área total do conjunto

as é o número estimado de

de construção do Ignêz

mentos foram construídos pela

A opinião dos moradores



"Muita gente reformou os apartamentos sem qualquer orientação técnica. A construtora está certa em alertar sobre os riscos. Eu mesmo vivo sem a grade aberta porque se precisar sair correndo é mais fácil". **Antonio Tadeu Barreto, comerciante.**

FOTOS: MANA BORGES/BC

SÓLIDO José está confiante: "Não houve reforma no meu bloco"

Quatro edifícios no Grande Recife foram desocupados

O drama que agora vivem os moradores do Conjunto Ignêz Andreazza já atingiu condôminos de pelo menos outros quatro edifícios, no Grande Recife, desde novembro do ano passado. O Bloco E do Conjunto Residencial Casanga, na Várzea, dois blocos do Edifício Ana Paula, em Jardim Brasil II (Olinda), o Bloco 2 do Conjunto Curado 3 (Jaboatão dos Guararapes) e o Bloco 7 do Conjunto Jardim Petrópolis, na Várzea, foram desocupados em função do risco de desmoronamento.

No Residencial Casanga, os moradores levaram um susto depois que perceberam diversas rachaduras evoluindo da base do prédio até o 10º andar. A Construtora Nunes – responsável pela obra – enviou funcionários ao local para fazer os reparos e garantiu que o prédio não cai. Alguns moradores já voltaram, apesar do medo.

Em Olinda, menos de um mês após a queda do Ericka, dois blocos do Edifício Ana Paula foram condenados pela Codecipe. Fissuras no teto, infiltrações e aberturas na alvenaria foram as irregularidades encontradas. Cinco famílias ainda tentaram permanecer, mas foram retiradas pela polícia. O prédio continua interditado e os re-moradores aguardam uma solução na casa de parentes.

O mesmo ocorreu no Bloco 2 do Conjunto Curado 3 – construído pela Cohab. As rachaduras, que, segundo os moradores mais antigos, existem desde que o imóvel foi entregue, podem ser vistas nas escadas, paredes e no piso. Como a maioria dos moradores do Curado não tem condições de alugar outro imóvel, também permanecem 'de favor' na casa de familiares.

Os últimos a abandonarem suas casas às pressas foram os residentes do Bloco 7 do Conjunto Jardim Petrópolis, na Várzea. Lá o caso é menos constrangedor, pois a Caixa Econômica Federal já se comprometeu a realizar os reparos e em breve os moradores estarão de volta. (P.T.)

80% dos imóveis

Trechos do laudo da e

... o engenheiro re-estrutural constatou apartamentos vistoria reformas que compromedifícios como um toremoção de paredes dea

... levando em conta a dos fatos, estão correspondência para sejam alertados e reo possível a reposição de que colocam em risco to

... estranhamentos que Federal (agente finan apercebido deves abert ser um dos maiores de civil do País

... caso haja algum bloco, inevitavelm comprometimento do b misedosamente (efeito) os mesmos são germinad

... Alertamos para o fat e remoção de orde estruturais poderá t desastrosas, pelo que d da responsabilidade con



PERIGO Segundo Waldir Chaves, depois do aviso dos bombeiros, sete famílias deixaram o local

... já foram reformados

Andrétono Dampp

responsável pelo cálculo... já nos primeiros dias, a realização de obras a esmoço, sem a estabilidade de ter a terra em vista a estrutura estrutural...

urgência e a gravidade... evitando este tipo de proprietários... assim, o mais rápido... paredes destruídas... da edificação.

... Caixa Econômica... não temia... poder vir a... da construção.

... problema em um dos... escassez... e assim... uma vez que... de que a realização... nada de paredes... ser conselheiros... já nos primeiros... da reforma...

"Mesmo com a minha filha e o irmão... apartamento também foi reformado. Já tínhamos pensado em trocar as paredes no lugar original, mas a conta da construtora foi com que a gente providenciou logo o serviço". **Regina Aires da Silva, 67 anos, aposentada.**



"Estou aqui há 15 anos e nunca houve problema algum. As fechaduras são na parte externa e não comprometem a estrutura do prédio. Entendo muito tranquilo. No meu bloco, por exemplo, o pessoal não faz reformas nenhuma". **José Grinaldo, residente autônomo.**



Mais um prédio ameaçado em Olinda

Moradores do Conjunto Residencial Assis Brasil, em Rio Duro, Recife, estão abandonando seus apartamentos com medo de que prédios construídos há dez e dezasseis. Dos três blocos construídos, dois (A-1 e A-2) mantêm fechaduras internas danças e na noite de setembro as paredes estalaram, deixando pânico 20 famílias, que foram levadas para casa de parentes e pais. A Construtora Japap, responsável pela obra, não responde às solicitações. O Corpo de Bombeiros não foi chamado ao local e há de uma vistoria sobre a situação dos imóveis.

Na manhã de ontem, técnicos da Prefeitura de Olinda foram convocados e confirmaram o perigo de as famílias permanecerem no local. Hoje, às 9h, engenheiras da Sares, a seguradora da Caixa Econômica Federal, fechadora dos apartamentos, vão ao conjunto residencial conhecer os problemas. Uma comissão de moradores esteve à tarde na seguradora exigindo providências.

REMANÇA - Sete famílias já se mudaram do Assis Brasil, segundo Waldir Chaves, residente no bloco A-2. "A mão de obra chegou de ontem, quando chegaram

agora, os bombeiros pediram para a gente sair. Dizem que era melhor ter uma noite mais tranquila do que ficar a dormir desesperado", contou Silvia Regina Botelho Borges da Silva, que mora no A-1. Já levou para a casa de um irmão a televisão, o computador e o microcasaca. Ela pretende se mudar o mais rápido possível. "Não sou doída de continuar morando aqui", disse.

No apartamento do adolescente Diego Luis Araújo, no A-2, uma fechadura no quarto que divide com o irmão comprou a chave. "Não dá mais fechar direito", mostrou. A Construtora Japap, responsável pela obra, não responde às solicitações.

